

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO-PR)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

INGRIDI DAIELE MOLLMANN

**ENTRE CARTELAS E PEDRAS: A CONSTRUÇÃO DA
SOCIABILIDADE E OS PAPÉIS DE GÊNERO NO CENTRO
COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS - INÁCIO
MARTINS/PR (1991-2021)**

Irati

2021

INGRIDI DAIELE MOLLMANN

**ENTRE CARTELAS E PEDRAS: A CONSTRUÇÃO DA
SOCIABILIDADE E OS PAPÉIS DE GÊNERO NO CENTRO
COMUNITÁRIO DO ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS - INÁCIO
MARTINS/PR (1991-2021)**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em História, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração História e Regiões.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Nádia Maria Guariza.

Linha de pesquisa: Espaços de Práticas e Relações de Poder

Irati

2021

Catálogo na Publicação
Rede de Bibliotecas da Unicentro

M726e Mollmann, Ingridi Daiele
Entre cartelas e pedras: a construção da sociabilidade e os papéis de gênero no Centro Comunitário do Assentamento José Dias – Inácio Martins/PR (1991-2021) / Ingridi Daiele Mollmann. -- Irati, 2021.
xiii, 131 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, 2021.

Orientadora: Nádia Maria Guariza
Banca examinadora: Nádia Maria Guariza, Sonia Fátima Schwendler, Ana Maria Rufino Gillies

Bibliografia

1. Gênero. 2. Sociabilidade. 3. Espaço. 4. Centro Comunitário. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em História.

CDD 981



TERMO DE APROVAÇÃO

Ingridi Daiele Mollmann

**Entre Cartelas e Pedras: a construção da sociabilidade e os papéis de gênero
no Centro Comunitário do Assentamento José Dias - Inácio Martins/PR (1991-2021)**

Dissertação aprovada em 31/01/2022, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração em História e Regiões, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, pela seguinte Banca Examinadora:

Sonia Fátima Schwendler
Dr.^a Sonia Fátima Schwendler
Universidade Federal do Paraná
Titular

Ana Maria Rufino Gillies
Dr.^a Ana Maria Rufino Gillies
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Titular

Nadia Maria Guariza
Dr.^a Nadia Maria Guariza
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Irati – PR
2022

Dedico esta dissertação aos meus pais Celso e Stellae em memória à minha tia Maria Luiza.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer à comunidade do Assentamento José Dias na qual morei e passei toda a infância e parte da minha juventude. Agradeço, em especial, àqueles e àquelas que participaram de minhas pesquisas desde a graduação, sempre se disponibilizando a conversar, falar sobre fotografias, sobre suas trajetórias na luta pela terra, a qual sei que desperta muitas lembranças dolorosas.

Agradeço à minha família por ser minha base e ter me incentivado desde menina a estudar e nunca desistir de ir em busca do meu crescimento. A vocês, meus pais Celso e Stella, meu irmão Higor, aos meus avós, Cleci e Roma, e demais tios e tias.

Agradeço a uma pessoa mais que especial em minha vida, meu esposo Geovane. Obrigada por me apoiar, incentivar e aturar meus dias de estresse quando o processo de escrita estagnava. Enfim, obrigada por ter sido meu ponto de fuga com o qual pude contar inúmeras vezes.

Agradeço às minhas amigas que, desde a graduação, acompanharam meu processo, Juliana e Dhyandra. Ju, obrigada por todo o auxílio prestado e pela compreensão das minhas faltas como amiga e comadre. Dhy, se não fosse nossas conversas, seus empurrões e incentivos, sua parceria nas disciplinas do mestrado, nos eventos, não sei se teria chegado até aqui. Muito obrigada!

Obrigada a todos os professores e professoras que fizeram parte da minha jornada até aqui, que me acompanharam desde os anos iniciais do ensino fundamental. Expresso um agradecimento especial ao professor Élcio por, durante o ensino médio, ter me inspirado a seguir os caminhos da História. Obrigada a todos os professores e professoras do curso de graduação em História da Unicentro, especialmente à Professora Doutora Alexandra Lourenço que foi minha orientadora no TCC, à Professora Doutora Ana Maria Rufino Gillies que foi banca do meu TCC e, agora, compôs a minha banca do mestrado. De igual modo, sou grata à Professora Doutora Sônia Fátima Schwendler por terem aceitado o convite para compor minha banca examinadora.

Agradeço à Professora Doutora Nádia, a qual foi minha banca no TCC e, nesse momento, é minha orientadora nesta dissertação. Muito obrigada por ter acreditado em mim e pela paciência em me orientar. Sou muito grata por poder sempre contar com você nos

momentos de dúvidas, por não exitar em ter me auxiliado e pela nossa comunicação através de audios de *whatsapp*, pois a pandemia da Covid-19 impossibilitou que tivéssemos orientação presencial durante muito tempo. Adorei termos compartilhado nossas indecisões de librianas juntas!

Agradeço ao pessoal da secretaria do PPGH-UNICENTRO por todo apoio, em especial à secretária Cibele por sempre estar disposta a auxiliar.

Por fim, agradeço à CAPES e à Fundação Araucária por financiar parte da minha pesquisa, possibilitando que a mesma fosse concluída.

“Porque eu acho que, independente do ambiente, você tem o direito de estar ali, né?! Não é proibido, e isso é as pessoas que se privam” (BERTÉ, 2021).

RESUMO

Esta dissertação propôs o estudo do Centro Comunitário de um assentamento rural produto da Reforma Agrária por uma perspectiva pouco utilizada na historiografia: as relações de sociabilidade com base nas distinções de gênero. Sendo assim, a presente dissertação analisou as relações de sociabilidade empreendidas no Centro Comunitário do Assentamento José Dias, localizado na área rural do município de Inácio Martins, Estado do Paraná, as quais aconteceram baseadas, sobretudo, nas relações de gênero. Desse modo, analisamos, por meio de relatos orais e fotografias, como aconteciam as relações de gênero entendendo que as mesmas ocorrem por meio de relações de poder e em espaços de sociabilidade que estruturaram essa comunidade, sendo um local em que homens e mulheres se relacionavam e (re)construíam a sua história (AGULHON, 2016; CERTEAU, 1998; SCOTT, 1995; 2012; CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013). Para tanto, procuramos identificar as transformações desse espaço que se constituiu como objeto principal de nossa pesquisa – o Assentamento José Dias – elencando os sujeitos que o frequentavam, os espaços sociais, as relações e práticas empreendidas nele enquanto uma comunidade com marcas intrínsecas de um povo. Após analisarmos as práticas de sociabilidade existentes nesse espaço, foi possível identificar o rompimento com o ideal de feminilidade construído historicamente, com os papéis sociais esperados para cada sexo, em que destina as mulheres à funções e espaços específicos. Sendo assim, mostrou-se claramente como as mulheres do assentamento se organizaram e reivindicaram para elas um espaço de lazer e sociabilidade estritamente masculino. Por meio dos relatos e observações apresentados em nosso estudo evidenciamos como os espaços de sociabilidade propiciados pelo Centro Comunitário foram muito importantes no desenvolvimento de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. A partir do levantamento realizado averiguamos que, na historiografia, ainda há poucos trabalhos pensando nessa articulação de assentamentos rurais e gênero. Portanto, esse trabalho exibiu sua relevância, pois teve a pretensão de problematizar um tema que ainda é pouco discutido pelos/as historiadores/as. Além de pontuar que é necessário destinar um olhar à juventude inserida nesse espaço, de modo a propiciar às moças e rapazes, para que, quando adultos, possam tornar esse espaço de sociabilidade ainda mais democrático.

Palavras-chave: Gênero; Sociabilidade; Espaço; Centro Comunitário.

ABSTRACT

This dissertation proposed the study of the Community Center of a rural settlement product of the Agrarian Reform from a perspective little used in historiography: sociability relations based on gender distinctions. Therefore, the present dissertation analyzed the sociability relations undertaken at the José Dias Settlement Community Center, located in the rural area of the municipality of Inácio Martins, State of Paraná, which took place based, above all, on gender relations. In this way, we analyzed, through oral reports and photographs, how gender relations happened, understanding that they occur through power relations and in spaces of sociability that structured this community, being a place where men and women related to each other. and (re)constructed their history (AGULHON, 2016; CERTEAU, 1998; SCOTT, 1995; 2012; CONNELL, MESSERSCHMIDT, 2013). In order to do so, we sought to identify the transformations of this space that constituted the main object of our research - the José Dias Settlement - listing the subjects who frequented it, the social spaces, the relationships and practices undertaken in it as a community with intrinsic marks of a people. After analyzing the existing sociability practices in this space, it was possible to identify the rupture with the historically constructed ideal of femininity, with the social roles expected for each sex, in which women are destined for specific functions and spaces. Thus, it was clearly shown how the women of the settlement organized themselves and claimed for them a space of leisure and strictly masculine sociability. Through the reports and observations presented in our study, we showed how the spaces of sociability provided by the Community Center were very important in the development of more egalitarian relationships between men and women. From the survey carried out, we found that, in historiography, there are still few works thinking about this articulation of rural settlements and gender. Therefore, this work showed its relevance, as it intended to problematize a topic that is still little discussed by historians. In addition to pointing out that it is necessary to look at the youth inserted in this space, in order to provide for girls and boys, so that, as adults, they can make this space of sociability even more democratic.

Keywords: Gender; Sociability; Space; Community Center.

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Momento da partilha do bolo	73
Imagem 2 – Celebração e homenagens	73
Imagem 3 - Apresentação das crianças da escola	74
Imagem 4 – Vista da frente do Centro Comunitário	80
Imagem 5 – Cancha de bocha	82
Imagem 6 – Escola Bíblica de mulheres	95
Imagem 7 – Ilustração da planta em que estão dispostas as edificações do centro do Assentamento José Dias	97
Imagem 8 – Crianças em Jornada Socialista	101
Imagem 9 – Mulheres tomando chimarrão após a missa	104

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CPT– Comissão Pastoral da Terra

INCRA– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA– Ministério de Desenvolvimento Agrário

MMC– Movimento das Mulheres do Campo

MMTR– Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra

PA – Projeto de Assentamento Federal

TCC– Trabalho de Conclusão de Curso

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNICENTRO–Univerdidade Estadual do Centro Oeste

UNIOESTE– Univerdidade do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CAPÍTULO 1 - ASSENTAMENTO, GÊNERO, MEMÓRIA E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: UMA BREVE DISCUSSÃO	30
.....	30
1.1. Assentamentos como objeto de pesquisa: traçando fronteiras para o estudo	30
1.2. O conceito de espaço na história e de espaços de sociabilidade	40
1.3. Olhar os espaços de sociabilidade no assentamento a partir da ótica de gênero	47
1.4. Os espaços de sociabilidade e o lembrar: uma discussão sobre a metodologia da história oral.	55
2. O ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS (PR) E OS SEUS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE	63
2.1. O Assentamento José Dias: relatos de sua história	64
2.2. Descrição do Centro Comunitário: observações sobre o espaço	75
2.3. A trajetória de uma pesquisa com história oral: pandemia da Covid-19, gerações e gênero	86
3. REMEMORANDO AS EXPERIÊNCIAS DE LAZER E O COTIDIANO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DO ASSENTAMENTO A PARTIR DO GÊNERO	93
3.1. O Centro Comunitário do José Dias: espaço de luta e socialização	93
3.2. Lazer e relações de gênero: o que nos dizem os relatos?	103
3.3. Ressignificação dos espaços de sociabilidade após a pandemia	115
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS	125
FONTES	129
.....	
FOTOGRAFIAS	130

INTRODUÇÃO

Decidi iniciar esta introdução de maneira menos pragmática, pois contarei algumas histórias afetivas que tive com o Centro Comunitário, o Centrão, do Assentamento José Dias.

Para começar, meus pais moravam no terreno do Centro, pois não havia sido destinado um lote para eles, todavia não possuo lembranças da casinha onde moramos ali, pois eles conseguiram um lote logo depois do meu nascimento, e, assim, logo se mudaram.

Minha mãe sempre trabalhou no posto de saúde que fica na escola do assentamento, por isso era muito comum que eu fosse com ela nos dias de semana para o Centro ainda antes da idade escolar. Recebia cuidados das professoras, da merendeira e zeladora da escola. Construí uma relação com esse local e com essas pessoas, desde minha infância. Fiz parte da primeira turma de pré-escola da professora Clemair, depois tive aulas com as professoras Janete, Edilia, Luiza e Laureci. Nessa época comecei a construir as amizades que foram comigo até o ensino médio.

Entretanto, durante a minha adolescência, meu vínculo com o Centro mudou. Meu pai sempre se deslocava ao Centro, principalmente aos sábados para jogar futebol. Quando fazia catequese passei a ir junto com ele. Depois que saía da igreja ficava lá esperando a hora de ele ir pra casa; então, nessa época, eu ficava no Centro acompanhada do meu pai. Enquanto isso, a minha mãe ficava em casa, ela só voltava a frequentar esse espaço quando tinha missa na igreja e nas festas da comunidade.

Quando eu tinha entre 14 e 15 anos gostava muito de ir ao Centro para ver as minhas amigas e conhecer pessoas de fora que vinham das comunidades vizinhas. Era uma continuação da sociabilidade que nós tínhamos na escola, mas, nesse local, apesar da presença dos pais, nossa liberdade era relativamente maior que na escola.

Nessa época, nós costumávamos nos reunir no pátio da escola, que fica um pouco para baixo do bar, pois, assim, estávamos fora da vista dos adultos, que eram, praticamente, só homens. Passávamos a tarde nessa escola conversando, fazendo brincadeiras, paquerando. Era nosso momento de descontração, pois não havia jogos ou atividades que chamassem a atenção dos jovens naquela época. Geralmente eu ia embora quando meu pai me chamava ou mandava um primo me chamar para ir.

Lembro que os rapazes da mesma idade que nós não tinham restrições, eles podiam ir

ao Centrão todos os finais de semana, sozinhos, escolhendo ir embora a hora que quisessem. Sempre me perguntava porque havia essa diferença entre nós meninas e os meninos, até me lembro de questionar meus pais, os quais diziam que moça não deveria ir sozinha lá, pois seria mal falada na comunidade.

Porém, não sabia que isso se tratava de construções que idealizavam os papéis de gênero, os quais, por sua vez, determinavam qual era o local permitido às moças, ou seja, a igreja e a casa. Diria que eu era até um tanto rebelde, pois, de tanto insistir e reclamar, quando estava perto de 16 anos, meu pai me ensinou a pilotar sua moto e, a partir de então, eu ganhei a permissão de ir ao Centro mesmo nos dias que ele não fosse, porém, sempre com horário para voltar para casa.

Apesar das restrições que nós tínhamos por ser do sexo feminino, eu guardo muitas recordações do Centrão, pois lá fiz amizades, tive as primeiras paqueras, primeira bebedeira com os amigos e amigas, foi um lugar que serviu para construir as lembranças tanto da infância quanto da juventude. E, por isso, o considero tão importante para esta comunidade, pois se constituía a única opção de lazer acessível aos moradores.

Todavia, não havia a presença frequente de mulheres no Centro Comunitário nesse tempo, motivo pelo qual circulavam os comentários sobre as moças que o frequentavam. Lembro que as mulheres começaram a circular nesse ambiente a partir do jogo do bingo, mas isso ocorreu quando eu já não frequentava tanto o Centro, pois tinha saído de lá para estudar e, logo depois, casei, não voltando a residir na comunidade.

Por isso, olhando de fora, não percebi em que momento essas mulheres passaram a frequentar o Centro. Apenas me lembro que, quando soube, tentei incentivar que minha mãe também participasse, mas ela nunca gostou de jogar bingo, o que não oferecia opções de divertimento a ela. As mulheres que gostam do jogo iniciaram algumas que não gostavam, fazendo com que elas se adaptassem para ter um espaço de sociabilidade, mas outras, como a minha mãe, optaram por não ir e continuam ligadas à esfera privada no fim de semana.

A partir de minha história, e com a finalidade de entender como essas mulheres adquiriram esse lugar, esse espaço de sociabilidade, desenvolvi essa dissertação, a qual teve como proposta o estudo das relações de sociabilidade e gênero empreendidas no Centro Comunitário do Assentamento José Dias, localizado na área rural do município de Inácio Martins, Estado do Paraná.

Trata-se de um assentamento rural do tipo Projeto de Assentamento Federal (PA), o qual é produto da Reforma Agrária, processo marcado pela desapropriação de terras¹. Nos assentamentos deste tipo destaca-se a consciência de classe dos assentados, marcados pela forte influência do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e de sindicatos, contribuindo para a formação da identidade social desses sujeitos (COCA, 2013). O território em que hoje se situa o assentamento foi ocupado² no dia 05 de agosto de 1988 por um grupo de aproximadamente mil e seiscentas famílias.

Foram quase oito anos de acampamento em barracos até que ocorreu a oficialização do assentamento e a sua distribuição em lotes, só então o assentamento foi nomeado, recebendo o nome de José Dias, esse nome foi escolhido em homenagem a um jovem camponês chamado José Dias, o qual foi baleado e morto durante a luta pela terra do assentamento. Esses momentos difíceis acabaram fortalecendo os laços entre aqueles que ali esperavam pela realização de um sonho, sendo que o episódio do assassinato do jovem uniu-os ainda mais para que permanecessem até que a luta cessasse em vitória. Depois da oficialização as famílias foram alocadas, sendo que muitas tiveram que partir para outras ocupações, o que era praxe nas ocupações do MST na época, permanecendo um total de cento e seis famílias assentadas.

A ideia de formar o Centro Comunitário, principal objeto da presente dissertação, surgiu no início da década de 1990 com o objetivo de ser um local que reunisse as pessoas para dar continuidade à luta, espaço de reuniões e discussões da coordenação do movimento. No período de 1991 a 1996, o Centro tinha apenas um barracão improvisado, em que, além das reuniões, ocorriam as aulas e as celebrações religiosas da comunidade. Em 1996, após o reconhecimento oficial do assentamento, houve a construção da Escola Rural Municipal Margarida Alves. Esta trata-se de uma escola rural, como dito, integrada por professoras assentadas, as quais já lecionavam no antigo acampamento.

Após essa construção também foi reformado o barracão do Centro Comunitário, sendo desmembrado dele as aulas as quais passaram a ocorrer na escola. Mais tarde foi se constituindo o Centro como é hoje, com a construção da Igreja, dos espaços de jogos, melhorias feitas com investimentos todos provenientes da comunidade.

1 A respeito dos tipos de assentamento ver COCA, 2013. Disponível em: <http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>.

2 Ocupação é um termo utilizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e seus integrantes, representa a ocupação de uma terra que estava em desuso.

O Centro da comunidade trata-se, portanto, de um terreno comunitário destinado a esse fim, nele fica localizada a Capela Santa Luzia (católica), o posto de saúde (anexo à escola), o salão de festas (barracão), o bar, a cancha de bocha e o campo de areia da comunidade. É um local frequentado por crianças, onde elas têm um vasto espaço para suas brincadeiras, com um pequeno parquinho ao lado da cancha de bocha. Há, também, um ambiente destinado às festividades, com churrasqueiras e mesas cobertas. Esses locais formam os espaços onde ocorre a sociabilidade da maioria das famílias assentadas, principalmente nos fins de semana.

Em agosto de 2021 o assentamento completou trinta e três anos desde que foi realizada a ocupação e vem passando por adaptações e transformações em suas dinâmicas. Essas transformações advieram tanto no espaço físico, com a construção das casas e a derrubada de mata para plantio, bem como nas relações entre os indivíduos da comunidade. Tendo em vista que o principal objetivo, a terra, fora alcançado, os moradores, agora assentados, tendem a se distanciar, de certa forma, da militância do movimento, se organizando apenas em situações críticas que exijam a manifestação da comunidade em prol de um bem maior. As relações tendem a ser mais sociáveis e desinteressadas e os moradores passaram a se encontrar no centro da comunidade como modo de distração e diversão.

Antes de tratar especificamente dos objetivos desta dissertação, gostaria de registrar meu laço com essa comunidade. Sou filha de pais assentados que passaram pelo processo de acampamento e que, inclusive, se conheceram nessa época, foi nessa comunidade que cresci, passei toda a infância e parte da juventude, pois morei lá até os meus dezessete anos. Assim como ouvi nos relatos de entrevistas que realizei ao longo de minha trajetória como pesquisadora/historiadora, eu saí da comunidade por um motivo comum à muitas outras pessoas que buscavam alavancar seus estudos, pois a comunidade se localiza no interior, distante de cidades que possibilitam o ingresso ao ensino superior. Então, me desloquei da comunidade para entrar no curso de História da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

Apesar de ter morado lá durante grande parte de minha vida, não era comum se falar sobre a história de formação do assentamento em casa. Sendo assim, meu primeiro contato com essa história foi na escola da comunidade, na qual estudei da pré-escola até a quarta série da época. Lembro-me que, na escola, todos os anos eram realizadas atividades de rememoração da conquista da terra, sendo comum confeccionarmos cartazes com desenhos de barraquinhos, dando conotação à época do acampamento em que todos viviam em barracos de

lona, acompanhados, também, de tentativas de reproduzir a bandeira do MST.

Era ensinado a nós crianças os gritos de ordem do movimento e as canções que os acompanharam durante a luta pela terra. Era comum, ainda, serem feitas apresentações onde havia a presença dos pais, avós e outros convidados. Todavia, com o passar dos anos, essas práticas foram se readaptando.

Algo que mudou foi nosso sentimento de pertencimento quando saímos da comunidade para terminar os estudos em outras escolas, em outra comunidade e/ou na cidade. Eu e a maioria de meus colegas da época não costumávamos falar sobre essa história, escondendo essa identidade aprendida na escola anterior com medo de julgamentos por ser “sem-terra”.

Em 2014, quando entrei para o curso de História da Unicentro, no *campus* de Irati, inspirada pelas leituras e discussões do curso, comecei a ter interesse em saber mais sobre a trajetória da comunidade à qual pertencia. Com os conhecimentos adquiridos e as discussões empreendidas em sala de aula, passei a falar mais sobre o assentamento, o que me levou a tê-lo como objeto; entretanto, foi difícil encontrar uma linha para seguir, pois ele, geralmente, despertava interesses em relação à luta pela terra, à sua ligação com segmentos da Igreja Católica e ao MST, entre outras possibilidades. Somente no 3º ano do curso, quando tive contato com a disciplina de gênero, passei a ver o assentamento com um novo olhar, percebendo que nele se concentravam muitas particularidades em se tratando das relações de gênero. Com meus relatos sobre o Centro Comunitário, sobre a grande participação das mulheres nesse ambiente, surgiu a ideia de fazer um estudo sobre o Centro.

Entretanto, a minha pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) acabou tendo outra direção, pois resolvi, juntamente com minha orientadora, a Professora Dra. Alexandra Lourenço, que abordaria a história do assentamento dando visibilidade aos papéis desempenhados pelas mulheres ao longo da constituição do mesmo. Com essa ideia, a pesquisa foi, então, realizada a partir do uso da história oral e de fotografias, tendo como foco observar de que forma as mulheres foram e, ainda, eram ativas dentro do assentamento. Assim, em 2017, defendi o TCC no curso de graduação em História com ênfase na história das mulheres, tendo como o título *História do assentamento José Dias sob uma perspectiva da história das mulheres*.

Esse TCC me fez conhecer com maior profundidade a história do assentamento, a trajetória dos moradores a partir das entrevistas e conversas não gravadas, o que me conectou

mais ao meu objeto e me fez olhar para ele como um objeto de muito valor para a pesquisa histórica.

A possibilidade de dar continuidade à pesquisa com o assentamento me levou à apresentar meu projeto para ingresso no mestrado em História, o qual deu origem à presente dissertação, vinculando-se à área de concentração “História e Regiões” e à linha de pesquisa “Espaços de práticas e relações de poder”, conforme se estrutura o Programa de Pós-graduação em História da Unicentro.

Durante a realização das disciplinas do mestrado fui me aprofundando em meu projeto e, na busca de referenciais teóricos e no levantamento das pesquisas que compõem o primeiro tópico do Capítulo um, acabei encontrando uma dissertação de mestrado da área da Educação cujo objeto de pesquisa era o Assentamento José Dias. Trata-se da pesquisa de Fabiano Antonio dos Santos, intitulada *Trabalho e Educação do Campo: a evasão da juventude nos assentamentos de Reforma Agrária – o caso do Assentamento José Dias*, defendida em 2006 na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Esse acontecimento me marcou muito, pois eu conheci o pesquisador em questão quando ainda era criança e estudava na escola da comunidade. Me vieram muitas recordações da época, era um grupo de pesquisadores, muito jovens, que ficaram “acampados” em nossa escola durante alguns meses, nós, crianças, e toda a comunidade, nos referíamos a esses pesquisadores como universitários. Não recordo a idade que eu tinha na época, mas era entre 6 e 8 anos, e os universitários tinham um laço muito forte conosco. Hoje os entendo como pesquisadores, mas, na época, não fazia ideia do porquê de estarem lá, e me lembro do dia em que fizemos uma homenagem a eles em forma de despedida em que cantamos a canção *Certos Amigos*. Alguns anos mais tarde, quando eu era adolescente, me lembro que Fabiano voltou a visitar o assentamento, dessa vez somente ele, sendo que visitou a casa de meus pais na ocasião.

Na época não imaginava que ele tivesse realizado sua dissertação de mestrado lá, mas, hoje, analisando sua pesquisa, entendo a sua relevância, pois o assentamento sempre foi marcado por uma grande evasão dos jovens, os quais, em sua maioria, abandonavam a escola, e saíam em busca de outros horizontes. É relativamente pequeno o número de jovens que saíram de lá com o objetivo de estudar, e muito menos de cursar o ensino superior. Ainda hoje esse número é pequeno, tanto por falta de condições financeiras quanto por falta de motivação, pois grande parte das famílias não via como vantagem ingressar na universidade

ou faculdade.

Posso dizer que sou parte da minoria que conseguiu terminar o ensino médio e dar continuidade com uma formação superior, por isso hoje vejo com tanta importância levar a história do assentamento para fora, para que essa fique mais conhecida pelas pessoas, como, também, sendo uma forma de dar retorno à comunidade na qual fui criada.

Esse elo com a comunidade não limitou a análise histórica proposta por essa pesquisa, pelo contrário, a História me trouxe diferentes formas de olhar para a comunidade, entendo que muitas das experiências que vivi na comunidade como criança e adolescente fizeram parte de um processo histórico, o qual está imbricado por distinções de gênero. A esse respeito tomo, como exemplo, a época em que eu era adolescente e tinha muito interesse em frequentar o Centro Comunitário, pois meus amigos e amigas iam ao local com frequência nos finais de semana, pois sendo uma comunidade rural, na época sem recursos de acesso à *internet*, o único divertimento de jovens era ir ao Centro para conversar, namorar, passar o tempo.

Entretanto, meus pais não concordavam com essa ideia, pois me consideravam muito nova para frequentar o local, ainda mais que na época não havia participação de muitas mulheres no Centro. Apenas quando completei quinze anos passei a ir ao Centro com mais frequência, ainda, assim, apenas nos dias em que meu pai também estava lá. Após os dezesseis anos, tive mais liberdade para ir sozinha. Hoje, observando esse fato, reflito no quanto as questões determinadas pelo gênero influenciaram e, até hoje, influenciam nessas permissões de quem pode ou não ir ao Centro, pois permite-se apenas aos meninos frequentar esse espaço desde cedo, com onze ou doze anos é comum ver a presença de meninos, muitas vezes sem a companhia dos pais.

Dito isso, defendo que essa dissertação possui relevância histórica e social, uma vez que direciona seu olhar aos espaços de sociabilidade e das relações de gênero em um espaço que, também, foi destinado à organização comunitária, sendo esse um assentamento de Reforma Agrária. Reafirmo, ainda, sua importância por se propor a observar e analisar relações de gênero estabelecidas nesse Centro Comunitário, considerando que é relativamente pequeno o número de trabalhos que discutem gênero em espaços de luta pela terra na área da História.

Como destacado anteriormente, um dos motivos para estar investigando esse espaço é minha ligação com a comunidade, como filha de assentados e como forma de dar

continuidade às discussões que surgiram ao longo de minha formação acadêmica. Nessa dissertação de mestrado coloco como objetivo geral e central compreender as relações de sociabilidade que compõem o Centro Comunitário do assentamento José Dias, tendo em vista que essas relações são gendrificadas, pois a participação de homens e mulheres, nesse espaço, se dá por diferentes perspectivas.

Sendo assim, essa dissertação visa voltar a atenção para as relações de gênero, entendendo que as mesmas ocorrem por meio de relações de poder, muitas vezes desiguais para homens e mulheres. Diante disso, defendo a importância de estudar os espaços de sociabilidade que compõem essa comunidade, não apenas como palco das diferentes sociabilidades, mas, também, como um local onde homens e mulheres se relacionam e (re)constroem a sua história.

Esse estudo comprometeu-se em realizar uma análise problematizando as relações de gênero, pois estas são primordiais para abordar as relações entre diferentes indivíduos, para, então, pensar nas relações de sociabilidade que os envolvem.

Para tanto, foram necessários alguns pontos principais, os quais constituem os objetivos específicos dessa dissertação. Primeiro: identificar as transformações desse espaço e das interações que o mesmo possibilita. Isso solicitou uma descrição dos locais que compõem o Centro Comunitário, levando em conta os aspectos físicos e históricos que o constituem, bem como uma problematização das relações de sociabilidade entre os indivíduos que o frequentam, sejam eles moradores ou visitantes.

Segundo: descrever o perfil do público que frequenta o Centro Comunitário, levando em conta a faixa etária e o gênero, assim como as atividades com as quais estão envolvidos/as. Para tanto, foi necessário identificar os indivíduos que se apresentam com regularidade no Centro, levando em consideração as atividades e/ou jogos de que participam.

Terceiro: pensar as diferenças de apropriação dos espaços de acordo com o gênero. Para isso foi observado em que quantidade e de que forma as mulheres estavam frequentando esses espaços de sociabilidade, especialmente o bar, analisando quais atividades e/ou jogos envolvem tanto homens quanto mulheres, bem como sua visibilidade perante a comunidade.

Não menos importante são as transformações ocorridas ao longo do tempo no assentamento, sejam elas físicas ou não. Portanto, perceber o quanto esse ambiente de sociabilidade dos moradores se desenvolveu e o quanto as relações que lhe dão vida vêm se

transformando ao passar dos anos, sendo uma tarefa válida para uma pesquisa histórica.

É notória a mudança nas formas com que cada indivíduo se apropria desses espaços, bem como nas relações que esse público passa a ter com seus pares. Busquei entender quando e como essas transformações aconteceram e de que forma ainda acontecem.

Para o alcance dos objetivos propostos, realizei as entrevistas que compõem as fontes dessa dissertação, sempre levando em consideração as particularidades dessa comunidade. Tratando-se de uma comunidade de camponeses, pequenos agricultores, pessoas que lutaram através de sindicatos e MST pela garantia do seu direito de acesso à terra, são especificidades a se pontuar.

A intenção inicial da dissertação era de entrevistar pessoas de faixas etárias diversas, tanto homens quanto mulheres, entretanto, tive maior colaboração do público feminino, de forma que, das oito entrevistas realizadas, seis foram com mulheres. Algumas pessoas que foram pensadas, inicialmente, para realizar o convite à entrevista não puderam participar, de forma que optei por aquelas que se voluntariaram a participar. As entrevistas foram semi-estruturadas, a começar por uma breve história de vida de cada participante, seguindo de questões pontuais sobre o Centro Comunitário, visando, sobretudo, conduzir para maior liberdade aos entrevistados(as), porém, sem deixar que o assunto se perdesse. Ressalto que utilizei as informações contidas nas entrevistas mediante termo de consentimento informado, o qual foi previamente assinado pelos entrevistados(as) a fim de que pudesse ser realizada a gravação de suas falas.

Na fase de elaboração do projeto de pesquisa da dissertação, a ideia inicial era realizar, ao menos, dez entrevistas com pessoas que frequentavam o Centro Comunitário com constância. Entretanto, com o grave alastramento da pandemia Covid-19, os planos foram adiados e repensados.

A princípio, a ideia era usar o diário de campo com o objetivo de observar os espaços de sociabilidade, contudo, as restrições necessárias para impedir a disseminação do Coronavírus impossibilitaram essa investigação. Tais dilemas provocaram o atraso na pesquisa, mas, após o cronograma de vacinação se efetivar, estando eu e os entrevistados(as) vacinados(as), foi possível realizar os encontros necessários para a produção das fontes, sempre seguindo os protocolos de segurança em acordo com o decreto do município onde as entrevistas foram realizadas, sejam eles: Inácio Martins e/ou Rebouças, ambas cidades do interior do Paraná.

Durante o curso da elaboração desse estudo me deparei com situações que não estavam previstas na elaboração do projeto dessa dissertação, situações que interferiram para além da ordem do cronograma previamente definido. A pandemia, além de impossibilitar os encontros entre mim e os participantes, também afetou os relatos quando estes foram possíveis de acontecer. Devido ao fato de o Centro Comunitário do Assentamento José Dias ter sido fechado durante vários meses, pois estava cumprindo decretos Municipais e Estaduais, as pessoas que o frequentavam ficaram sem seu espaço de sociabilidade, estando isolados em casa. Esse fato do presente acabou alterando a forma como os participantes relataram suas experiências de convivência, de lazer e sociabilidade. Percebi, em alguns relatos, que o ambiente os afetou psicologicamente, pois, se tratando de uma comunidade rural já isolada, perder seu único local de sociabilidade tem um grande significado.

Sendo assim, em várias entrevistas houve certa comparação entre antes e depois da pandemia, despertando um rememorar afetoso sobre esse local de sociabilidade, enfatizando o quanto as relações empreendidas são de vital importância na vida de cada um e cada uma que participou dessa dissertação.

A realização das entrevistas se deu após a discussão da metodologia da história oral e memória, com importantes colocações de Michael Pollak (1992), Maurice Halbwachs (1990) e Alessandro Portelli (1997), autores que foram essenciais para compreender a constituição do rememorar das entrevistadas e dos entrevistados. Assim, as principais fontes utilizadas na confecção desta dissertação foram as entrevistas realizadas a partir da história oral.

Em relação à discussão proposta por Portelli (1997), alguns elementos são válidos de serem destacados nesse momento, especialmente o fato que o autor apontou sobre a fonte oral ser um documento que reflete tanto a ação do entrevistado quanto do entrevistador, que nele há construção de um depoimento e depois de um texto que passa por influência de ambos: narrador e entrevistador. Me deparei com situações em que a pergunta realizada por mim era interpretada pelo depoente de uma forma diferente do meu objetivo inicial, possibilitando que ele se apropriasse da questão e a respondesse de outra forma. Isso também ocorreu em alguns momentos em que o entrevistado preferiu não responder a determinadas questões, seja por não saber ou por opção. Também houveram momentos em que, com minhas intervenções, acabei despertando memórias um tanto dolorosas ao entrevistado, por exemplo, em uma entrevista, uma das informantes recordou a perda de um ente querido com o qual frequentava o Centro Comunitário, fato que deu um novo sentido ao ato de rememorar dessa entrevistada.

Por terem sido importantes para a realização dessa dissertação, irei falar brevemente sobre a história de vida de cada pessoa que foi entrevistada nesse processo. A disposição em descrever cada história é organizada com base na ordem em que as entrevistas foram realizadas.

A primeira entrevistada se chama Deisi Daniela Norte de 29 anos, filha de pais assentados que participaram da luta pela terra. Deisi nasceu na cidade de Inácio Martins e viveu toda sua infância e adolescência no Assentamento José Dias. Formada em Pedagogia, atualmente é professora na escola municipal da comunidade na qual seu filho estuda. Após o contato virtual, marcamos o encontro e a entrevista, a qual foi realizada na escola em que ela leciona, durante seu intervalo de trabalho.

A segunda pessoa entrevistada foi Elis Regina Berté de 39 anos, a qual, também, é filha de assentados. Ela nasceu na cidade de Capanema, na região Sudoeste do estado do Paraná, portanto, veio para o acampamento com seus pais quando era criança, passando, junto a eles, pelo processo de luta pela terra e dificuldades. Atualmente, Elis trabalha como agente comunitária de saúde no assentamento e em outras comunidades vizinhas. A entrevista dela foi realizada em uma sala da escola.

O terceiro entrevistado foi Mateus Felipe Nordt de 20 anos, filho de assentados que participaram de todo o processo de luta pela terra. Mateus nasceu em Inácio Martins, na década de 2000, portanto, ele faz parte de uma geração que nasceu em um momento em que os assentados já estavam estabelecidos em seus lotes. Ele mora com seus pais e trabalha na propriedade da família, com cultura de erva mate e extração de carvão. A entrevista foi realizada na casa da família em sua propriedade.

A quarta entrevistada foi Valéria Aparecida das Chagas Prediger de 44 anos, nascida na cidade de São João, região Sudoeste do Paraná. Valéria passou sua infância acompanhando seus pais durante tentativas de acampamento, uma primeira ocupação foi no município de São João, depois acamparam em Chopinzinho, do qual sua família foi despejada. Ficaram em um acampamento provisório até que vieram para a ocupação realizada em Inácio Martins. Ela acompanhou todos esses processos junto de sua família, residiu por muitos anos no assentamento e, atualmente, mora na cidade de Candiota, Estado do Rio Grande do Sul. Por conta da distância essa entrevista foi realizada virtualmente por meio de vídeo chamada, da qual foi feita a gravação de áudio.

Inês Genoeva Berté, de 61 anos, foi a quinta entrevistada. Ela nasceu no Estado de

Santa Catarina e veio para o Paraná com um ano de idade trazida pelos seus pais, morou em várias comunidades na cidade de Capanema, até vir com seu marido e filhos para o acampamento em Inácio Martins. Hoje ela é aposentada, mas passou a maior parte da sua vida trabalhando na agricultura, muitas vezes como bóia-fria³ antes de acampar onde hoje é o assentamento. O local marcado para a entrevista foi a sua casa, a qual foi organizada por intermédio de sua filha Elis e realizada ao ar livre.

A sexta pessoa entrevistada foi Célio Welzel de 64 anos. Nascido em Tenente Portela, no Rio Grande do Sul, ainda criança ele foi com os pais para Capanema no Paraná, casou-se e permaneceu com sua família até entrar para o MST e vir para o acampamento junto de sua esposa e filho de 8 anos. Célio já havia participado de minha pesquisa de TCC, pois ele foi parte da liderança do acampamento; o material produzido naquela ocasião permaneceu arquivado e alguns excertos foram utilizados no segundo capítulo dessa dissertação. Atualmente Célio é aposentado e continua morando no assentamento com sua esposa. Os dois também passaram por dificuldades e trabalharam como bóias-frias antes de conseguirem se instalar no Assentamento José Dias. Dessa vez, fui à casa de Célio com a finalidade de ver algumas fotografias que ele havia guardado, buscando imagens que remetessem ao Centro Comunitário. Conversamos um pouco e decidimos gravar uma nova entrevista.

A jovem Jessica Santos de Almeida de 20 anos foi a penúltima entrevistada. Jessica nasceu em Curitiba e morou boa parte de sua vida em Campo Largo, ambas cidades do Paraná. Foi lá que seu pai conheceu sua mãe, e, assim, conheceu o Assentamento José Dias, pois passou a visitá-lo, pois seu pai é filho de assentados e, praticamente, toda sua família ainda mora lá. Quando estava com 14 anos Jessica mudou-se com os pais para um terreno no assentamento, passando a ser moradora do local, concluindo seus estudos em uma escola do campo em Inácio Martins, estabelecendo novas relações na escola e no assentamento. Ela morou no assentamento até esse ano, quando resolveu sair e ingressar no mercado de trabalho. Entrei em contato com ela por meio de aplicativo de mensagem a fim de marcarmos um encontro e realizarmos a entrevista, pois, atualmente, ela reside em Rebouças, cidade vizinha de Irati na qual resido. Marcamos o encontro e eu fui até sua casa entrevistá-la.

Foi por intermédio de Jessica que entrevistei a oitava e última participante, que chama-se Dienifer Zanatto Piazza; elas moram juntas, então foi possível entrevistá-las na mesma

³ Boia-fria é um termo empregado aos trabalhadores que migram de uma região agrícola para outra, acompanhando o ciclo produtivo das diversas culturas. Uma das principais características é que esse trabalhador rural realiza tarefas temporárias sem vínculo empregatício.

ocasião. Dienifer tem 23 anos e é nascida na cidade de Bagé, no estado do Rio Grande do Sul. Seu laço com o assentamento, e, conseqüentemente, com Jessica, se deu quando ela conheceu alguns ex-moradores, casou-se e chegou a morar durante um tempo no assentamento. Dienifer já residiu em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas optou por ficar morando e trabalhando no Estado do Paraná. Mesmo após ter se separado, ela continua visitando o assentamento, visitando, inclusive, o Centro Comunitário. Sendo assim, ela demonstrou interesse em colaborar com a presente dissertação, pois é importante ter experiências e olhares distintos, sendo ela uma pessoa que pode ser considerada como visitante.

Além das entrevistas realizadas, foram utilizadas algumas fotografias para ilustrar o Centro Comunitário e algumas atividades que ocorreram nele. Entre as fotografias estão algumas obtidas através do contato com os moradores, e são parte do acervo da comunidade e foram digitalizadas para compor o texto, algumas são parte do meu acervo pessoal e outras foram obtidas com terceiros a quem recorri.

Esclarecidas as questões a respeito das fontes, faz-se necessário uma breve apresentação dos conceitos que nortearam a minha dissertação, dando-lhe sustentação para que não fosse cometido o equívoco de adentrar em análises simplistas.

Os principais conceitos que embasaram esse estudo são: gênero, espaço e sociabilidade; conceitos muito utilizados na historiografia, mas que, por muitas vezes, não aparecem de forma síncrona, ainda mais em análises de assentamentos rurais. A esse respeito, realizei um levantamento considerando trabalhos históricos que utilizassem os conceitos em harmonia, foi uma inspiração que tive por conta de uma disciplina realizada durante a graduação, a qual me levou a refletir sobre o porquê de não vermos, na área da História, muitos trabalhos com esse enfoque, e, foi a partir dessa ideia que iniciei o primeiro capítulo desta dissertação, o qual apresenta as discussões de tais conceitos.

Quanto ao conceito de gênero, me embasei na historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1995) que considera o gênero como uma categoria útil para a análise histórica. Scott (1995) versa a respeito das primeiras atribuições dadas ao termo gênero. Seu uso “faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1995, p. 85).

Todavia, ela critica a forma como o termo vinha sendo abordado, juntamente com a história das mulheres. Por isso propôs uma definição diferente, passando a considera-lo como

elemento constituinte das relações sociais que tem por base as diferenças que são atribuídas à cada sexo, ou seja, o papel atribuído a homens e mulheres de acordo com o sexo; também o considera como uma forma de significar relações de poder, as quais podem também ser distintas entre os sexos (SCOTT, 1995).

Nessa perspectiva é necessário estudar as masculinidades para que se possa entender as feminilidades, o que é possível a partir de um estudo relacional⁴. Portanto, esta dissertação encaixa-se nessa colocação ao passo em que se trata de um estudo que engloba ambos os sexos, pois as relações de sociabilidade ocorrem influenciadas também pelas relações de gênero.

Partindo desse conceito visa-se verificar que existem especificidades na forma com que cada sexo interage socialmente, e que as distinções embasadas nas relações de gênero afetam grandemente a forma com que as mulheres circulam ou deixam de frequentar determinados espaços. Assim, também, ocorre com os homens, os quais, a partir de um ideal hegemônico de masculinidade, podem ser adjetivados e bem recebidos ou não em determinados espaços, podendo, ainda, ser inseridos ou não em jogos e demais atividades.

Ao trabalhar com espaços de sociabilidade torna-se imprescindível a definição de espaço e lugar. Para isso, trabalho com a concepção do historiador francês Michel de Certeau (1998), segundo o qual caracteriza que o lugar é marcado por sua estabilidade, ou seja, cada lugar existe por si mesmo. O espaço, pelo contrário, é o efeito produzido sobre um lugar, através do movimento e das ações que o produzem. Sendo assim, o espaço em Certeau (1998) constitui-se por ele ser um lugar praticado. Desta forma, o Centro Comunitário se constitui em região, uma vez que a ação humana em suas interações mais simples, como uma roda de conversa, por exemplo, o consolida nesse lugar praticado.

Aliado ao conceito de espaço e de gênero, tem-se o de sociabilidade, o qual é caracterizado pelo sociólogo alemão Georg Simmel (2006) como a sociação entre um grupo de indivíduos. Essa sociação pode ser constituída em diversas formas, das quais escolhi trabalhar na concepção de uma relação marcada por conversas leves e desinteressadas que podem, ou não, levar em conta aspectos cotidianos dos participantes. Também trabalhei com o historiador francês Maurice Agulhon (2016), o qual incorporou a discussão de sociabilidade

4 Destacamos que compreendemos a diversidade de gênero existente, e que esta é defendida atualmente dentro do MST com bandeiras referentes ao grupo LGBTQIA+, além de consideramos essa luta muito importante para o reconhecimento de todas as formas de relações. Nessa dissertação utilizamos o conceito de gênero abrangendo as relações binárias: homem/mulher, por se tratar de um estudo que engloba os tais como atores principais.

na historiografia. Destaco suas chamadas “regras ocultas”, as quais podem ser como imposições inconscientes que dão sentido a um determinado local, atividade, etc, destacando que, apesar de não serem regras escritas em um manual, elas acabam determinando as ações das pessoas nesse local ou nessa atividade.

Após explanados os conceitos gerais, passo para a apresentação de como a dissertação foi elaborada. A divisão estrutural dessa dissertação foi realizada em três capítulos, os quais possuem entre três a quatro tópicos com os subtemas trabalhados. O primeiro é intitulado “Assentamento, gênero, memória e espaços de sociabilidade: uma breve discussão”, nesse tópico realizei um breve mapeamento sobre as pesquisas que tem como objeto os assentamentos rurais, inserindo a discussão desse objeto na historiografia relacionando-o ao conceito de gênero. Também discuto os conceitos gerais destacados acima, com um tópico destinado aos espaços de sociabilidade pela ótica de gênero e, por fim, um espaço em que discuti a metodologia da história oral e memória, atrelando-os ao meu objeto de pesquisa que é o Centro Comunitário do Assentamento José Dias.

No segundo capítulo “O Assentamento José Dias (PR) e os seus espaços de sociabilidade” apresentei um histórico geral do assentamento com apontamentos sobre a construção de uma memória oficial atrelada ao MST, tendo embasamento teórico e relatos de assentados para análise. Também realizei uma descrição do Centro Comunitário e do perfil dos seus frequentadores, com base em observações de campo realizadas ainda durante a escrita do projeto de pesquisa da dissertação. Por fim, fiz uma discussão de gênero e geração e realizei uma apresentação dos enfrentamentos necessários para que as entrevistas pudessem ser gravadas.

O terceiro capítulo é intitulado “Rememorando as experiências de lazer e o cotidiano dos espaços de sociabilidade do assentamento a partir do gênero”, no qual analisei as fontes construídas a partir da realização das entrevistas. Essa análise ocorreu relacionando os textos transcritos com o aporte teórico escolhido como alicerce dessa dissertação. Por isso, o capítulo foi dividido em três tópicos, sendo que trabalhei com as relações de gênero que permeiam as relações de sociabilidade da comunidade, destacando que, dentre essas, há, também, uma hierarquia de gerações. Discuti os usos e apropriações distintas que os espaços do Centro Comunitário possibilitam hoje e possibilitaram ao longo do tempo. E, apesar de não estar incluso nos planejamentos dessa dissertação, um tópico foi pensado propositalmente para ser voltado à ressignificação desse espaço de sociabilidade por conta da pandemia Covid-

19. Por fim, estão apresentadas as considerações finais.

Como esse estudo trata-se de um deslocar-se entre o pessoal e o profissional, entre parte de minhas relações identitárias, fruto das minhas memórias que se fundem com os desafios da historiografia no presente, decidi, juntamente com minha orientadora, desenvolver essa dissertação utilizando de dois modos/vozes de narração. Nessa introdução escrevi em primeira pessoa, ao desenvolver esses tópicos foi possível fornecer foco dos acontecimentos, das descrições que cercavam o cotidiano do Assentamento José Dias, cingindo de personalidade e precisão narrativa. A utilização da terceira pessoa do plural diz respeito ao fato de que todo o trabalho foi feito sob a orientação da Professora Doutora Nádya M. Guariza, portanto, nada mais que justo que o uso desse recurso textual para acentuar a sua importância nas análises e reflexões realizadas durante a escrita.

CAPÍTULO 1

ASSENTAMENTO, GÊNERO, MEMÓRIA E ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE: UMA BREVE DISCUSSÃO

Neste capítulo optamos por tratar os aspectos mais teóricos que embasaram a pesquisa. Para tanto, trouxemos algumas discussões conceituais, divididas nos quatro tópicos, aqui intitulados: 1.1 Assentamentos como objeto de pesquisa: traçando fronteiras para o estudo; 1.2 O conceito de espaço na história e de espaços de sociabilidade; 1.3 Olhar os espaços de sociabilidade no assentamento a partir da ótica de gênero e; 1.4 Os espaços de sociabilidade e o lembrar: uma discussão sobre a metodologia da história oral.

Inicialmente realizamos um levantamento com enfoque no andamento de pesquisas na área da História que tiveram como objeto os assentamentos rurais, partindo para um apanhado geral envolvendo outras ciências com o objetivo de encontrar uma relação entre os assentamentos rurais e gênero. No segundo tópico fizemos uma discussão sobre o conceito de espaço para a História, trazendo as contribuições de Michel de Certeau, também trabalhamos o conceito de sociabilidade partindo das contribuições do sociólogo Georg Simmel, até a inserção do conceito na História enfatizando as contribuições do historiador francês Maurice Agulhon. O terceiro tópico foi destinado à discussão sobre o conceito de gênero, entendido como construção sociohistórica que destina papéis a homens e mulheres, tendo, como principal autora, a historiadora norte americana Joan Scott. Sendo assim, enfatizou-se sua importância para a análise das relações de sociabilidade, possibilitando um olhar distinto sobre elas. Por último, e não menos importante, discutimos sobre a metodologia da história oral com apontamentos de Alessandro Portelli e de historiadores brasileiros como Lucília de Almeida Neves Delgado, também foram trabalhados recortes sobre a memória, pois compõem grande parte dessa pesquisa, sobretudo na construção das fontes orais a partir dos relatos.

1.1. Assentamentos como objeto de pesquisa: traçando fronteiras para o estudo

Essa dissertação propõe o estudo do Centro Comunitário de um assentamento rural produto da Reforma Agrária por uma perspectiva pouco utilizada na historiografia, as relações de sociabilidade com base nas distinções de gênero. Antes de tomarmos o objeto da pesquisa, gostaríamos de fazer uma apresentação de como estão as pesquisas sobre assentamentos rurais

na historiografia recente, analisando se as relações de gênero são elencadas e consideradas dentro dos estudos já realizados.

Para realizar o levantamento da produção historiográfica, optou-se por recortar as pesquisas que envolveram os assentamentos rurais de sem-terra nos anos seguintes à década de 2000 até o ano de 2019. Primeiramente, foi efetivado um levantamento de tais produções na Universidade Estadual do Centro-Oeste, instituição à qual está posta a linha de pesquisa de Pós-Graduação “Espaço simbólico, ambiente e corporeidades”, a qual, ainda, insere-se esse estudo. Após essa primeira análise notou-se que são poucas as produções envolvendo tal temática na instituição, entre dissertações, teses e livros disponíveis na biblioteca física e na base de dados da pós-graduação.

Como foram poucas as produções encontradas no acervo da instituição, buscou-se, também, pelo portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o objetivo de encontrar dissertações que contemplassem tal tema como objeto. Dessa forma, vimos que há um grande número de produções em diversas áreas de conhecimento. A fim de realizarmos um refinamento nesses números, pesquisamos por assentamentos rurais, nos deparamos com 11.984 dissertações escritas, nas mais diversas áreas de conhecimento. Filtrando para as Ciências Humanas, esse total cai para 3.625 produções e, por fim, na História, o total é de apenas 467 dissertações. Dentre esse total podemos dizer que menos da metade trabalha, de fato, com assentamentos rurais de Reforma Agrária, porque o filtro de busca traz, também, produções sobre assentamentos urbanos e sobre outras formas do meio rural, como quilombos e faxinais, por exemplo.

Foi possível perceber que a referida temática serve de objeto de estudo para diversas ciências além da História, dentre elas a Sociologia, a Geografia, a Educação, as Ciências Agrárias e Florestais, a Psicologia, a Filosofia e por aí afora. Destaca-se, ainda, que muitos desses trabalhos perpassam por questões políticas.

Grande parte dos trabalhos abordam questões relacionadas à memória, lutas e conflitos, ao cotidiano, à resistência e experiências de acampamentos e assentamentos, remetendo ao MST e ao sindicalismo rural em alguns casos. Há pesquisas relacionadas à temática em todo o Brasil, sendo que, no Paraná, a Universidade Estadual do Oeste (Unioeste) é a que mais proporciona estudos nessa linha. Além da História, as pesquisas na área da Geografia são bem fortes nessa instituição, tanto que o professor João Edmilson Fabrini possui diversas produções sobre a temática, a exemplo dos livros: *Assentamentos de*

trabalhadores sem-terra: experiências e lutas no Paraná (2001) e *A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra* (2003).

A maioria das pesquisas em História que abordam esse tema de assentamentos rurais provindos da Reforma Agrária problematiza a questão dos conflitos e disputas na luta pela terra, processo esse que se vincula tanto ao MST quanto à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Fato esse que faz com que muitos pesquisadores na História abordem a relação da Igreja Católica com os sindicatos rurais e movimentos sociais, os quais se constituem como base de apoio aos sem-terra e assentados.

Um caso, por exemplo, é do Professor Dr. João Carlos Corso do Departamento de História da Unicentro *campus* Irati, o qual publicou recentemente o livro *Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da comissão pastoral da terra e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra nas décadas de 1980/1990* (2019). Essa obra é resultado de sua pesquisa de doutorado, em que, na oportunidade, ele problematizou a participação da Igreja Católica nas articulações dos movimentos sociais, especialmente por seu posicionamento favorável à essas instituições no período de redemocratização do país, abordando, inclusive, as representações que permeavam as práticas, tanto dos líderes religiosos quanto dos militantes, mostrando uma relação que passa do religioso à militância.

Outras pesquisas seguem diretamente em direção aos movimentos sociais, problematizando sua forma de organizar determinado grupo de pessoas, criando propósitos e objetivos, contribuindo para a conscientização e a união desses grupos. Nessa linha aparecem pesquisas relacionadas à resistência e ao cotidiano dos acampados e assentados, envolvendo abordagens da identidade e memória. Nesse contexto há uma importante obra de Eliane Cardoso Brenneisen, a qual se intitula *Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais* (2002). Na obra em questão, Brenneisen faz uma discussão sobre como se dão as relações de poder e dominação dentro dos assentamentos, levando em consideração que o MST trabalha para organizar uma forma de produção coletiva nos assentamentos, tentando impor um trabalho cooperativo, o que a autora classifica como violência simbólica. Ela faz uma crítica à tal postura e afirma: “é preciso que se concebam os agricultores envolvidos nesse processo como protagonistas de sua própria história e não como coadjuvantes de um processo pronto e acabado” (BRENNEISEN, 2002, p. 289).

Seguindo nessa linha, surgem, na História, estudos que utilizam a fonte oral como fundamento de sua pesquisa, como, por exemplo, o livro do professor Dr. José Adilçon

Campigoto, também do *campus* Irati, *O MST em Santa Catarina: narrativa de um trabalhador rural* (2006). Nesse livro o autor propõe realizar uma espécie de narrativa, como ele diz: “imitando os ‘antigos contadores de casos’ e inspirada nas discussões pertinentes ao campo da chamada ‘história vista de baixo’” (CAMPIGOTO, 2006, p. 9). Para tal desígnio, o autor utiliza como fundamentação a análise de Carlo Ginzburg em *O queijo e os vermes*. Entretanto, Campigoto escreve sua história a partir dos relatos de um sujeito contemporâneo, um agricultor do Estado de Santa Catarina. Esse sujeito descrito nunca fez parte de ocupações de terras, mas era auxiliar dos acampados na região e teve grande papel na articulação do MST nessa área. A partir da narração de seu “personagem”, Campigoto propõe compreender a luta pela terra em seu cotidiano, defendendo que “a história não é feita apenas de grandes acontecimentos. É também feita pela ação diária de homens e mulheres” (2006, p. 13).

O Professor Dr. Ariel José Pires empenhou várias pesquisas nesse assunto, inclusive ao orientar alunos do *campus* Santa Cruz da Unicentro, localizado na cidade de Guarapuava. Uma de suas importantes obras é sua dissertação de mestrado: *Assentamentos de sem-terra em Guarapuava: histórico e cotidiano* (1996). Além de diversos artigos e capítulos de livros publicados nessa mesma linha, ele pesquisou a relação entre o movimento e o catolicismo em sua tese de doutorado realizada em 2002: *O MST e a política social católica: concepções, ambiguidades e permanências na luta pela terra agrícola (1980-2000)*.

É merecedor de destaque a área da Educação, na qual há, também, um grande número de pesquisas que tomam os assentamentos rurais como objeto. Sendo assim, muitos pesquisadores abordam a educação do campo, enfatizando a proposta do MST para uma educação mais conscientizadora, gerando discussões e problematizações de como se dá à abordagem da educação nas escolas de assentamentos. Também são objeto de estudo, nessa área, a evasão de jovens das escolas, bem como do meio rural, sendo, especificamente, nesse foco que o Assentamento José Dias foi utilizado como objeto da pesquisa de mestrado de Fabiano Antonio dos Santos. Na oportunidade foi problematizada a questão da evasão dos jovens do assentamento, os quais abandonam à escola para, muitas vezes, irem trabalhar na cidade. Sua dissertação foi defendida em 2006 com o título *Trabalho e Educação do Campo: a evasão da juventude nos assentamentos de Reforma Agrária – o caso do Assentamento José Dias*. Nesse trabalho, especificamente, ele discute a questão agrária no Paraná, a formação e ocupação de terras pelo MST para, depois, adentrar ao âmbito que diz respeito à educação e ao seu objeto de estudo: o assentamento.

Encontramos, atualmente, no campo da História, muitos trabalhos com foco em mulheres agricultoras e/ou fumicultoras, apontando sobre suas trajetórias de vida e suas representatividades no campo; pesquisas sobre o Movimento das Mulheres do Campo (MMC) e a Marcha das Margaridas, as quais são formas de resistência protagonizadas por mulheres do campo. Nesse contexto, temos a dissertação de Marisangela Lins de Almeida defendida em 2015 no PPGH-Unicentro, a qual se intitula: *“A gente também tinha coragem de enfrentar”*: análise das atuações políticas das trabalhadoras rurais da região central do Paraná (1980/1990).

Nessa oportunidade Almeida buscou analisar “as práticas das mulheres trabalhadoras rurais no contexto sindical rural do município de Pitanga-PR e de alguns aspectos das relações sociais que permeiam o cotidiano familiar e social camponês” (ALMEIDA, 2015, p. 21). Para isso, fez uso da metodologia da História Oral a fim de entrevistar uma mulher que participou das lutas sindicais nas décadas de 1980/1990. Para a pesquisa, Almeida também teve acesso a alguns documentos escritos, disponíveis no sindicato dos trabalhadores rurais da cidade. Nesses documentos, segundo a autora, há uma invisibilização da participação feminina, o que indica “uma ação política sindical rural centrada no homem” (ALMEIDA, 2015, p. 27), enquanto os relatos, frutos das entrevistas, mostraram a existência dessa participação.

Almeida afirma que, “apesar de ser, indiscutivelmente, espaço do masculino, o sindicato rural instrumentalizou a luta social das mulheres rurais” (ALMEIDA, 2015, p. 33). A autora trabalhou com a noção de que o espaço de dentro (privado) é destinado às mulheres e o de fora (público), aos homens. Dessa forma, ela buscou problematizar e analisar as táticas utilizadas para, eventualmente, corromper essa lógica estabelecida historicamente. Por essa ótica, Almeida percebeu que “mesmo inseridas em um espaço público, suas funções ainda, de certo modo, serão ligadas ao familiar/privado” (ALMEIDA, 2015, p. 195).

A autora realiza essa reflexão não desmerecendo a participação das mulheres agricultoras no sindicalismo rural, pois, mesmo relegadas ao papel tradicional de mulher, confinadas às atividades domésticas, essas mulheres tiveram a conquista de muitos direitos sociais, advindos da luta da categoria na época, como salário maternidade, direito à aposentadoria e ao reconhecimento enquanto trabalhadoras rurais, antes reconhecidas como mulheres do lar. Esse consistiu em um dos pontos cruciais na discussão da autora.

Uma pesquisa muito relevante para a História, com enfoque na abordagem das mulheres camponesas, é a tese de doutorado de Losandro Antonio Tedeschi, defendida em

2007 e que foi intitulada como: *Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul: identidades e representações sociais (1970 – 1990)*. Em seu trabalho, Tedeschi (2007) analisa as relações de gênero na região Noroeste do Rio Grande do Sul e a trajetória das mulheres trabalhadoras rurais para superar seu papel tradicional e historicamente construído na sociedade ocidental. Partindo da relação poder/trabalho, também analisa o protagonismo dessas mulheres no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), sobretudo ao problematizar a visibilidade e acesso ao espaço público, questionando se isso promoveu alguma mudança nas relações de gênero em suas famílias e na divisão do trabalho no meio rural. Tedeschi realiza tais discussões tendo a História Cultural e a concepção de práticas e representações propostas por Chartier como norteadoras.

O pesquisador utilizou como fonte alguns manuscritos que correspondem a atas, livretos e panfletos provenientes do movimento, encontrados em sindicatos da região; também utilizou a metodologia da História Oral entrevistando as mulheres líderes e militantes que protagonizaram as lutas do movimento entre as décadas de 1970 a 1990. Ele utilizou, ainda, para as entrevistas, a forma de história de vida e a entrevista temática a fim de trabalhar a respeito da inserção das mulheres no movimento. Tedeschi (2007) constatou, em sua pesquisa, que, apesar da visibilidade e do acesso a direitos sociais proporcionados pelo movimento e pelos sindicatos, as mulheres camponesas não conseguiram um protagonismo que mudasse a relação de divisão de tarefas e de poder no meio rural, historicamente baseados no gênero.

Ao fim de sua tese, Tedeschi concluiu que a participação das mulheres agricultoras no MMTR não lhes possibilitou disseminar reflexões que pudessem melhorar sua condição nas relações de gênero. Isso se deve, em parte, porque o movimento entendia que “abraçar as bandeiras do Movimento Feminista era perder o horizonte maior da mobilização enquanto classe”, pois estariam abraçando as causas das mulheres urbanas, fato que tornaria o MMTR “despossuído de ferramentas de análise da sua realidade histórico-social, tais como as questões de gênero, de poder e de trabalho” (TEDESCHI, 2007, p. 214-215).

Dessa forma, o MMTR contribuiu para que as mulheres agricultoras continuassem exercendo seu papel tradicional, não indo além da conquista de benefícios sociais. Tedeschi (2007) observou que, após a mobilização, a maioria das mulheres pararam de ir aos encontros do movimento, optando, apenas, por suas atividades domésticas, continuando submetidas à mesma relação de poder em relação aos homens. Todavia, Tedeschi (2007) afirma que essas

mulheres (re)interpretaram essa relação de dominação, tanto que elas não a enxergam como tal, pois, para elas, o seu poder está em manter sua família, em conduzi-los através de seus cuidados (TEDESCHI, 2007, p. 225).

Alguns anos mais tarde, Losandro Tedeschi orientou a pesquisa de Guilherme Luís General Miranda intitulada *A trajetória de mulheres migrantes do Assentamento Itamarati: relações de gênero e trabalho*, dissertação defendida em 2017. Destaca-se que é uma das poucas pesquisas em História que abordam a temática de assentamentos rurais de Reforma Agrária relacionando à perspectiva das relações de gênero. Ela está disponível no catálogo de teses e dissertações do portal da CAPES.

Miranda (2017), em sua dissertação, utilizou a metodologia da História Oral a fim de elucidar as narrativas das trajetórias das assentadas que fizeram parte de sua pesquisa. Ele fez uma espécie de história das mulheres apontando, também, como se deu sua relação de trabalho dentro do assentamento. Nessa análise em questão, Miranda (2017) percebeu as divisões sexuais do trabalho e que proporcionou um eixo norteador para sua discussão sobre relações de poder entre homens e mulheres, ou seja, relações de gênero. O autor trabalhou com entrevistas articulando-as com algumas imagens e recortes de jornais que ele diz serem de cunho ilustrativo.

Essa pesquisa é vista como de grande relevância, visto que direcionou estudos atuais com enfoque na temática do assentamento rural. O autor fez uma discussão pautada em Bourdieu e Chartier, trabalhando, também, a questão da representação e o conceito de *habitus*. Miranda (2017) concluiu que as mulheres são “sujeitos imprescindíveis e fundamentais para a sobrevivência do núcleo familiar no campo e nos milhares de assentamentos rurais pelo Brasil, mesmo que seu protagonismo, resistência e força feminina passem despercebidos pela história brasileira” (MIRANDA, 2017, p. 126). Por isso é importante que a historiografia se atente a essas discussões.

Apesar das recentes discussões na História abordando a história das mulheres e as distinções de gênero nos assentamentos rurais, é na área da Sociologia que as pesquisas nesse âmbito vem ganhando cada vez mais espaço. São inúmeros os trabalhos que caminham na direção das relações sociais e de gênero em assentamentos rurais. É uma linha de pesquisa muito forte no campo dessa ciência, por isso, a maior parte das dissertações sobre o tema, disponíveis no portal da CAPES, são provenientes de programas de pós-graduação em Sociologia.

Os nomes mais citados entre as bancas foram de Anita Brumer, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria das Graças Rua e Miriam Abramovay, com orientações nessa temática e muitas produções de livros, artigos e capítulos de livros, abordando, de forma ampla, os conflitos rurais e, especificamente, as relações de gênero. É notável, nas pesquisas da História, que há um grande número de referências às pesquisadoras elencadas, principalmente Medeiros e Brumer que aparecem em um leque enorme de citações, isso por terem um número muito grande de produções que construíram e seguem fomentando o desenvolvimento das pesquisas sobre o meio rural e gênero em assentamentos de Reforma Agrária. Essas autoras são utilizadas como referência tanto na História quanto em outras áreas, como a Educação, a Geografia, por exemplo.

Podemos destacar o livro *Companheiras de luta ou “coordenadoras de panelas”?* *As relações de gênero em assentamentos rurais* (2000), uma parceria das sociólogas Rua e Abramovay. As autoras enfatizaram, na ocasião, que uma análise da subordinação do feminino em relação ao masculino já vinha sendo realizada, “passa-se para a preocupação em conhecer as relações de gênero; e nessas, os papéis masculinos e femininos, sua modelagem política, cultural, econômica e os seus substratos institucionais e simbólicos, enfatizando-se lugares e dinâmica de poderes” (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 29). Por meio desse pressuposto, as autoras buscaram realizar uma descrição da vida cotidiana nos assentamentos, atentando-se para as condições de vida de homens e mulheres, tendo as relações de gênero como norteadoras.

Sabe-se que a escrita da historiografia é um documento, portanto, nos remete a traços de seu tempo. Sendo assim, salienta-se a necessidade de uma escrita que é descrita a seguir. Trata-se de uma produção no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), publicada em 2008 por pesquisadores e representantes de entidades governamentais, sendo que sua produção e lançamento possuem um grande simbolismo por se tratar de um contexto em que um governo de esquerda estava no poder. Destaca-se, assim, um elo governamental, trazendo conflitos de interesses na publicação do livro que é citado a seguir. Todavia, não desmerecemos sua relevância na temática estudada.

Uma produção de suma importância na discussão de relações de gênero em assentamentos rurais é o livro *Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil*, essa obra foi publicada em 2008 com a participação de Medeiros, Brumer e muitas outras autoras com artigos discutindo a temática. O livro é organizado por Adriana Lopes e Andrea

Butto Zarzar e conta com seis capítulos em que são encontradas reflexões sobre a tônica de gênero, agricultura familiar e o empoderamento da mulher assentada.

Destacamos a introdução do livro escrita por Leonilde Medeiros: *Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa*; o capítulo de Hildete Pereira de Melo e Alberto Di Sabato: *Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária*; e, por fim, o último capítulo do livro, o qual foi escrito por Anita Brumer em parceria com Gabriele dos Anjos: *Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão*. Nesses artigos há uma evidente preocupação com a ênfase nas relações de gênero, mostrando que, dentro dos assentamentos, bem como na maior parte do meio rural, há uma relação de poder muito desigual entre homens e mulheres com a divisão sexual do trabalho, fato acirrado após a consolidação do assentamento, pois é nesse momento que as relações cotidianas se (re)estabelecem.

A discussão de gênero é atual na área da Educação, sendo que existem trabalhos como os de Sônia Fátima Schwendler, pesquisadora e professora da UFPR, que abordam a relação entre assentamentos rurais e gênero, com discussões que adentram às distinções de gênero com viés voltado à juventude. Nessa perspectiva citamos o artigo *A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa*, publicado em 2020, o qual salientou uma análise da divisão sexual do trabalho em áreas rurais focando em tensões produzidas por diferenças geracionais, em que a juventude camponesa faz parte de uma hierarquia social na qual se encontra em submissão.

Para a pesquisa, Schwendler (2020) utilizou a metodologia de história de vida, entrevistando jovens estudantes de assentamentos rurais. A autora reafirma o que muitas outras pesquisas trazem sobre a divisão sexual do trabalho, o fato de que, no campo, o trabalho da mulher é invisibilizado e desvalorizado devido a relação de trabalho produtivo/reprodutivo⁵. Schwendler (2020) notou que tais questões pesam muito para as novas gerações e que observa-se uma relação de desigualdade de gênero que afeta as jovens mulheres com maior peso, pois, além de recair sobre elas o trabalho doméstico, elas ainda vivem sob constante autoridade paterna, sendo que a maioria dessas moças afirmam ter falta de liberdade e autonomia.

A participação dos estudantes na pesquisa de Schwendler (2020) contou, também, com

⁵ O trabalho produtivo é concebido, ainda, como território masculino em que a presença das mulheres é tida como ajuda, este trabalho é o que geralmente traz a renda à família. O trabalho reprodutivo corresponde ao trabalho doméstico, ao cuidado, o que é colocado como trabalho de mulher.

a oferta de oficinas problematizando as relações de gênero, possibilitando que os mesmos refletissem suas ações e reformulassem seu pensamento sobre o assunto, levando esse debate para dentro da sua família. No final do seu artigo a autora reflete sobre as falas dos estudantes e sobre possíveis mudanças que as reflexões de gênero poderiam trazer nas famílias a partir do diálogo:

Os testemunhos das/dos estudantes são reveladores da reprodução da divisão sexual do trabalho, onde as/os jovens são socializadas/socializados desde crianças a partir de discursos, práticas e habitus genderizados. Contudo, revelam também experiências colaborativas que se instauram em várias famílias, as quais educam seus filhos a partir de arranjos mais colaborativos em termos de gênero e geração (SCHWENDLER, 2020, p. 11).

Pesquisas como essa mostram muito sobre a relevância de atrelar questão de gênero às pesquisas envolvendo assentamentos rurais. Apesar de ser recorrente questões de gênero desde o acampamento das famílias, segundo Schwendler (2015, p. 96) “os regimes patriarcais de gênero se manifestam mais fortemente na dinâmica do assentamento de Reforma Agrária, onde a comunidade e as famílias assentadas se organizam para viabilizar a vida no campo, com forte ênfase na produção econômica”. Por isso se faz de grande importância problematizar as relações de gênero também nesses espaços.

A partir desse levantamento é possível notar que na historiografia ainda há poucos trabalhos pensando nessa articulação de assentamentos rurais e gênero, que as nossas áreas vizinhas estão à frente no que tange essa discussão. Portanto, esse trabalho exhibe sua relevância, pois tem a pretensão de problematizar um tema que ainda é pouco discutido pelos/as historiadores/as. Sendo assim, apresentamos nosso objeto, o Assentamento José Dias, pois, no capítulo seguinte, abordaremos mais profundamente seus aspectos históricos.

O Assentamento José Dias localiza-se na área rural do município de Inácio Martins, fazendo fronteira com os municípios de Guarapuava e Prudentópolis, na região centro-sul do Paraná. O marco de fundação do assentamento é 05 de agosto de 1988, dia em que as famílias, com o apoio do MST, chegaram no território e deram início à ocupação. Essa ocupação mobilizou cerca de 1.600 famílias e ficou registrada entre as maiores ocupações realizadas pelo movimento no Estado.

Atualmente houve um marco importante para os assentados dessa Comunidade, em 05 de agosto de 2018 foi realizada uma festa para a comemoração dos seus 30 anos. Sendo que, nessa ocasião, foram feitas celebrações com cantos que fizeram parte da luta, além de

encenações. Foi um momento de rememoração em que os moradores afirmaram estarem reavivando a história do assentamento para que a mesma não caísse no esquecimento e desrespeito.

1.2. O conceito de espaço na história e de espaços de sociabilidade

Consideramos imprescindível para a discussão de relações de sociabilidade a definição do conceito de espaço para o campo historiográfico, pois entendemos que é nesse cenário que as relações são produzidas. Para tanto, compactuamos com a ideia de Michel de Certeau (1998) quando propõe os conceitos de espaço praticado, táticas e estratégias, de produção e consumo.

Michel de Certeau (1998), em *A Invenção do cotidiano*, no capítulo intitulado *Relatos de Espaço*, discute os conceitos de lugar e espaço. Segundo ele, “um lugar” é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Cada “lugar” existe por si mesmo, situado em um Lugar próprio. Sendo assim, o lugar requer uma condição de estabilidade.

Já, o espaço, de acordo com Certeau (1998), é o efeito produzido através do movimento, das ações que o orientam e o produzem, o espaço seria um “lugar praticado”. Sendo assim, somos nós, a partir de nossa interação com o meio, que transformamos o lugar em espaço. “O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação” (CERTEAU, 1998, p. 202).

Os lugares são transformados, principalmente, a partir dos relatos, “eles atravessam e organizam lugares; eles os selecionam e os reúnem num só conjunto; eles fazem frases e itinerários. São percursos de espaços” (CERTEAU, 1998, p. 199). Os lugares são ligados entre si e são transformados em espaço por esses relatos e itinerários.

Certeau (1998) inovou em sua forma de escrever a história quando colocou em questão que, para além de se estudar aquilo que é produzido, ensinado na sociedade, deve-se dar atenção também à forma como isso é recebido e utilizado, como se dá sua manipulação por aqueles que não são seus fabricantes. Isso requer uma análise das práticas cotidianas, das formas de utilização daquilo que se produz. Como exemplo, toma os programas de televisão, todos sabemos o que está sendo transmitido, mas ninguém sabe o que o indivíduo que está assistindo produz com tais imagens, qual o uso ou o consumo que ele faz daquilo.

É nessa perspectiva que Certeau (1998) propõe os conceitos de estratégia e tática:

Chamo de “estratégia” o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. [...] Denomino, ao contrário, “tática”, um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. [...] a tática depende do tempo, vigiando para “captar no vôo” possibilidades de ganho (CERTEAU, 1998, p. 46-47).

Certeau (1998) apresenta a tática como uma forma de mostrar que os mais fracos podem e detém formas de subverter a condição que estrutura a sociedade. As táticas podem ser usadas como modos de escapar às estratégias – às regras estabelecidas pelas instituições – pois são os modos de fazer, as práticas cotidianas, como o ato de cozinhar, falar, ler, fazer compras, entre outras, que se constituem em táticas utilizadas pela massa.

As táticas de consumo são “engenhosidades” do fraco para tomar partido diante face ao forte; apesar de serem compostas por um vocabulário dado, de línguas recebidas, “elas desenham as astúcias de interesses outros e de desejos que não são nem determinados nem captados pelos sistemas onde se desenvolvem” (CERTEAU, 1998, p. 45). Sendo assim, a tática é uma releitura, é aproveitar algo pensado para uma finalidade, mas de outro modo. A tática é, portanto, uma arte de fazer. Para o autor, existe uma linguagem de troca entre os que produzem e os que consomem, sendo no cotidiano que ocorre o consumo efetivamente, é no cotidiano que as imposições são relidas, reinventadas. Certeau (1998) propõe, assim, olhar para essas táticas e repensá-las de uma forma até então negada pela epistemologia da ciência (CERTEAU, 1998, p. 52).

O autor tece a ideia de percurso, ou seja, as idas e vindas entre estratégias e táticas, ou seja, o movimento da sociedade. Para ele, escrever história é escrever esses percursos, por isso Certeau propõe que os historiadores percebam esse espaço, o cotidiano, e o insiram em suas discussões. É nesse sentido que o espaço interessa à História, interessa como palco do consumo, como lugar onde ocorrem as táticas e estratégias, como um espaço praticado.

Quando Certeau (1998) discute produção e consumo, ele define produção como “racionalizada, expansionista, além de centralizada e barulhenta” (1998, p. 39), pode vir a ser aquilo instituído na sociedade através de meios de comunicação, indústrias etc. O consumo diz respeito a uma outra produção, “esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se

insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante” (1998, p. 39). O consumo corresponde à forma como a produção é recebida pela massa, muitas vezes o que é fabricado com uma finalidade é utilizada para outros fins, é reinventado.

O consumo pode ser notado em diversas situações em que os indivíduos empregam modos de utilização aos objetos, lugares ou meios, diferentes daqueles “impostos” em nossa sociedade. Dessa forma, o Centro Comunitário pode ser entendido como palco de diversas formas de consumo, por exemplo, quando a escola é utilizada como local de diversão e sociabilidade pelos jovens; quando as mulheres passam a frequentar o bar, local que, até então, era predominantemente masculino. Nessas adaptações e apropriações do espaço é que acontecem, também, as relações sociáveis.

Tendo como base esses conceitos de Certeau (1998), então podemos dizer que são múltiplos os lugares e, mais ainda, os espaços que podem ser constituídos nesses espaços. Um mesmo lugar pode ser palco de diversas experiências espaciais distintas. Por exemplo, uma sala de aula constitui um lugar, mas esse lugar pode comportar diferentes espaços a partir das experiências de cada indivíduo que faz uso dela. Podem existir vários usos de um mesmo lugar, pois essa sala de aula, a qual, com a presença do professor, se constitui um espaço de concentração e estudo, pode se tornar outro espaço totalmente diferente nos intervalos entre as aulas, nos momentos de confraternização da turma. O mesmo lugar é transformado de diferentes modos de acordo com a necessidade e a forma com que cada indivíduo se apropria dele. Assim, esses lugares se tornam palco de espaços de sociabilidade.

Sabemos o quanto a discussão e o uso de conceitos são importantes para uma pesquisa científica, na historiografia não é diferente. Por isso, pensamos em trazer, para essa dissertação, uma discussão conceitual e um pouco recente na área da História - o conceito de sociabilidade. Esse termo recorrentemente é utilizado em trabalhos, livros, teses e dissertações, não só da História, como, também, nas ciências humanas no geral, assim como na área do Direito, Administração, Psicologia, entre outras. Entretanto, são poucos os autores que discutem o conceito de sociabilidade. Normalmente o termo aparece apenas como uma palavra que define os momentos de lazer e diversão, atrelado à temática da pesquisa.

Motivada por essa tendência, no ano de 2017, a Professora Andréa Doré, do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR, organizou um seminário intitulado *O que é Sociabilidade?*, para o qual convidou diversos autores que mencionaram o termo

sociabilidade em seus trabalhos a fim de que pudessem conjuntamente refletir e discutir sobre o mesmo. Como resultado, no ano de 2019, foi publicado o livro com o mesmo título, dessa vez trazendo reflexões de Maurice Agulhon e de outros autores - entre os quais, um capítulo de Luiz Carlos Ribeiro (2019, p. 37-55) em que historiciza o aparecimento do vocábulo *sociabilidades* e os significados a ele atribuídos em diferentes contextos históricos -, bem como comentam, além de Agulhon, Georg Simmel, George Gurvitch, entre outros, ao estudar contextos específicos pautados por uma conceitualização do termo. Ainda nesse período, a partir de 2018, a Professora Ana Maria Rufino Gillies, participante do seminário de 2017 e do livro acima mencionado, passou a ofertar a disciplina *Espaço e Sociabilidades*, no Programa de Pós-Graduação em História da Unicentro, cujos resultados tem sido um tratamento das sociabilidades mais sólido, por meio de um relevante referencial teórico.

Dito isso, entendemos que era necessário, aqui, ir além da mera citação do termo. Dessa forma, visamos conhecer a origem desse conceito nos estudos sociais e a sua absorção para uso na historiografia.

Em relação ao conceito de sociabilidade, consta que foi apresentado por Georg Simmel, pela primeira vez, em 1910, por ocasião de um colóquio da Sociedade Alemã de Sociologia, em Frankfurt, sendo publicado pela primeira vez, em alemão, em 1917. As versões em outros idiomas passaram a ser publicadas a partir de 1950 (RIBEIRO, 2019, p. 44). Sua caminhada inicia quando o sociólogo define sociação como a interação entre os indivíduos, ou seja, quando estes formam grupos e constituem relações sociáveis entre si. A partir dessa premissa o autor passa a elencar certas características que, segundo ele, permeiam o que seria a sociabilidade, como o desinteresse, a ludicidade e a suavidade, os quais seriam elementos primordiais. Assim, Simmel define:

o “impulso de sociabilidade” extrai das realidades da vida social o puro processo da sociação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra. [...] As verdadeiras motivações da sociação, condicionadas pela vida, não têm importância para a sociabilidade (SIMMEL, 1985, p. 169).

A sociabilidade se constitui, para Simmel (1985, p. 169), em uma “forma lúdica de sociação”. O sociólogo defende que a sociabilidade, em seu sentido estrito, requer que os indivíduos deixem sua personalidade em segundo plano, visto que a sociabilidade não tem propósitos, nem conteúdo (objetivos concretos, materiais) e não apresenta resultados exteriores, “as condições e os resultados do processo de sociabilidade são exclusivamente as

peessoas que se encontram numa reunião social” (SIMMEL, 1985, p. 170).

Esse conceito serviu de suporte para muitas pesquisas em diversas áreas de conhecimento, inclusive na História, com o historiador francês Maurice Agulhon, por exemplo, mesmo que embora, e de forma inicial, Agulhon não tenha se dado conta de que “estava trabalhando com uma categoria de análise, por isso não o instigou qualquer discussão teórica, senão a posteriori, quando o conceito passou a se disseminar” (RIBEIRO, 2019, p. 50). Jordi Canal (2016) escreveu a apresentação do livro *Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989* de Agulhon. No subtítulo *La categoría de sociabilidad*, Canal (2016) já traz uma passagem do que Agulhon entende por sociabilidade:

La sociabilidad, es decir la calidad de ser sociable, sostenía el autor en 1981, equivale a los sistemas de relaciones que confrontan a los individuos entre ellos o que los reúnen en grupos más o menos naturales, más o menos forzados, más o menos estables, más o menos numeroso (CANAL, 2016, p. 33).⁶

De acordo com Canal (2016), Agulhon relacionava a categoria da sociabilidade com a história da vida cotidiana, considerando-a como parte também de uma psicologia coletiva. Canal (2016) afirma que “Desde la década de 1980, el concepto de sociabilidad se ha extendido y ha calado en la historiografía de un buen número de países de los continentes europeo y americano” (CANAL, 2016, p. 34)⁷. Isso ilustra a grande proporção tomada por esse conceito na área da História.

Agulhon (2016) foi o grande responsável por ampliar as discussões relativas ao conceito na historiografia, adequando-o para se tornar “objeto histórico”, o que o conduz à discussão da legitimidade de uma história da sociabilidade. Para o autor “*al convertirse en colectiva, en sujeto que varía en el espacio y quizá en el tiempo, la sociabilidad se convierte evidentemente en un objeto histórico posible*” (AGULHON, 2016, p. 105-106).⁸

Ao mesmo tempo, Agulhon (2016) levanta um questionamento: “*Si la sociabilidad varía en función del sexo, la edad, el rango soacial, etc., en el presente, ¿por qué no puede variar también en el espacio (región, nación o área cultural) y en el tiempo (Edad Media,*

6 Nossa tradução: “A sociabilidade, isto é, a qualidade de ser sociável, argumentou o autor em 1981, equivale aos sistemas de relações que confrontam os indivíduos entre si ou que os reúnem em grupos mais ou menos naturais, mais ou menos forçados, mais ou menos estáveis, mais ou menos numerosos (CANAL, 2016, p. 33).

7 Nossa tradução: “Desde a década de 1980 o conceito de sociabilidade se difundiu e permeou a historiografia de um bom número de países nos continentes europeu e americano” (CANAL, 2016, p. 34).

8 Nossa tradução: “Ao constituir-se coletivo, o sujeito que varia no espaço e, talvez, no tempo, com a sociabilidade torna-se, obviamente, um objeto histórico possível” (AGULHON, 2016, p. 105-106).

tiempos modernos, época industrial, posindustrial)?” (AGULHON, 2016, p. 110).⁹

Segundo Agulhon (2016), os historiadores, finalmente, teriam voltado sua preocupação de *“introducir en la historia el comportamiento más profundo del hombre”* (AGULHON, 2016, p. 111)¹⁰ considerando que tão importante quanto suas necessidades básicas, também o homem considera essencial relacionar-se com o outro, o que seria socializar-se. Para ele, *“la vida social es un inmenso tejido de intersubjetividades”* (AGULHON, 2016, p. 111),¹¹ cabendo aos historiadores saber se essa pode ou não tornar-se objeto para a historiografia.

Nas palavras do Doutor em História Social Fausto Henrique Gomes Nogueira (2018), o conceito de sociabilidade:

expressaria uma condição histórica dos grupos sociais, pois cada qual possui suas formas específicas de sociabilidade, que o historiador deve levar em consideração em sua análise. As pessoas, enquanto seres sociáveis, se reúnem para interagir com outros semelhantes identificados por múltiplos objetivos, seja no nível societal ou em associações formadas para determinados objetivos. Os homens constroem, assim, comportamentos coletivos, relações de afinidade, correspondências mútuas, sensibilidades; estabelecem, assim, através do contato com o outro, sistemas de relações e de identidades. Em suma, os indivíduos ao viverem em sociedade criam vínculos, construindo formas de pertencimento e solidariedades (NOGUEIRA, 2018, p. 39).

Segundo Nogueira (2018), esse conceito *“mostrou-se viável para se compreender determinadas especificidades da realidade social”*, pois, através dele, é possível descobrir comportamentos e atitudes que seriam oriundos de *“práticas relacionais e que são características de grupos específicos, estabelecendo, daí, fronteiras entre as classes sociais”* (NOGUEIRA, 2018, p. 40).

Mas como boa parte das áreas da História, a da sociabilidade pode, também, ter problemas. Agulhon (2016) chama atenção para isso. Segundo o autor, a categoria da sociabilidade tropeça em algumas dificuldades que causam debates entre historiadores, normalmente os motivos articulam-se a sua variação no espaço e tempo, bem como a frequente assimilação entre sociabilidade e associações. Ele também aponta que, por vezes, os historiadores da sociabilidade seriam tachados por escrever uma história medíocre,

9 Nossa tradução: *“Se a sociabilidade varia de acordo com sexo, idade, posição social, etc., no presente, por que não pode variar também no espaço (região, nação ou área cultural) e no tempo (Idade Média, Modernidade, Período Industrial, Pós-Industrial)? ”* (AGULHON, 2016, p. 110).

10 Nossa tradução: *“Introduzir na história o comportamento mais profundo do homem”* (AGULHON, 2016, p. 111).

11 Nossa tradução: *“a vida social é um imenso tecido de intersubjetividades”* (AGULHON, 2016, p. 111).

pretensiosa e puramente descritiva. Entretanto, para Agulhon (2016):

No obstante, se puede dotar de un sentido más general a la historia de la lenta constitución de nuestras costumbres, por lo que tiene de materialmente confortable y de moralmente tranquilizadora (o reglada, o civilizada). Detrás de la descripción de la sociabilidad puede haber una idea profunda (AGULHON, 2016, p. 113).¹²

Quando Agulhon (2016) discute as relações sociáveis entre os indivíduos, ele fala sobre a existência de regras ou costumes que, de forma oculta, influenciam os comportamentos em sociedade, que podem variar de um local para outro, as brigas, trazidas pelo autor como exemplo, possuem diferente conotação quando ocorrem em um baile ou em um pátio escolar, o que é útil para demonstrar as variações segundo o local.

Ele coloca essas regras ou códigos como coletivos, evolutivos e variáveis, o que é suficiente para considerá-los objetos históricos de forma que a História passa a abordar o subjetivo (os sujeitos) por trás do intersubjetivo (relações sociais). Podemos comparar a análise dessas regras às chamadas convenções sociais que, de maneira similar, ditam, implicitamente, normas de comportamento e/ou convivência.

Os elementos abordados anteriormente podem servir de suporte para a análise do Centro Comunitário estudado nesse estudo, sobretudo quando observamos os lugares ocupados pelas mulheres, idosos e crianças nesse espaço. Há certas atividades consideradas mais adequadas a cada um desses grupos. Por exemplo, não é possível ver uma mulher jogando futebol ou bocha, porém elas se enquadram no jogo do bingo em que é percebido grande número de homens idosos, o que pode nos levar à discussão de virilidade, masculinidade e feminilidade, que é tratado no decorrer desse estudo.

Essa análise encaixa-se na discussão de Agulhon (2016), pois não existe nenhuma norma escrita que proíba as mulheres de praticarem determinada atividade ou de frequentarem determinado espaço, não há um registro oficial, mas, sim, algo que configura códigos e normas de conduta, instituídos socialmente pelos moradores que define esse comportamento, uma “regra oculta”.

Sabemos que, se tratando da História, trabalhamos com a noção de permanência e transformação, o que pode ser verificado através do tempo. Neste sentido, consideramos importante a colocação de Agulhon referente às regras serem evolutivas e variáveis, o que é

12 Nossa tradução: No entanto, a história da constituição de nossos costumes pode receber um significado mais geral por aquilo que é materialmente confortável e moralmente reconfortante (ou regulado, ou civilizado). Por trás da descrição de sociabilidade pode haver uma ideia profunda (AGULHON, 2016, p. 113).

possível de ser analisado no Centro Comunitário estudado. Primeiro, relacionado à variação de comportamento, sabe-se que há alguns anos não havia presença de mulheres no Centro Comunitário, a não ser em dias de festividades ou de missa na capela. Com o passar dos anos começaram a reunir um grupo de mulheres para a prática do bingo, o local de encontro era a sala da copa utilizada nos dias de festas da comunidade, a copa ficava em uma sala nos fundos do salão de festas, chamado pela comunidade de barracão, nesse mesmo local do bar. Nos fins de semana era costume a copa permanecer fechada e sem uso, até começar a servir de sala do bingo.

A variação de comportamento pode encontrar-se no fato de os homens “aceitarem” que suas esposas, mães, passassem, também, a se reunir nesse local antes reservado somente a eles; no fato das mulheres passarem a frequentar esse espaço com mais assiduidade; e, ainda, no fato de muitas levarem seus filhos pequenos também para esse local. Entende-se, dessa forma, essas mudanças como evolutivas, pois antes permeia um comportamento que não permitia essas práticas, o que acabava deixando as mulheres restritas à ideia do espaço privado, fato que cai por terra quando essas saem de seus lares nas tardes de sábado e domingo para reunirem-se e socializar, como seus maridos.

1.3. Olhar os espaços de sociabilidade no assentamento a partir da ótica de gênero

Para discutir as relações de gênero que se perpetuam em nosso local de estudo, o conceito base é da historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1995), que versa a respeito dos primeiros usos do termo gênero. Segundo a autora, seu uso “faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens” (SCOTT, 1995, p. 85).

Todavia, Scott (1995) critica a forma como vinha sendo abordada a história das mulheres e o termo gênero, as quais, muitas vezes, estavam sendo tratadas como sinônimos, por isso propõe uma definição diferente. Scott (1995), considerada a precursora desse conceito, o problematizou considerando-o uma categoria de análise importante para a pesquisa na historiografia e demais ciências humanas, levando em consideração que tais relações ocorrem entre homens e mulheres. Scott (1995) define gênero em duas partes, primeiro como um elemento que constitui as “relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e, segundo, como uma “forma primária de dar significado às

relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Entretanto, antes de nos aprofundarmos no uso de seu conceito, é importante lembrar que o termo gênero teve grande disseminação pelo mundo afora e, muitas vezes, foram criados outros significados para o mesmo. De acordo com texto de Scott publicado em 2012, “os significados de gênero estão longe de estarem resolvidos” (SCOTT, 2012, p. 331). O uso do termo, por vezes, foi distorcido, sendo criada uma *teoria de gênero*¹³, como uma conspiração, em que o seu real significado é deixado de lado por interpretações incoerentes com a proposta da autora¹⁴.

Embora sabendo que as palavras e histórias geram múltiplos significados, Scott (2012) se sentiu atraída à refletir a respeito dos:

múltiplos e conflituosos significados que o gênero foi adquirindo no curso de sua adaptação relativamente recente numa referência gramatical a um termo que denota a relação social dos sexos. Em vez de (como eu equivocadamente pensei) tornar-se mais claro ao longo do tempo, gênero se tornou mais impreciso; o lugar de contestação, um conceito disputado na arena da política (SCOTT, 2012, p. 331).

Toda a repercussão do termo gênero e seus diferentes usos atribuídos fez com que Scott (2012) questionasse que “gênero se refere: é uma questão de mulheres, ou desigualdades, ou diferença sexual ou uma combinação destes?” (SCOTT, 2012, p. 332). Ou seja, qual é o lugar do gênero? Por que, afinal, parece não haver um lugar de descanso para o gênero? Para Scott (2012) isso se deve ao fato de a discussão de gênero ter se tornado um embate político, uma luta política. Em suas palavras:

É esta luta política que eu penso que deve comandar nossa atenção, porque gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p. 332).

Scott (2012) finaliza seu artigo defendendo que o gênero ainda é uma categoria útil de análise, pois é uma das formas utilizadas para tentar responder à questão da relação entre o cultural e o biológico, no que corresponde à relação e distinção entre os sexos. Para a historiadora:

13 No artigo Scott (2012) se refere à *teoria de gênero* como uma interpretação feita sobre o gênero, segundo a qual “as pessoas não são mais definidas como homens e mulheres, mas como praticante de certas formas de sexualidade: homossexual, heterossexual, bissexual, transsexual! [...] gênero é uma construção social e cultural a serviço da dominação das mulheres pelos homens” (SCOTT, 2012, p. 330).

14 Destaca-se que interpretações errôneas vêm sendo elaboradas nos últimos anos em relação a todos os estudos de gênero, indo além de críticas à proposta de Scott. Estas interpretações podem ser consideradas distorções que tem por objetivo contradizer o estudo de gênero e o reconhecimento de diversos grupos como homossexuais e transgêneros, além de considerarem os estes estudos um ataque a forma tradicional em que eram colocados os papéis de homens e mulheres, a qual vem sendo desconstruída.

Gênero, como nosso objeto de estudo, é, de fato, as respostas (contingentes, contenciosas e mutáveis) oferecidas para a irrespondível questão. De fato, as regulações normativas que estabelecem os papéis de gênero são tentativas de tornar a questão impossível de ser questionada. Como resultado, gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder (SCOTT, 2012, p. 346).

Ainda na perspectiva de Scott (1995), é necessário estudar as masculinidades para que se possa entender as feminilidades. Sendo assim, procuramos desenvolver essa dissertação como um estudo relacional, englobando ambos os sexos, ao passo que entendemos que as relações de sociabilidade ocorrem influenciadas pelas relações de gênero. Todavia, podemos perceber que existem especificidades ao se adentrar à esfera feminina e em suas interações sociais, e, muitas vezes, essas especificidades estão ligadas à sua distinção de gênero em relação ao masculino. A importância de trabalhar com essa perspectiva vem da própria autora. Scott (1995) aponta que as relações de gênero são construções sociais que definem os papéis do que se compreende como feminino e masculino. Desta forma, delimitam-se as ações de mulheres em espaços públicos, impondo regras sobre suas atividades e modos de se portar.

Partindo do que propõe Scott (1995), podemos dizer que todas as relações sociais são marcadas, primeiramente, em uma distinção de gênero. Da mesma forma, essas distinções baseadas no gênero podem refletir nas relações de sociabilidade dos indivíduos, uma vez que há, em certos locais, diferenças no espaço frequentado e nas atividades desenvolvidas por homens e mulheres.

A discussão de espaço público e privado pode auxiliar no entendimento da construção de relações sociais entre homens e mulheres. Para tanto, observemos o que propôs Catherine Hall (1991), em *Sweet Home*, sobre a divisão das esferas masculina e feminina, acentuada no início do século XIX:

No começo do século, quando os homens da burguesia, orgulhosos de seus êxitos no comércio e nos negócios, confiantes em suas aspirações religiosas, procuraram criar um mundo novo à sua imagem, essa imagem estabelecia uma enorme diferença entre a esfera masculina e a esfera feminina (HALL, 1991, p. 62).

Essas ideias, ligadas aos religiosos da época, os evangelistas, também eram acentuadas pelas transformações sociais que estavam ocorrendo, como o desenvolvimento da indústria e do comércio e a transformação da agricultura. Juntos, esses elementos deixaram as mulheres cada vez mais presas à esfera privada, ou seja, ao seu próprio lar.

A divisão das esferas era mais acentuada entre os burgueses, os quais mantinham suas

casas separadas de seu comércio, isoladas em áreas rurais, afastando seu espaço público da vida privada, essa última era destinada, exclusivamente, à vida familiar, sob os cuidados das mulheres. Segundo Hall (1991), essa ideia também era seguida pela classe operária, principalmente na percepção da mulher como uma boa dona de casa e boa mãe. A exceção entre eles era que suas esposas precisavam ter um trabalho, além dos cuidados do lar para ajudar na manutenção da casa. Então, as mulheres mais pobres poderiam trabalhar, desde que seu ofício fosse um prolongamento de sua condição natural: a costura e setores alimentícios.

Com a discussão proposta por Hall (1991), fica evidente que o isolamento da mulher ao lar é uma construção histórica e social, que permeia a sociedade há muito tempo, deixando fortes resquícios, principalmente nas áreas rurais. Michelle Perrot (2006) é outra estudiosa que discute essa divisão e salienta que “cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. [...] ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e aos tecidos’” (PERROT, 2006, p.178). Todavia, Perrot (2006) assegura que “A fronteira entre público e privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o micro-espaço doméstico” (PERROT, 2006, p. 180).

Essa última afirmação é confirmada em estudos realizados dentro de assentamentos rurais. Em uma pesquisa anterior, realizada como trabalho de conclusão do curso de História em 2017, a qual foi intitulada *História do Assentamento José Dias sob uma perspectiva da História das Mulheres*, percebemos que há, dentro do assentamento, uma divisão sexual do trabalho, segundo a qual ocorre a valorização, ou não, de uma atividade. As mulheres são as únicas responsáveis pelo âmbito doméstico, seja no cuidado dos filhos, da casa, da horta e quintal, ou dos animais domésticos, enquanto os homens são tidos como responsáveis pelo trabalho produtivo, ou seja, aquele que resulta na renda familiar¹⁵, e mesmo que a mulher tenha participado da plantação, manutenção e colheita do produto, são colocadas como ajudantes.

A pesquisa aconteceu por meio da realização de entrevistas nas quais trabalhamos com a reconstrução da memória dos indivíduos, tanto homens quanto mulheres, com o objetivo de rememorar a história de fundação do assentamento para reescrevê-la por uma ótica feminina. Durante os relatos houve uma distinção em relação ao papel direcionado aos homens e às mulheres na fundação, os homens portavam-se mais como líderes e responsáveis pelo todo. Já

¹⁵ Também há casos dentro do assentamento em que a mulher é a principal provedora do lar, pois existem funcionárias públicas da educação e saúde. Entretanto, trata-se de um número relativamente pequeno dentro da comunidade.

as mulheres, estavam atreladas às funções religiosas e maternais. Pois, além de preparar as celebrações e orações, elas estavam sempre dispostas a cuidar das crianças se outras mulheres precisassem, fosse cozinhando, costurando ou lecionando. Entretanto, quando analisamos fotografias da época, foi possível verificar que muitas mulheres trabalhavam na lavoura¹⁶, no serviço braçal, não somente em questões domésticas, fato que evidenciou o quanto os papéis destinados socialmente a cada gênero os prende a uma narrativa, mesmo que essa não seja uma narrativa que represente a todos/as.

A dicotomia público/privado somada à essa divisão sexual do trabalho está presente na sociedade há tanto tempo e pode ser considerada fator influente nas relações sociais dos indivíduos, visto que refletem como ocorre a sociabilidade de cada grupo. Os assuntos discutidos com recorrência em grupos de homens e mulheres podem variar de acordo com as disposições colocadas anteriormente, pois os assuntos do cotidiano podem estar implicitamente presentes nessas relações, apesar do esforço da sociabilidade em fugir de tais assuntos.

Sobre essa divisão Bourdieu (2012) considera que:

A divisão entre os sexos parece estar "na ordem das coisas", como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas "sexuadas"), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação (BOURDIEU, 2012, p. 17).

Segundo Bourdieu¹⁷ (2012), as diferenças entre os gêneros são reproduzidas pelas instituições por conta da própria primazia do masculino. Essa questão de ensinar a ser homem por meio de certas determinações que implicam na virilidade masculina não é fruto apenas da esfera doméstica, pois ela é reproduzida na família, na igreja, na escola e no Estado. Para o autor, a família é responsável pelos primeiros ensinamentos sociais do gênero masculino. Essas discussões trazidas por Bourdieu (2012) nos conduzem à refletir sobre a naturalização da divisão entre os sexos, a qual é percebida, em nossa sociedade, através de atividades e

16 Sabemos que historicamente é comum as mulheres aparecerem nos trabalhos na lavoura, não sendo algo atípico desta pesquisa, entretanto destacamos tal questão por esse trabalho da mulher não ser reconhecido como tal e ser identificado como uma "ajuda" ou complemento do trabalho do homem.

17 De acordo com Bourdieu, em *A dominação masculina*, mesmo quando nos dispomos a problematizar a questão da supremacia masculina sobre a mulher, nós estaríamos utilizando artefatos, modos de pensar, que são eles mesmos produtos desta dominação. Ou seja, são "as formas de classificação" com as quais construímos o mundo (mas que, originárias deste mundo, estão essencialmente de acordo com ele, mesmo que permaneçam desapercibidas)" (BOURDIEU, 2012, p. 13).

ações que fortalecem a dicotomia entre o masculino e o feminino.

De acordo com Bourdieu (2012), a dominação masculina encontra sua legitimidade no momento em que não necessita de justificativas, não requerendo discursos de legitimação, uma vez que já está alicerçada em uma condição “natural”. Segundo o autor:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 18).

As divisões de gênero, portanto, influenciam nas atividades e comportamentos de homens e mulheres socialmente. Isso pode estar ligado, ainda, às atividades e jogos das quais as mulheres participam no Centro Comunitário que analisamos, no qual elas estão muito vinculadas ao jogo do bingo, do qual, além delas, apenas os homens mais idosos, dados como menos viris¹⁸, participam. Dessa forma, mesmo que as mulheres assentadas tenham garantido um espaço nesse ambiente, tido socialmente como masculino, que é o bar e suas dependências, elas ainda são vinculadas à ideia de fragilidade, pois se tornaram praticantes de uma atividade (o jogo do bingo) que, normalmente é voltada aos idosos, por não exigir tanto esforço físico quanto o futebol ou a bocha, por exemplo, e por não ser uma atividade tão masculinizada quanto o bilhar.

Segundo Miriam Adelman (2006), as práticas esportivas em geral podem ser consideradas muito importantes para:

testar hipóteses sobre as mudanças nas relações e representações de gênero na sociedade contemporânea, um lugar particularmente sensível para indagar os rumos de uma cultura em transição – transição para padrões mais igualitários, mais “andróginos”, ou talvez, avançando embora lentamente no sentido de uma certa “despadronização” (ADELMAN, 2006, p. 11).

Apesar do enfoque da autora ter sido as amazonas, praticantes de hipismo e as jogadoras de vôlei da seleção brasileira, suas análises podem ser muito bem aproveitadas e utilizadas como embasamento pensando em outros ambientes, mesmo que amadores. Suas análises servem para exemplificar o quanto as determinações das relações de gênero construídas historicamente, apesar da colocada por ela; - “cultura em transição”, ainda estão

18 Segundo Bourdieu (2012, p. 20), “A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quiddidade do vir, virtus, questão de honra (nif), princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual — defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. — que são esperadas de um homem que seja realmente um homem”.

fortemente em pauta nos assuntos esportivos ligados às mulheres. Mudam-se as determinações sobre o corpo feminino, mas as distinções de gênero, em si, permanecem¹⁹.

Cabe a nós pensarmos o quanto essa transição está ou não afetando a comunidade que estamos estudando, pois tais transformações sociais acabam chegando tardiamente nas comunidades rurais, principalmente se estas são tradicionais ou tiveram uma relação com movimentos sociais, no caso o MST, em uma época em que as relações de gênero não estavam nos assuntos de pauta. As transformações ocorridas nessa Comunidade que estamos percorrendo se deram de formas distintas, pois as mulheres não se tornaram praticantes de esportes “masculinizados”, como o futebol ou a bocha. Aqui, a questão que nos chama atenção é a ocupação de espaços antes destinados apenas aos homens, pois socioculturalmente e historicamente o espaço público era reservado somente a eles (BOURDIEU, 2012; PERROT, 2006; HALL, 1991).

Ainda analisando a questão da divisão das práticas, estendemos nossa discussão a respeito desse ideal de masculinidade e sobre quando muitos estudiosos passaram a voltar seu olhar para o estudo sobre o homem, o ideal masculino e a ideia de uma masculinidade hegemônica, que perpassa pelas questões da dominação dos homens sobre as mulheres, social e historicamente constituída.

Para tal, utilizamos o artigo de Robert W. Connell e James W. Messerschmidt, no qual o conceito de masculinidade hegemônica é debatido, pensando em como se deu sua construção, quais são seus pontos fracos e pontos fortes. Tais questões são pontuadas baseando-se em críticas que o conceito vem recebendo ao longo dos anos, por seu uso constante em pesquisas das ciências sociais, histórica, psicológica, entre outras áreas.

Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que em 1980 surge o entendimento da masculinidade hegemônica “como um padrão de práticas [...] que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). E que:

A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa²⁰. Ela

19 Um exemplo é o trecho em que Adelman fala sobre uma questão que apareceu em suas entrevistas com as jogadoras da seleção brasileira de vôlei: “Inclusive, para a maior parte das jogadoras entrevistadas, era muito importante situar seu esporte particular como pertencendo à categoria dos esportes condizentes à construção ou manutenção da feminilidade” (ALDEMAN, 2006, p. 19). O trecho demonstra o quanto ainda há determinações e distinções de gênero nos esportes, e que existe ainda, uma padronização do que pode ser considerado um esporte adequado a mulher, de modo que esta não perca a sua feminilidade.

20 Entretanto, apesar de normativa, “hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela

incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

De acordo com os autores, as definições do conceito admitiam que suas relações de gênero eram históricas, portanto, construções. Dessa forma, a masculinidade hegemônica também foi entendida assim, passando a existir em determinadas circunstâncias, considerada aberta à mudanças históricas.

Entre os diversos usos que o conceito ganhou nas mais diversas pesquisas, destacamos a menção dos autores à representação do homem pela mídia, que apresenta sempre um ideal de masculinidade. Nessa esfera desponta a questão de esportes comerciais, como um foco de representações midiáticas da masculinidade. Se tratando especificamente do esporte, os autores registram que:

o campo em desenvolvimento da sociologia do esporte também encontrou um uso significativo do conceito de masculinidade hegemônica. Foi implantado na compreensão da popularidade dos esportes de contato e confronto – que funcionam como uma renovação contínua do símbolo da masculinidade – e na compreensão da violência e homofobia frequentemente presentes em meios esportivos (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 246).

Após críticas e embates, os pesquisadores acreditam que a base do conceito de masculinidade hegemônica deve ser assumir que existem diversas formas de masculinidade, mas faz-se necessário considerar que existe uma hierarquia entre essas masculinidades. A hegemonia constrói exemplos de masculinidade, símbolos, mas nem todos os homens seguem esse padrão. Connell e Messerschmidt (2013) concluem que:

Pesquisas confirmaram fortemente a ideia da construção histórica e da reconstrução das masculinidades hegemônicas. Tanto no nível local como nos níveis sociais mais amplos, as situações nas quais as masculinidades foram elaboradas mudam ao longo do tempo. Essas mudanças podem suscitar novas estratégias nas relações de poder (por exemplo, os contratos conjugais entre pessoas do mesmo sexo) e resultam em redefinições da masculinidade socialmente admirada (como o parceiro doméstico, em vez do patriarca vitoriano) (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 263).

Com as críticas que analisaram, os autores acabaram assumindo que o conceito deve reformular certas questões. Uma delas diz respeito à natureza das hierarquias de gênero, à geografia, ou seja, o local das configurações de tais masculinidades. Essas questões levam à

força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

reflexão de que a masculinidade sofre variações, tanto de acordo com o contexto em que está inserida, quanto a localidade geográfica, pois a mesma pode ser considerada local, regional ou global.²¹

As ligações entre esses níveis não apenas existem, mas podem ser importantes nas políticas de gênero. Instituições globais pressionam ordens de gênero regionais e locais, ao passo que ordens de gênero regionais fornecem materiais culturais adotados ou retrabalhados em arenas globais e também modelos de masculinidade que podem ser importantes para as dinâmicas de gênero locais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267).

Para os autores a masculinidade hegemônica é ligada a conflitos porque as “relações de gênero são sempre arenas de tensão. Um dado padrão de masculinidade é hegemônico enquanto fornece uma solução a essas tensões, tendendo a estabilizar o poder patriarcal ou reconstituí-lo em novas condições” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 272).

É nesse sentido que percebemos a relevância de estudar o espaço do Centro Comunitário do Assentamento José Dias, sobretudo a fim de se entender o que faz tanto homens quanto mulheres, de diferentes faixas etárias, terem a liberdade para o frequentar e apropriar-se do espaço. Entender essa peculiaridade do local, quando determinadas práticas foram adotadas, tornam-se importantes para chegar no ponto da análise das relações de sociabilidade que se manifestam no mesmo. É nesse momento que os conceitos de sociabilidade e gênero se cruzam, sendo um ponto chave em que percebemos que a pretendida socição desinteressada (sociabilidade) dos indivíduos está permeada, mesmo que implicitamente, pelas distinções sociais de gênero.

1.4. Os espaços de sociabilidade e o lembrar: uma discussão sobre a metodologia da história oral

Para alcançar os objetivos propostos no projeto de estudo, utilizamos a metodologia da História Oral para produzir as entrevistas, as quais são nossa matéria prima, nossas fontes. Por isso, abordamos, nas próximas páginas, sua constituição como método historiográfico, suas características e o quanto essa metodologia agregou valor às pesquisas na historiografia recente, principalmente quando se trata de temas transversais.

²¹ Os autores assim definem: 1. local: construídas nas arenas da interação face a face das famílias, organizações e comunidades imediatas, conforme acontece comumente nas pesquisas etnográficas e de histórias de vida; 2. regional: construídas no nível da cultura ou do estado-nação, como ocorre com as pesquisas discursivas, políticas e demográficas; e 3. global: construídas nas arenas transnacionais das políticas mundiais, da mídia e do comércio transnacionais, como ocorre com os estudos emergentes sobre masculinidades e globalização (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267).

A história oral começou a ser utilizada nos anos 1950 com a invenção do gravador, havendo os primeiros registros nos Estados Unidos, na Europa e no México, depois difundiu-se para outros países. No Brasil, a fonte oral, resultado dessa metodologia, ganhou visibilidade a partir da década de 1970, sendo defendida por muitos historiadores brasileiros, como, por exemplo, Verena Alberti (2004), José Carlos Sebe Bom Meihy (2007) e Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010).

Assim como toda novidade, a história oral foi criticada durante vários anos pelos historiadores mais tradicionais, sobretudo os defensores das fontes escritas e da chamada imparcialidade da História. Alessandro Portelli, historiador italiano, foi um dos defensores da metodologia na academia. No artigo *O que faz a história oral diferente*, Portelli (1997) afirma que a história oral “assombrava” a academia e que muitos a julgaram antes de tentar entendê-la ou estudá-la, sendo que “o método empregado foi o de imputar à história oral pretensões que esta não possuía, de modo a deixar a mente de todos à vontade para recusá-las” (PORTELLI, 1997, p. 26). Inicialmente, a história oral era rotulada por deixar as “coisas” falarem por si mesmas, mas Portelli (1997) questiona porquê não era explicado que as “coisas” era o “povo”:

Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro escrito muito mais abundante (PORTELLI, 1997, p. 37).

Essa colocação é muito importante, pois, na época em que a história oral passou a ganhar espaço, só se escreviam histórias ditas oficiais, em que aparecia um grande nacionalismo e heroísmo, pautados em documentos escritos, mas que, muitas vezes, eram, também, manipuláveis. A história oral chega trazendo para a escrita da historiografia personagens que não eram, até então, ouvidos, fossem operários, militantes de movimentos sociais ou representantes de outras classes.

A resistência inicial à história oral por muitos historiadores também passou pelo medo de que ela anulasse a importância das fontes escritas, como se somente a fonte oral fosse válida. Entretanto, Portelli (1997) defendeu que “as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra)” (PORTELLI, 1997, p. 26). Assim, cada fonte precisa de interpretações

específicas. Porém, o historiador alerta que tanto a depreciação quanto a supervalorização das fontes orais acabariam anulando suas qualidades específicas.

Portelli (1997) discute, ainda, a questão das transcrições, que, geralmente, são a parte utilizada da história oral, o documento escrito que resulta da gravação da entrevista. Para o autor, a transcrição é um processo que implica mudanças e interpretação, o que denota interferência do historiador na produção da fonte. Todavia, Portelli (1997) não vê isso de forma negativa, comparando a transcrição do áudio gravado à tradução de um livro literário para outro idioma. Ele afirma: “A mais literal tradução é dificilmente a melhor, e uma tradução verdadeiramente fiel sempre implica uma certa quantidade de invenção. O mesmo pode ser verdade para a transcrição de fontes orais” (PORTELLI, 1997, p. 27).

Outro fato que o historiador defende ser importante é a atenção aos gestos, pausas, entonações, a velocidade com que o entrevistado fala sobre determinados assuntos, entre outras questões que devemos perceber para a análise da gravação. Nas considerações do autor, na hora de transcrever uma entrevista é importante colocarmos pontuações e elementos gramaticais no texto, o que deve ser feito com cautela, para não perder totalmente a relação com o depoimento oral (PORTELLI, 1997).

Sobre a interpretação do discurso no momento de transcrever, Portelli (1997) afirma não haver regras fixas, pois “diminuição de ritmo pode significar tanto ênfase maior como maior dificuldade, e a aceleração pode mostrar um desejo de deslocar-se sobre certos pontos também como maior familiaridade ou facilidade” (PORTELLI, 1997, p. 28). Também mostra-se interessante a colocação do autor de que essas variações são mais perceptíveis e verdadeiras quando se fala de um entrevistado pertencente ao “povo”, pois, para ele, os informantes da classe média “aprendem a imitar no discurso a monotonia da escrita” (PORTELLI, 1997, p. 29).

Existem alguns elementos presentes nos documentos das fontes orais, os quais Portelli (1997) defendeu, alegando que eles devem ser analisados entendendo a história oral como uma narrativa. Por exemplo, “um informante pode relatar em poucas palavras experiências que duraram longo tempo ou discorrer minuciosamente sobre breves episódios” e, ainda, que “apoiar-se em um episódio pode ser um caminho para salientar sua importância, mas também pode ser uma estratégia para desviar a atenção de outros pontos mais delicados” (PORTELLI, 1997, p. 29). Sempre há uma relação entre a velocidade do discurso e a intenção do narrador.

Portelli (1997) fala sobre uma particularidade que a fonte oral entrega para os

historiadores: “a subjetividade do expositor”. Segundo o autor: “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (PORTELLI, 1997, p. 31). A fonte oral traria muitas questões psicológicas de quem está sendo entrevistado, questões não abordadas em fontes escritas. Uma das particularidades que tornaram a história oral aceita é a sua capacidade de desvincular-se do fato, de gerar imaginação, seu simbolismo. Para Portelli (1997), “a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “corretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registros factuais confiáveis” (PORTELLI, 1997, p. 32).

Outro texto emblemático de Alessandro Portelli sobre a discussão da história oral é o artigo *História oral como gênero*, cuja tradução para o português foi publicada em 2001. Esse texto traz muitos apontamentos em relação à história oral como um gênero narrativo, trazendo reflexões sobre o discurso, sobre a performance do entrevistado e do historiador, dos temas mais ou menos apreciados pela história oral, relações entre o texto escrito e a oralidade da entrevista. Nota-se que, nesse artigo, há muitas reflexões sobre o papel do entrevistador na produção da fonte, pois “iniciando a conversa, o entrevistador define os papéis e estabelece a base de autoridade narrativa. [...] no caso da entrevista, a iniciativa é levantada pelo entrevistador do qual deriva ostensivamente a legitimidade para falar” (PORTELLI, 2001, p. 18).

Após anos de discussão e embates pela aceitação da história oral como um importante método historiográfico, atualmente essa metodologia é atrelada a uma gama cada vez maior de trabalhos e pesquisas científicas. José Carlos Sebe Bom Meihy (2007) é um dos introdutores da história oral no Brasil. Para ele, ela pode ser definida como “um recurso moderno usado para a elaboração de registros, documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos. Ela é sempre uma história do **tempo presente** e também reconhecida como **história viva**” (MEIHY, 2007, p. 17, grifos do autor).

Outra importante referência brasileira é a historiadora Lucília de Almeida Neves Delgado (2010), que escreveu o livro *História Oral: memória, tempo, identidades* no qual faz um apanhado geral do que vem a ser a metodologia da história oral, apontando, especificamente, sua relação com a memória, a identidade e o tempo histórico. Conforme a historiadora:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais (DELGADO, 2010, p. 15).

Sendo assim, a história oral apresenta inúmeras potencialidades metodológicas e cognitivas para a pesquisa histórica. Reiterando algumas dessas potencialidades discutidas por Delgado (2010) estão: a capacidade da história oral em revelar novos campos e temáticas para a pesquisa; a possibilidade de novas interpretações sobre processos já estudados; a recuperação de memórias locais; a construção de evidências a partir da comparação de entrevistas; e a inserção de personagens e testemunhas que antes não estavam presentes na historiografia.

Delgado (2010) também destaca que um dos maiores desafios da história oral seria:

contribuir para que as lembranças continuem vivas e atualizadas, não se transformando em exaltação ou crítica pura e simples do que passou, mas, sim, em meio de vida, em procura permanente de escombros, que possam contribuir para estimular e reativar o diálogo do presente com o passado (DELGADO, 2010, p. 31).

Dito isso, entende-se a importância do uso de tal metodologia na produção das fontes orais a fim de tornar possível a realização dessa pesquisa. A fonte oral, como componente da historiografia, também vem sendo utilizada na compreensão de temáticas de um passado não muito remoto em que é possível ter contato com testemunhas do evento estudado. Por isso é importante conciliar a metodologia da história oral com a discussão de memória, a qual é parte fundamental da construção das fontes, pois é ela que “subsídida e alimenta as narrativas que constituirão o documento final, a fonte histórica produzida” (DELGADO, 2010, p. 16).

São muitas as discussões a respeito da formação da memória. Michael POLLAK (1992), por exemplo, considera que a memória é constituída tanto por acontecimentos vividos pessoalmente quanto por acontecimentos vividos “por tabela”, em função de determinado grupo ao qual o indivíduo se sente pertencente. Nas palavras do autor, esses acontecimentos vividos em função do grupo “são acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não” (POLLAK, 1992, p. 201). Trata-se do que o autor chama de memória herdada.

POLLAK (1992) também discute a memória como fator construtivo da identidade

social dos indivíduos, conforme o autor pontua, “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 204).

As primeiras discussões sobre memória a consideravam como uma construção estritamente individual, ou seja, eram formadas por lembranças pessoais do indivíduo. Entretanto, Maurice Halbwachs (1990) considera que a memória é, acima de tudo, um fenômeno coletivo e social, ou seja, a memória é coletivamente moldada. Por esse mesmo fato ela está submetida às transformações e flutuações constantes.

Gostaríamos de destacar que há outras discussões sobre a memória, pois ela dispõe de diferentes concepções, uma delas é a discutida por Pierre Nora (1993) em seu conhecido texto: *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Nora, dessa forma, aborda a memória a partir de sua distinção em relação à história, as quais, para ele, estão longe de serem sinônimas. Segundo o autor:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

A memória não estaria acomodada à detalhes, pois ela “se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções” (NORA, 1993, p. 9). Desta forma, ele considera a memória plural, podendo ser coletiva ou individualizada, pois haveriam tantas memórias quanto grupos existentes.

Nora (1993) discute que a história passou a voltar seu olhar para uma legitimação do futuro, dando fim, segundo ele, à história-memória. Neste sentido, ele segue sua discussão apresentando os lugares da memória, afirmando:

Se a história, o tempo, a mudança, não intervissem, seria necessário se contentar com um simples histórico dos memoriais. Lugares, portanto, mas lugares mistos, híbridos e mutantes, intimamente enlaçados de vida e de morte, de tempo e de eternidade; numa espiral do coletivo e do individual, do prosaico e do sagrado, do imóvel e do móvel [...] porque se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado

de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [...] para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993, p. 22).

De acordo com Nora “é a memória que dita e a história que escreve” (NORA, 1993, p. 24). Por isso a importância de que nos debruçamos sobre os dois domínios.

Quando se trabalha com a memória devemos saber que ela também possui relação com o lugar social do indivíduo. De acordo com Barros (1997):

As diferentes localizações determinam a representação da própria trajetória de vida e o olhar com que narram suas experiências. O caráter relativo é uma das características da memória trabalhada sociologicamente. Este aspecto e a noção de memória individual como um ponto de encontro das memórias coletivas apontam sempre para a presença da sociedade e do grupo na fundamentação teórica da memória como um fenômeno social. Como tal, a memória está relacionada ao dinamismo da vida social. A tudo isso associam-se os aspectos da seletividade das lembranças. É neste sentido que se fala, então, em reconstrução do passado e não em resgate” (BARROS, 1997, p. 3).

Dessa forma, a inserção social bem como as condições de classe e gênero estão presentes na construção da trajetória de vida de cada indivíduo, definindo um código de fala da memória. Há, segundo Barros, uma “densidade variável interna a cada narrativa” (BARROS, 1997, p. 1), o que pode estar associado a projetos ou mudanças ocorridas ao longo da vida, ou, também, por existir diferentes perspectivas entre homens e mulheres.

Portanto, o que é rememorado nas entrevistas “não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social” (MATOS; SENNA, 2011, p. 96). Ou seja, suas lembranças são formadas a partir de um coletivo, tornando a memória coletiva e constituindo um importante papel na formação da identidade desse indivíduo. Além disso, cabe ressaltar que nossas lembranças são filtradas, só falamos publicamente daquilo que nos é significativo.

“A história oral, enquanto método e prática do campo de conhecimento histórico, reconhece que as trajetórias dos indivíduos e dos grupos merecem ser ouvidas, também as especificidades de cada sociedade devem ser conhecidas e respeitadas” (MATOS; SENNA, 2011, p. 107). Portanto, a História, ao trabalhar a memória a partir da História Oral, torna-se plural na medida em que incorpora em seus temas e objetos a sociedade em seu conjunto e sua diversidade.

Deste modo, nossa intenção com essa revisão de alguns conceitos é, também, a de fornecer base para averiguar se a história oral, quando empregada em pesquisas históricas, é uma fonte que torna possível a análise de eventos já acontecidos testemunhados por um grupo de pessoas, como defendido no início do embate da história oral na academia. Mas serve, também, com a intenção de analisar e entender as relações de gênero e de sociabilidade de grupos, comunidades, etc. Quando tem-se um embasamento teórico adequado, essas análises podem ser feitas e enriquecem muito a escrita da historiografia, o que acaba promovendo a abertura de portas para temas, até então, deixados à margem ou pouco estudados. Esse é o caso da temática dos assentamentos rurais, os quais, praticamente, não são abordados pelo viés das relações de gênero na área da História, como vimos no início do capítulo.

Sendo assim, discutimos o conceito de gênero, o qual implica, também, na discussão da masculinidade hegemônica. Apresentamos o conceito de espaço para a História, cujo entendimento é imprescindível, pois estamos tratando de espaços nessa dissertação, entendendo-os como lugares praticados de acordo com a colocação de Michel de Certeau. Arelada à essa discussão está a do conceito de sociabilidade, entendendo que ela corresponde às relações que são empreendidas no espaço do Centro Comunitário. Os espaços que dão vida ao Centro Comunitário do Assentamento José Dias, palco da sociabilidade dos moradores, são descritos no próximo capítulo, onde foi descrita e apresentada a história do assentamento, além de uma breve apresentação das fontes.

CAPÍTULO 2

O ASSENTAMENTO JOSÉ DIAS (PR) E OS SEUS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE

O objetivo deste capítulo esteve contido em realizar uma apresentação da parte histórica do Assentamento José Dias, sua data de fundação, conflitos e trajetórias que marcaram sua formação, bem como a descrição do Centro Comunitário que é nosso objeto, falando de seus frequentadores, além de realizar uma breve apresentação das fontes orais que são trabalhadas detalhadamente no terceiro capítulo desta dissertação, retratando o recorte do público que participou das entrevistas.

Para tanto, utilizamos relatos de assentados obtidos por meio de entrevistas gravadas e transcritas, as quais foram obtidas em pesquisa anterior e que fazem parte de nosso acervo de fontes orais, incluindo novos relatos e informações, contribuindo para a análise, visto que consideramos que eles trazem parte da memória da comunidade e que tratam de um rememorar da experiência vivida pelos moradores. Complementando o trabalho desses relatos, traçamos apontamentos sobre a constituição de uma memória oficial do MST, relacionando nossos relatos com autores que tratam do assunto.

Na sequência, fazemos uma descrição do Centro Comunitário e do público que, ao frequentá-lo, o torna um espaço de sociabilidade. A descrição baseia-se em observações e vivências com os moradores do assentamento, as quais foram realizadas no momento em que o projeto dessa dissertação estava em andamento. Por fim, entramos em uma discussão sobre a problemática gerada pela pandemia da Covid-19 em relação às nossas fontes, delimitando o público entrevistado. Também tratamos de discussões sobre as distinções de gênero que afetam os jovens moradores de áreas rurais apresentando possibilidades metodológicas para a confecção do terceiro capítulo, o qual foi destinado para que a análise das fontes orais pudesse ser aprofundada.

Dividimos o capítulo nos seguintes subtítulos: 2.1 O Assentamento José Dias: relatos de sua história; 2.2 Descrição do Centro Comunitário: observações sobre o espaço; e 2.3 A trajetória de uma pesquisa com história oral: pandemia da Covid-19, gerações e gênero.

2.1. O Assentamento José Dias: relatos de sua história

Como falamos desde o início, a presente dissertação analisa um assentamento rural²², marcado pelo processo de luta pela terra, implementado através da política de Reforma Agrária, no caso, o mencionado Assentamento José Dias. Entendendo a importância que a ciência histórica tem em enfatizar o contexto histórico, pensamos em apresentar, antes de discutir os espaços de sociabilidade e as relações de gênero partindo das fontes coletadas nessa pesquisa e anteriores, um histórico sobre a história do Assentamento José Dias abordada pelo viés da história das mulheres em pesquisa realizada em 2017²³, a qual foi mencionada anteriormente. Sabendo disso, utilizamos, para escrever esse histórico, relatos²⁴ que foram coletados nessa pesquisa anterior, cujas transcrições ainda podem ser úteis para atrelar à história do assentamento com a visão de uma história oficial arquitetada pelo MST, como discutiremos posteriormente.

Sendo assim, salientamos que as informações aqui colocadas partem tanto de relatos gravados em entrevistas quanto de conversas informais com moradores do assentamento. Também utilizamos autores que trabalham com assentamentos rurais e com a problemática de conflitos de terra para dar embasamento às informações ou para complementá-las. Utilizamos, como parâmetro, outros trabalhos que desenvolvem a temática sobre assentamentos rurais de Reforma Agrária, os quais tratam sobre a formação de uma identidade, seja como sem-terra ou como assentado, a exemplo de Estevan Leopoldo de Freitas Coca (2013), Bernardo Mançano Fernandes (1999), Alessandra I. Carvalho e Barbara Nagae (2015) e Ricardo Callegari (2013).

De acordo com Coca (2013), existem, no Brasil, cerca de vinte tipos de assentamentos, entre rurais e urbanos, os quais foram implantados a partir da década de 1960, cada assentamento com características de acordo com a identidade do grupo que o reivindica. O caso do Assentamento José Dias encaixa-se no chamado Projeto de Assentamento Federal (PA), o modelo de assentamento mais implantado no país. Coca (2013) aponta que a maioria desses assentamentos estão ligados à ocupação da terra por camponeses e camponesas,

22 Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o assentamento rural corresponde a um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde, originalmente, existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário/a. Cada uma dessas unidades é chamada de lote, o qual é entregue a cada uma das famílias para serem assentadas.

23 MOLLMANN, Ingridi D. História do Assentamento José Dias sob uma perspectiva da História das Mulheres. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UNICENTRO. Irati, 36 p., 2017.

24 Durante a transcrição dos depoimentos, optamos por manter a forma de falar original dos entrevistados.

resultando na desapropriação de terras que antes pertenciam a grandes latifundiários, as quais são realocadas para os pequenos agricultores sem-terra. Segundo o autor, 78% dos projetos de assentamento implantados no Brasil, entre 1961 e 2010, são resultado dessa política de desapropriação da terra (COCA, 2013, p. 394).

O Assentamento José Dias tem como data de fundação o dia 05 de agosto de 1988, data esta em que ocorreu o início da ocupação²⁵ da terra onde atualmente é o assentamento. Essa terra equivale à área de dez mil hectares, que, até então, pertencia à fazenda Nova Esperança, pertencente a uma empresa de reflorestamento do Estado de São Paulo. A terra não era utilizada para plantio, grande parte era coberta de mata, a qual, aos poucos, foi dando lugar ao acampamento²⁶. Fizeram parte do ato de ocupação cerca de 1.600²⁷ famílias oriundas, principalmente, da região sudoeste do Estado do Paraná. Essas famílias saíram de sua região de origem e vieram para a região centro-sul, no município de Inácio Martins-Pr, com muitos objetivos em comum, os quais foram observados nos relatos coletados e, também, foram destacados em pesquisas de outros acampamentos no Paraná e Brasil afora. Esses objetivos faziam parte da agenda proposta pelo MST e pelos sindicatos rurais aos quais as famílias eram ligadas.

É relevante comentarmos que, no trabalho anterior, realizado em 2017, ao trabalharmos a história do Assentamento José Dias através da história das mulheres, percebemos o quanto estas eram atuantes no acampamento e continuam a ser no assentamento. Entretanto, as tarefas delegadas às mulheres perpassam por questões de gênero, sobretudo quando passa a ser notável a divisão sexual do trabalho. Ainda no acampamento, as mulheres eram as responsáveis por educar e alfabetizar as crianças, alimentá-las, vesti-las e catequizá-las, tarefas que denotam a relação do feminino com o cuidado do próximo e da família. Depois de assentadas, a maioria das mulheres são as responsáveis pelo trabalho

25 Ocupação é um termo utilizado pelo MST que refere-se ao ato de ocupar um terreno que antes estava em desuso a fim de, ali, estabelecer o assentamento a partir da desapropriação da terra, dando oportunidades de trabalho a trabalhadores rurais que, até então, não possuíam tal estrutura.

26 Por acampamento entende-se o processo que antecede a oficialização do assentamento, é nesse espaço que as famílias e membros do movimento ficam provisoriamente no território, acampados no local, ali montam seus barracos e organizam as famílias de forma a ficarem instalados até o momento de se se direcionarem aos lotes de terra individuais, após o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconhecer esse território como um assentamento rural.

27“ Ao longo da realização da pesquisa houve uma divergência acerca do número de famílias que teriam ocupado o território do atual Assentamento José Dias. A partir das conversas e relatos (para além das entrevistas) de vários moradores do assentamento, nota-se que todos concordam em relação ao número de famílias, que, segundo os quais, eram 1.200. Porém, na pesquisa de Bernardo Mançano Fernandes há um momento no qual ele fala das ocupações no estado do Paraná e menciona a ocupação de Inácio Martins. Segundo os documentos analisados por ele, a informação obtida é que o número de famílias era de 1.600. Optamos por colocar no trabalho o número utilizado por Fernandes” (MOLLMANN, 2017, p. 6).

doméstico, cuidado dos filhos, pequenos animais e hortas, mas tanto na época em que estavam acampadas quanto agora no assentamento, as mulheres ainda exercem tarefas na roça, ou seja, no trabalho produtivo, o que é considerado ajuda em relação ao trabalho dos homens (MOLLMANN, 2017).

Esses apontamentos não são exclusivos de nossa dissertação, eles aparecem, também, em muitos outros trabalhos sobre mulheres camponesas, sejam elas assentadas ou não. Os trabalhos de Schwendler (2015, 2020), Medeiros (2008), Brumer (2008), Tedeschi (2007), Miranda (2017), os quais foram destacados no primeiro capítulo dessa dissertação, são exemplos que apresentam essa percepção. Os papéis que historicamente são construídos para cada gênero implicam nessa divisão do trabalho, determinando quais atividades devem ser realizadas por homens e quais devem ser realizadas por mulheres (SCOTT, 1995). Mesmo em assentamentos rurais que fizeram parte de uma ação social de luta pela terra, ainda não estão resolvidas essas questões de gênero, longe disso, ainda há muito que se trabalhar e discutir sobre tais concepções, pois, no meio rural, ainda vemos muito essas divisões que reforçam as relações de poder entre homens e mulheres.

É importante destacarmos os motivos que fizeram tantas famílias irem para tão longe em busca de uma terra em que pudessem produzir e sustentar-se. Grande parte dessas famílias viviam em situações de vulnerabilidade social, na qual seu trabalho era explorado por grandes fazendeiros que arrendavam suas terras para produção, sobre a qual cobravam percentuais muito altos. Também há o problema do aumento das famílias desses camponeses mais pobres, os quais não detinham quantidade de terreno suficiente para comportar esse crescimento. Desta forma, as famílias buscam o acampamento como forma de fugir dessa realidade e realizar o sonho de ter seu próprio pedaço de terra:

Os assentamentos rurais representam, para aqueles/as que participaram da luta do movimento, a conquista de um espaço material, ou seja, a conquista da terra; mas também a conquista de um espaço imaterial, ou seja, o alcance de seus sonhos e ideologias. A constituição desses assentamentos rurais possui dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, significam a garantia do acesso à terra àqueles/as que até então lutavam por ela. Em um segundo plano, o assentamento acaba servindo de esperança, agindo como um incentivo, um alimento que dá força para as famílias que ainda estão em acampamentos, na luta pela terra (MOLLMANN, 2017, p. 5-6).

No relato do assentado Célio Welzel²⁸, que fazia parte da liderança na época do

28 O nome de todos os entrevistados da pesquisa em questão foram mantidos originais, mediante assinatura de termo de concessão. Destacamos que, doravante, nos referiremos a Célio tomando seu primeiro nome e seguiremos mesmo padrão em relação aos demais entrevistados.

acampamento, quando perguntado sobre sua vinda para o local, ele lembrou: “Foi em 1988 que a gente veio pra... pra cá, pra Inácio Martins, e, perto de Guarapuava que é onde a gente tá assentado hoje né. Então foi uma, a gente viu uma necessidade das família vim aqui e consegui, através da luta, consegui um pedaço de terra” (WELZEL, 2017). Conquistar um pedaço de terra para que pudesse trabalhar e sustentar a família é uma questão colocada pelo entrevistado como uma necessidade, e se trata de um objetivo presente na narrativa dos assentados em geral, o que está diretamente ligado às dinâmicas de ocupação de terra propostas pelo MST.

A mobilização dessas famílias de agricultores também era apoiada por Sindicatos Rurais e CPT, integrada à Igreja Católica. Mas destacamos o apoio do MST nas causas dos trabalhadores rurais, o qual surgiu em 1984²⁹, reunindo trabalhadores/as de diversos segmentos: pequenos arrendatários, posseiros, pequenos agricultores em geral. O movimento surge contra o processo de desvinculação do homem à terra, processo esse que se acelerou com a internacionalização do capital. Além disso, durante a ditadura militar, houve incentivos fiscais para os grandes proprietários em detrimento dos pequenos agricultores.

De acordo com Alessandra I. Carvalho e Barbara Nagae (2015), o MST pode ser entendido como “um conjunto de trabalhadores do campo, ou ainda, sujeitos que têm no campo sua base de reprodução das condições materiais de existência e que se encontram desprovidos de toda ou parte das condições que lhes possibilite continuar o seu modo de vida” (CARVALHO; NAGAE, 2015, p. 4).

Desde o momento que as famílias se reúnem para pensar em estratégias de ocupação, o MST já atua de forma a criar um sentimento de pertencimento e união entre os indivíduos, fato que se comprovou e se solidificou dentro do acampamento. O acampamento, por sua vez, representa um espaço de luta e resistência, em que os e as sem-terra vivem em situação de extrema miséria e, ao mesmo tempo, adquirindo grande conscientização política, entendendo a importância da luta coletiva. É nesse momento de maior dificuldade dessas famílias que a ideia de consciência de classe e a união do grupo cresce, fomentado pelo MST, criando uma identidade do grupo:

29 O MST surgiu oficialmente em janeiro de 1984 em um Encontro Nacional na cidade de Cascavel no Estado do Paraná. O movimento tem como objetivo integrar os trabalhadores rurais à sociedade, dando-lhes maiores oportunidades de trabalhar na terra. Sua fundação está enraizada no excludente processo de colonização do país, o qual teve uma distribuição de terras desigual, deixando os pequenos trabalhadores à mercê dos grandes latifundiários. De acordo com o site oficial do MST, o movimento teria como principais objetivos “Lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.” Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 03 de jun. 2021.

Ao reunir esses trabalhadores, o MST congrega um conjunto de práticas de organização, bandeiras ideológicas, uma orientação político-econômica e um projeto de sociedade que permitem a produção/manutenção/transformação de uma identidade própria que se efetiva no processo coletivo e cotidiano do movimento (CARVALHO; NAGAE, 2015, p. 4).

Por isso, torna-se importante pensar o quanto o movimento enfatiza a coletividade, a união e a solidariedade entre as famílias em prol de um objetivo em comum.

Destacamos o quanto isso é presente nos relatos dos assentados ainda hoje, como parte de sua memória. Esse sentimento de união, de pertencimento, essa identidade de sem-terra foi muito forte, principalmente nos momentos de maior dificuldade dos acampados, no enfrentamento aos fazendeiros, na resistência. O seguinte trecho da entrevista com Célio, mostra algumas dessas dificuldades com as quais os acampados tiveram que lidar:

No começo, quando a... a coisa tava feia né que a gente tinha que luta contra fazendero, luta contra, é... pistolero, e até as próprias autoridade do município não apoiava a nossa luta né. Então eles atacavam nós, faziam guarita na entrada da, do acampamento né. No começo, daí atacavam. Nós tinha um destacamento da polícia militar acampada na entrada, ali no Papagaios né, aí eles não dexavam nem, nem semente entra né, tomavam ali mesmo né, tomavam do, do nosso pessoal né. Que no começo nós era em 1.200 família. Daí tomavam ali, não dexavam nem nós planta abóbra que fosse né, ou melancia, ou trazia rama de mandioca pra gente planta eles não dexavam né. Então foi uma luta muito, muito triste né de, de enfrenta, muito feroiz mesmo né (WELZEL, 2017).

Segundo nos contou Célio (2017), na época do acampamento, as pessoas eram muito unidas e solidárias umas com as outras. A maioria das famílias que vivem hoje no assentamento faziam parte da resistência e luta pela terra, sendo que o fato de serem excluídas social, econômica e politicamente aumentou, ainda mais, a sua coragem e união em busca de um propósito comum.

Consideramos que esses ideais eram enfatizados pelo MST com papel fundamental na formação da identidade de vários grupos, sobretudo na luta pela terra, promovendo uma história oficial do movimento que se confirma conforme os relatos de moradores dos assentamentos. Mesmo depois de passados diversos anos e estando as famílias devidamente assentadas, ainda há, nos relatos de alguns moradores, esse ideal de militância, de consciência de classe e, até mesmo, de um posicionamento político. Quando questionado sobre a necessidade da ocupação da terra que, atualmente, constitui o assentamento, Célio se emociona e, em suas palavras, afirma: “a terra é do povo, a terra não é de meia dúzia de fazendeiro né, a terra é do povo né pra tira o, tira o sustento, pras família, tira o sustento ali

pros filho né, e tudo mais assim, pra vive em paz né” (WELZEL, 2017).

Durante o período do acampamento, as famílias moravam em barracos improvisados de lona preta e esteira de taquara e comiam aquilo que produziam ou lhes era doado. A situação não era favorável, pois a estrada que dava acesso ao acampamento era controlada por pistoleiros³⁰ que restringiam aquilo que entrava e saía do acampamento, bem como a circulação de pessoas. No acampamento as famílias possuíam apenas o básico para sua sobrevivência, por isso, os primeiros anos nesse lugar foram de muita fome e miséria, o que resultou na morte de muitas crianças por desnutrição. O cenário passou a mudar a partir da data da emblemática morte de José Dias, em 16 de julho de 1990, quando adquiriram a liberdade de ir e vir (VARGAS; SCHWENDLER, 2003).

A ocupação foi uma das únicas estratégias encontradas por esses grupos para conseguir alcançar esses objetivos. De acordo com Fernandes (1999):

Ocupar e resistir era a palavra de ordem e a única forma encontrada para conquistar a terra. Sem ocupação as negociações não avançavam. O impasse estava criado: as áreas desapropriadas só seriam conquistadas com ocupação e resistência. Para negociar os assentamentos eram necessárias as ocupações e o enfrentamento (FERNANDES, 1999 p. 145).

Isso nos leva à questão da aquisição dos lotes oficialmente, processo que foi lento. Dessa forma, os acampados se organizaram e fizeram a divisão da terra em lotes antes da situação ser efetivamente regularizada. Quando as famílias acampadas tomaram a decisão de dividir o território ocupado em lotes, o assentamento José Dias passou a abrigar cento e seis³¹ famílias. No entanto, esse número cresceu devido ao fato de muitos filhos de assentados terem se casado e estabelecido novas famílias, por isso há lotes que abrigam duas famílias ou mais. Desta forma, atualmente, há cento e trinta³² famílias residindo no assentamento. Somente em 1993 que começou a haver, por parte das famílias, uma organização em prol de regularizar a situação o quanto antes (VARGAS; SCHWENDLER, 2003).

30 Os pistoleiros eram uma espécie de agentes da classe dominante que atuavam para proteger seus interesses: “O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos [...] e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terras e políticos) e os setores da polícia” (SANTOS *apud* CALLEGARI, 2013, p. 35).

31 O número citado no anteriormente, de 1600 famílias, corresponde ao número de famílias que realizaram a ocupação da fazenda, pois considera-se na dinâmica do movimento, que quando um grande número de indivíduos se une para realizar a ocupação, as chances de resistir são muito maiores do que se a terra for ocupada por poucas famílias. Sendo assim, quando a ocupação tem sucesso, algumas famílias ficam assentadas no local, enquanto as demais partem em direção a outra região a fim de realizar uma nova ocupação e assim por diante.

32 O número atual corresponde à quantidade de famílias atendidas pela agente comunitária de saúde do município, responsável por atender a comunidade do assentamento, fazendo visitas em suas casas. Ela tem esse número pois faz o levantamento dessas famílias mensalmente.

Somente “no início de 1996 foi oficializada a topografia dos lotes e em seguida foram liberados os recursos para investimento” (VARGAS; SCHWENDLER, 2003, p. 61). A respeito desse processo, o entrevistado Rudnei Norte, assentado que, na época, fazia parte da frente do movimento, conta que a negociação se deu entre os assentados, o fazendeiro (até então dono da terra em disputa) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Entretanto, afirma não ter havido muito esmero da parte do órgão governamental para que a terra se regularizasse, levando o processo, cerca de oito anos para ter um desfecho. Rudnei relata:

Quando a gente ia nas audiência do INCRA assim, que era, era audiência do Paraná intero né. Aí o superintendente do INCRA falava assim pra nós ó ‘infelizmente a área mais complicada pra sai o assentamento é a de Inácio Martins’, do Papagaios né. E aí nós voltava. Só que a gente não comentava isso co pessoal pra não desanima né. E ia correndo atrais, ia negociando, tentando né... E aí, só o INCRA não ajudava em nada nisso aí né, quem, quem ajeito, quem ganho, conquisto mesmo na certeza essa terra foi os assentado né, que tão aqui (NORTE, 2017).

Percebemos que, mais uma vez, o relato expressa a ideia de união e de consciência, ao passo que, como narrado acima, eles atribuem à si, à comunidade como um todo, a conquista do assentamento. Passagens como essas evidenciam aquilo para o que Maurice Halbwachs (1990) chama atenção: o fato de que na memória dos grupos, suas semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que consideram um passado como seu, os grupos sentem ter permanecido o mesmo e, assim, compreendem sua identidade através do tempo. Se o grupo viveu essencialmente para si mesmo, ele se propõe a preservar seus sentimentos e imagens, as quais são parte da essência do seu pensamento.

Apesar de a comunidade preservar essa memória da luta e da conquista da terra, ela não é tão rememorada, ficando apenas uma história que não é repassada com a mesma frequência de alguns anos atrás. Quando entrevistamos Clemair das Chagas (2017), que é professora da escola municipal da comunidade, ela falou sobre a situação do ensino dentro do assentamento, pontuando questões importantes sobre a preservação da identidade e memória do grupo. Segundo Clemair, a dinâmica e a didática que se tinha na escola do acampamento se preservou nos primeiros anos de assentamento, com atividades voltadas à história da luta e resistência, enfatizando para as crianças que elas deveriam valorizar sua terra devido à dificuldade que seus pais e/ou avós tiveram para obtê-la. Entretanto, a dinâmica nas quais tais práticas se configuravam acabou se modelando de acordo com o passar dos tempos, como podemos ver na sequência dos relatos.

Clemair (2017), que também foi aluna no acampamento e, atualmente, leciona em sala de aula, comenta que hoje as professoras não teriam o mesmo ânimo, a mesma vontade, para continuar com o que antes era tido como característica do ensino na escola. Vemos em seu relato que os aspectos constitutivos da história do grupo são raramente lembrados:

Eu vejo assim que aquela, como que eu digo? A organização curricular mudou, é... as professoras ainda são assentadas, mas perdeu um pouco assim aquele ânimo, aquela vontade de ver as coisas acontecerem... Ahh, o ensino já não é mais assim tanto, valorizando a história do, da comunidade. Até porque já troco bastante os assentados, é, venderam lotes, veio gente de fora mora aqui... Só no mês de agosto que a gente faz o resgate da história da comunidade, que eu acho que é um momento assim... bem importante, porque faz a memória da história, pras crianças também valoriza essa terra, esse lugar e essa escola que a gente tem (CHAGAS, 2017).

A partir do relato de Clemair podemos pensar no Assentamento José Dias, agora com mais de trinta anos completos, como um assentamento em desintegração, no sentido de que ele já não possui as características comuns aos assentamentos rurais vinculados ao MST. Esse vínculo está muito mais atrelado à preservação de uma memória do que, de fato, à sua história. Como disse a entrevistada, muitos lotes não são mais ocupados pelos moradores iniciais, pois algumas famílias venderam a terra e foram embora, algumas indo para a cidade e outras voltando para seu lugar de origem, geralmente o sudoeste do Estado. Essas saídas abrem espaço a novas pessoas, as quais, geralmente, desconhecem a história de luta do assentamento. Essas pessoas não participaram da luta e da resistência pela terra, se tornando, para alguns moradores, uma “ameaça” à preservação de sua memória e uma das razões para que o significado inicial esteja se perdendo.

Neste sentido é interessante salientarmos a abordagem do sociólogo Norbert Elias em seu livro *Os estabelecidos e os Outsiders*, no qual ele constroi e define os conceitos de estabelecidos e *outsiders* para descrever a comunidade que pesquisou, denominada, por ele, ficticiamente, de Winston Parva. De acordo com Elias (2000), os estabelecidos são descritos como o grupo de moradores que viviam na comunidade há mais tempo, portanto, tinham suas tradições e eram conhecidos entre si. Já os *outsiders* seriam os “estrangeiros”, ou seja, pessoas que vinham de fora e se mudavam para a comunidade. Os *outsiders* seriam estigmatizados e excluídos socialmente pelos estabelecidos, pois eram considerados uma ameaça aos costumes do grupo que estava ali há mais tempo, tendo práticas distintas que não condiziam com suas tradições. Consideramos, pois, os conceitos do autor pertinentes para explicar o porquê de os assentados terem certo receio da chegada de novos moradores à comunidade.

Com a intenção de reavivar a memória dos assentados e de contar sua história a grupos que a desconhecem, em agosto de 2018 foi realizada uma comemoração³³ dos trinta anos de fundação do assentamento. Se tratou, portanto, de uma festa com programação de três dias para que toda a Comunidade pudesse participar. O evento foi organizado pelas professoras da escola, membros da direção da igreja e demais moradores que se prontificaram a ajudar. Foi um momento em que houve grande rememoração da história, trazendo símbolos que marcaram sua trajetória, como os barracos de lona e chão batido, as ferramentas com que a terra era trabalhada, fotografias de José Dias, a bandeira do MST, além de diversos cantos e gritos de ordem que foram entoados. Fato muito importante nessa comemoração ocorreu na tarde de uma sexta-feira, visto que foi o primeiro dia da festividade, quando foi servida a sopa comunitária realizada com farelo de trigo e legumes, pois esse era o ingrediente base da alimentação das famílias acampadas.

Nos dias de sábado e domingo houve matinê, baile, tarde dançante, missa, apresentações com as crianças da escola, foi um evento místico em que o almoço de domingo foi realizado gratuitamente a todos que foram na festividade. Esse ato contou com a doação de carne e demais ingredientes do almoço oferecidos pela organização da Comunidade. Também houve, no domingo à tarde, a partilha de um bolo, acompanhado do canto de parabéns entoado coletivamente pelos presentes em honra a José Dias e a todos e todas que participaram da luta. Além da presença dos moradores, a festividade contou com o comparecimento de pessoas das cidades de Inácio Martins e Guarapuava, de parentes dos assentados que hoje vivem em outras regiões, bem como de deputados e outros representantes políticos, levando em consideração que se tratava de um ano de eleições estaduais e federais.

Inserimos, a seguir, algumas imagens dessa comemoração.

³³ Os detalhes sobre a comemoração apresentados/narrados aqui foram presenciados pela pesquisadora que esteve no local nos dias da festividade.

Imagem 1 - Momento da partilha do bolo



Fonte: Foto tirada por Vandoir das Chagas, em 05 de agosto de 2018. Inácio Martins.

Imagem 2 - Celebração e homenagens



Fonte: Foto tirada por Vandoir das Chagas, em 05 de agosto de 2018. Inácio Martins.

Imagem 3 - Apresentação das crianças da escola



Fonte: Foto tirada por Ingridi Mollmann, em 05 de agosto de 2018. Inácio Martins.

Ações como essas são importantes para que as memórias dessa Comunidade sejam preservadas. Neste sentido, consideramos importante o trabalho com a história oral na produção de fontes para a escrita da história. Essa metodologia nos proporciona trabalhar com a memória dos indivíduos, a fim de conceber uma memória dos grupos, mantendo viva suas vivências. Seria possível, futuramente, coletar uma série de entrevistas com diversos moradores/as de diferentes gerações, montando um acervo de fontes orais, que, além de preservar a história da Comunidade, serviria de apoio à pesquisas futuras, pois comunidades como essa não possuem registros e documentos variados. Na concepção de Pierre Nora (1993), essa ação consiste na criação de lugares de memória, os quais poderiam servir de base para a escrita da história, de modo que os registros do passado não se perdessem, pois Nora (1993) defende que nós, historiadores/as, devemos fazer da memória, história.

Michael Pollak (1992) tem, também, uma concepção convergente à Nora sobre a memória política. Como no caso da memória construída pelos moradores do assentamento, sobretudo ao pensar em como acontece a influência do MST, ela pode se tornar motivo de disputa entre várias organizações.

Caracterizando a memória constituída, Pollak (1992) traz o conceito de “enquadramento da memória”. E qual seria o trabalho de nós historiadores por essa ótica de Pollak? A resposta é simples e coaduna-se com a visão apresentada anteriormente por Nora (1993), fazendo dessa memória uma história. Nesse sentido, já é um trabalho que vem sendo realizado por historiadores do Partido Comunista, do Movimento Gaulista, Historiadores Socialistas, Sindicalistas etc. Seu dever, em comum, é o de enquadrar a memória fazendo dela história.

2.2. Descrição do Centro Comunitário: observações sobre o espaço

Neste tópico propomos fazer uma descrição do Centro Comunitário do Assentamento José Dias. Como relatado, o assentamento é relativamente antigo, pois resultou de uma das primeiras ocupações realizadas no Estado do Paraná após a fundação do MST. Atualmente possui trinta e três anos completos. Com o passar do tempo ele acabou perdendo parte de sua conexão com o movimento, sendo esse laço mantido na memória da luta pela terra, como vimos em relatos dos assentados articulados anteriormente. O tempo proporciona alterações nas relações de sociabilidade dentro da Comunidade, nas áreas e atividades de lazer da mesma. Esse fato, como já salientado, foi um dos nossos objetivos ao entender as modificações que ocorreram e ocorrem nessas relações, pois consideramos importante para a História trabalhar com as permanências e rupturas acarretadas pelas mudanças que ocorrem ao longo do tempo. Dito isso, é relevante descrever o espaço do Centro Comunitário estudado, assim como o perfil dos indivíduos³⁴ que o frequentam.

A descrição do Centro Comunitário foi realizada através de observações realizadas durante a confecção do projeto de pesquisa dessa dissertação, pois a realidade gerada pela pandemia da Covid-19 impossibilitou que fossem conduzidas observações mais recentes no local, além de ter alterado a frequência com que as pessoas se deslocam ao Centro. Também procuramos conduzir as descrições baseadas em teorias, visto haver relações de proximidade e vivências com os moradores do assentamento. Essas observações e a descrição dos espaços constituídos no Centro Comunitário estão relacionados às leituras e discussões dos conceitos desenvolvidos por Certeau (1998), Agulhon (2016) e Simmel (2006) sobre a sociabilidade e a constituição dos espaços, além da perspectiva dada pelo conceito de gênero de Scott (1995,

³⁴ A questão dos indivíduos que frequentam o Centro Comunitário é aprofundada no terceiro capítulo, sobretudo porque é o local em que foram analisadas as fontes, ou seja, o depoimento de frequentadores e frequentadoras do local.

2012), a qual, diga-se de passagem, foi apresentada no primeiro capítulo desse estudo.

Gostaríamos de retomar um pouco a discussão do conceito de sociabilidade a fim de separarmos as definições do historiador francês Maurice Agulhon e do sociólogo alemão Georg Simmel. Este último é considerado como o pioneiro nas discussões a respeito da sociabilidade, embora, de acordo com Luiz Carlos Ribeiro (2019), foi pouco mencionado por autores que utilizam o conceito, ao menos, até a década de 1980, sendo deixado de lado. De acordo com o mesmo autor, isso aconteceu porque “a utilização que Simmel faz da sociabilidade não é específica a um tempo ou espaço histórico específicos” (RIBEIRO, 2019, p. 44). Como discutimos de antemão, Simmel (1983) entende a sociabilidade como forma lúdica de sociação, ou seja, aquela em que os interesses concretos, os fatos da vida material, não participam, porque a sociabilidade, de acordo com a perspectiva de Simmel, indica como valor máximo o puro prazer para si e, acima de tudo, para os demais, tendo como condutas orientadoras desses encontros, o refinamento, isto é, a amabilidade, a cordialidade, tato para com os demais participantes. Embora esses critérios de Simmel possam ainda estar presentes em certas formas de sociabilidade, nem sempre estudos que tratam dessa prática estão assim restritos.

Entre os historiadores, é Agulhon que se tornou referência no uso do conceito de sociabilidade. Segundo ele, o “traço reconhecido da psicologia coletiva, a sociabilidade está na história humana; isso quer dizer que ela pode ser apreciada de forma diferente, no espaço e no tempo” (AGULHON, 2019, p. 16). Para ele, a sociabilidade deve ser explicada pelo “resultado de relações sociais, econômicas e históricas objetivas” (AGULHON, 2019, p. 18). Contudo, o uso que o autor atribui ao termo, quando passou a discuti-lo, era mais restrito às associações, mais precisamente à vida associativa, caracterizando a sociabilidade formal. Porém, o autor admitiu seu uso para a história da vida cotidiana, afinal diversos historiadores preferiam, dessa forma, o que acabou enriquecendo muito os trabalhos de sociabilidade na área da História. Sendo assim, essa dissertação se aproxima da sociabilidade cotidiana, mas sem deixar de englobar as características da sociabilidade proposta por Simmel (2006).

Dito isso, passamos para a apresentação de nosso objeto, o Centro Comunitário. Esse compreende uma grande extensão de terra e se encontra distribuído nos arredores da escola do assentamento, a Escola Rural Municipal Margarida Alves³⁵. Ele é formado por lugares

35 O nome da escola foi escolhido em assembleia por todos os assentados através da avaliação de várias propostas, sendo escolhida Margarida Alves para seu nome oficial. “Margarida Maria Alves foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983. Ela era trabalhadora rural, casada e tinha dois filhos. É uma mulher muito memorada, pois rompeu com padrões tradicionais de gênero quando ocupou durante doze anos, a presidência do Sindicato

distintos que juntos formam os espaços onde ocorre a sociabilidade das famílias assentadas, essencialmente aos fins de semana. Tomamos, aqui, a conceituação de Certeau (1998) entendendo que o espaço é um lugar praticado, enquanto que os lugares podem existir estaticamente, independente de ação; dessa forma um mesmo lugar pode constituir diversos espaços.

Além da escola municipal já mencionada, o lugar comporta o posto de saúde, a igreja, o salão de festas, o bar e as churrasqueiras com mesas usadas nos eventos da Comunidade. Para a prática de esportes há uma cancha de bocha e um campo de areia, os quais são mais utilizados pelos homens da Comunidade. Para as brincadeiras infatis foi edificado um parquinho em frente ao bar, além da extensa área entre esses lugares.

Os(as) frequentadores(as) geralmente são moradores(as) da comunidade, mas, também, ocorre a presença de pessoas de fora, vindas de comunidades e cidades próximas. Esse público é composto por pessoas de faixas etárias diversas, crianças, adolescentes, adultos e idosos, tanto homens quanto mulheres. Essa variação do público aparece na forma de lazer e na sociabilidade de cada indivíduo, fato que, muitas vezes, se atrela ao tipo de atividade desenvolvida por cada um(a). Nesses momentos são encontradas as distinções de gênero, pois observa-se que o gênero determina os papéis a serem desenvolvidos por homens e mulheres socialmente, além de estar imbricado por relações de poder (SCOTT, 1995).

No capítulo anterior introduzimos algumas discussões a esse respeito, como pontuado por Bourdieu (2012), Connell e Messerschmidt (2013) e Scott (1995). Nesse mesmo sentido, no artigo *Corporeidade, esporte e identidade masculina*, Édison Luis Gastaldo e Adriana Andrade Braga (2011) trabalham com a noção de que os corpos, mais do que biológicos, são construções sociais, portanto, diferentes corpos são formados sob influência das diferentes culturas, de acordo com as normas, regras de cada uma. Esse fato acarretaria, inclusive, na constituição dos corpos masculinos e femininos, os quais estariam, desta forma, sujeitos às atribuições que a sociedade culturalmente coloca à cada sexo. Essa discussão levantada por Gastaldo e Braga se aproxima da proposta inicial de Scott (1995) sobre o conceito de gênero.

dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida era bastante influente na região Nordeste, ela incentivava as trabalhadoras e os trabalhadores rurais a lutarem por seus direitos, pois eles eram protegidos pela legislação trabalhista. Sua atuação política incomodava os latifundiários e os patrões da região, que lhe faziam constantes ameaças, na tentativa de pressioná-la a deixar o sindicato. Porém Margarida não deixou o sindicato e construiu uma trajetória marcada pela luta contra as injustiças sociais e o analfabetismo. Pelo fato de defender ideais libertários e por conta das lutas das quais fazia parte, Margarida Alves foi assassinada na porta de sua casa” (MOLLMANN, 2017, p. 9). Seu nome também deu origem à, hoje, chamada Marcha das Margaridas, ato que envolve milhares de mulheres que buscam reconhecimento e melhores condições às mulheres do campo.

Gastaldo e Braga (2011) tomam como referência o estudo de Margaret Mead, chamado *Sexo e temperamento* (1936), em que a autora apresenta aspectos culturais que direcionam o tratamento de acordo com o sexo. Como é pontuado por Gastaldo e Braga:

o modo diferencial com que, no interior de uma mesma cultura, meninos e meninas são criados/as e como idealizações de gênero presidem o tratamento dado a cada criança em uma cultura. Meninos e meninas são treinados/as em técnicas corporais distintas, resultando em corpos nitidamente diferentes em força física, habilidades e significados (GASTALDO; BRAGA, 2011, p. 877).

Como forma de exemplificar a colocação de Mead, os autores explicitam a forma como a maioria de meninos e meninas são criados tradicionalmente até os dias de hoje, especialmente com base na distribuição de brinquedos ofertados com base no gênero:

para os meninos, a bola, que demanda atividade física intensa, deve ser praticada na rua, em amplas redes de socialização, “coisas de homem”; para as meninas, a boneca, que demanda atividade física mínima, deve ser “criada” dentro de casa, em redes de socialização doméstica, aprendendo a cuidar de casa e tratar de crianças, “coisas de mulher” (GASTALDO; BRAGA, 2011, p. 878).

Essas diferenças nos modos de criação podem ilustrar muito bem o que Gastaldo e Braga (2011) discutem sobre o corpo ser uma construção social e cultural, e que tais modos afetam como o homem e a mulher são concebidos quando adultos, quais os tipos de atividade ou jogos são propensos de acordo com suas características, as quais podem ser físicas, mas, ao mesmo tempo, resultantes da cultura em que estão inseridos.

Nessa linha de pensamento é conduzido para a discussão a questão dos homens, ou mesmo a identidade masculina, estar fortemente atrelada às práticas de esportes mais duros e/ou violentos, os quais requerem maior força física e são colocados como espelho da masculinidade. Apesar de o estudo focar mais na prática de artes marciais, em um cenário esportivo oficial, a análise proposta por Gastaldo e Braga (2011) oportuniza outras realidades, como na análise das peculiaridades dos grupos de homens e da construção da identidade masculina, pois, segundo eles:

Diversos trabalhos etnográficos que se referem a grupos de homens e à construção da identidade masculina nesses grupos relatam que, entre homens, o sobrepor-se ao outro em uma disputa traz para o vencedor um incremento simbólico à própria masculinidade. Nesse sentido, a prática de disputas e competições pode ser considerada um terreno fértil para a investigação dos valores que compõem o que seja “ser homem” em uma sociedade (GASTALDO; BRAGA, 2011, p. 884).

Isso pode ajudar na compreensão do motivo pelo qual a maioria dos homens que frequentam o Centro Comunitário estarem ligados à prática de um esporte, mesmo que voltado para a diversão e lazer, visto que, de certo modo, é exigido força física e espírito de competitividade entre os praticantes, como o caso da bocha e do futebol. Do mesmo modo, não se visualizam mulheres ligadas à prática de tais esportes, pois seu porte físico é considerado inadequado para a prática. Reiteramos que isso também faz parte de uma construção sócio-histórica que, ainda, determina os lugares que homens e mulheres devem frequentar e as práticas que devem exercer socialmente.

O Centro Comunitário, apesar de formado há muito tempo, não possui um nome oficial. Os moradores acostumaram-se a chamá-lo de Centro ou, popularmente, “Centrão”, sendo, assim, conhecido pelas comunidades vizinhas. A maioria das pessoas que habita o assentamento fez uso desse local de alguma forma, por ele compreender e comportar todo esse ambiente e estrutura. Durante os dias de semana, a circulação de pessoas concentra-se na escola e no posto de saúde, (apesar de o bar permanecer aberto em alguns horários); o postinho, como é comumente chamado pelos moradores da Comunidade, e a escola, estão localizados em uma única construção.

Na escola só havia circulação de crianças no período da tarde, momento em que esse espaço ganhava mais vida. Na parte da manhã haviam apenas duas funcionárias, a merendeira da escola e a técnica em enfermagem do posto de saúde. Entretanto, todos os dias apareciam moradores para algum tipo de atendimento na Unidade de Saúde, para buscar medicação ou acompanhamento de diabetes ou pressão arterial. Essas pessoas geralmente permaneciam por ali por mais tempo para conversar com as funcionárias, principalmente as de mais idade, sempre com *causos* para contar, o que gerava um modo de sociabilidade semanal.

Por mais que não houvesse tanta circulação de pessoas no Centro nos dias de semana, além da escola e do posto, havia, mesmo assim, uma relação de sociabilidade estabelecida nesse espaço. Durante a semana, após o expediente da escola e do posto de saúde, muitos jovens, adolescentes e alguns adultos, utilizavam o espaço da escola para conversar e obter acesso à *internet*, onde permaneciam até o início da noite.

Alguns jovens rapazes tinham, inclusive, um time de futebol e costumavam treinar no final da tarde. Depois do treino se direcionavam à escola para socializar, para discutir, conversar e brincar uns com os outros. Era um momento de duplo lazer, eles se divertiam e se desligavam de seus afazeres do cotidiano quando estavam dentro do campo jogando; no pós-

jogo eles se reuniam nas dependências da escola para descansar, e enquanto estavam novamente reunidos formavam o que entende-se por sociabilidade desinteressada. Essa reunião dos rapazes, seja no jogo ou na escola, poderia ser caracterizada como uma relação de sociabilidade entre os iguais, pois eram todos do mesmo time conversando sobre algo comum entre eles (SIMMEL, 2006).

Embora o Centro Comunitário fosse frequentado durante a semana, era nas tardes de sábados e domingos que havia a maior circulação de pessoas no local, pois, nesses dias, elas deixavam de lado suas atividades laborais para irem se divertir. O bar da Comunidade era um dos atrativos principais do Centro Comunitário, sendo seu movimento centrado nos fins de semana e feriados (principalmente os religiosos, chamados de dia santo, os quais eram por costume, “guardados” pela comunidade). O salão, nos fins de semana rotineiros, era usado como área de lazer para conversar e beber. Nesse espaço eram dispostas duas mesas de bilhar, bancos e uma mesa normalmente utilizada para jogo de baralho. A Imagem 4, disposta na sequência, ilustra a vista do Centro Comunitário, local de encontro da comunidade interna e externa ao assentamento.

Imagem 4 – Vista da frente do Centro Comunitário



Fonte: Foto tirada por Ana P. Chagas em 09 dez. 2018. Inácio Martins.

Quanto ao público que normalmente frequentava o espaço, é possível estabelecer uma divisão composta por grupos.

Primeiramente, temos um grupo de homens que passavam a tarde toda no bar, aparentemente com o único intuito de beber. Eles não participam de jogos, tampouco de outras atividades. Eles simplesmente ficavam a tarde toda sentados bebendo em frente à janela, mas, nesse mesmo tempo em que pouco conversam entre si, eles estavam o tempo todo observando o fluxo de pessoas, pois o lugar onde ficavam permitia visualizar a cancha de bocha e a porta que dá acesso ao salão.

Outro grupo era composto pelos rapazes e homens, abrangendo uma faixa entre os 15 e 35 anos, salvo raras exceções. Era comum estarem nesses espaços todos os sábados para jogar futebol no campo de areia, pois o futebol acontecia somente no sábado, sendo um costume criado pelos próprios praticantes. Após os jogos, a maioria deles se direcionava ao bar, e, dentro do salão, pagavam apostas feitas no jogo, bebiam, conversavam e alguns deles jogavam bilhar. Nesse grupo é interessante observar que no pós-jogo, quando se reuniam dentro do salão, entre uma cerveja e outra, faziam piadas e passavam o restante da tarde falando de assuntos considerados supérfluos, como, por exemplo, ao falar dos clubes de futebol, dos campeonatos, mas sempre mantendo uma distância bem delimitada de assuntos cotidianos. Nesse grupo de indivíduos percebe-se que estão inseridos os principais pontos que compõem a sociabilidade desinteressada e suave, defendida por Simmel (2006).

Com relação aos homens acima da faixa dos 40 anos, talvez estes sejam os mais heterogêneos em relação às práticas de sociabilidade, compondo três grupos distintos. O primeiro grupo corresponde a uma parte desses homens que se reuniam em volta da cancha de bocha, formando duplas para o jogo, se revezando entre um jogo e outro, além de beber enquanto jogavam, passando, assim, as tardes de sábados e domingos.

A respeito do jogo de bocha, ele acaba sendo uma prática mais recente se comparado ao futebol dentro do assentamento, pois a cancha foi construída há pouco mais de dez anos, tornando-se, desde então, um esporte muito admirado pelos homens dessa faixa etária específica. O jogo acontecia todos os fins de semanas e em feriados, tendo início a partir do momento em que havia um número de jogadores suficientes para formar as equipes. Embora não houvesse uma aposta nesse jogo, a equipe perdedora, normalmente, pagava uma rodada de cerveja para todos os participantes e dava seu lugar para uma nova equipe participar, mas isso quando havia uma próxima esperando sua vez. Esse jogo sempre foi assistido por um grande número de pessoas, as quais ficavam ao redor da cancha apenas acompanhando os jogos, normalmente outros homens, e, raras vezes, mulheres, as quais estavam apenas acompanhando os maridos e/ou filhos que acompanham os pais.

Imagem 5 - Cancha de bocha



Fonte: Foto tirada por Ana P. Chagas em 09 dez. 2018. Inácio Martins.

O outro grupo de homens dessa faixa etária, os quais não compartilhavam de nenhum desses esportes, por questões de saúde ou por terem outras preferências, normalmente se reuniam dentro do salão e ficavam jogando sinuca (bilhar) ou baralho (cartas). Mas esse grupo era relativamente pequeno se comparado aos outros, normalmente não consumiam álcool, nem tinham outros vícios, mas se constituíam dentro de um grupo pelos hábitos.

O terceiro grupo desses homens mais velhos praticava o jogo do bingo, o qual era praticado, também, por mulheres. O jogo era especial para os moradores, pois não faz muitos anos que eles adquiriram essa prática como lazer³⁶. Na sala do bingo era destaque o grande número de mulheres, as quais eram maioria nesse jogo, sendo que a faixa etária variava entre 20 aos 70 anos, pois muitas senhoras aposentadas da comunidade gostavam dessa prática. A maioria dos jogadores e jogadoras do bingo eram regulares e estavam presentes todos os finais de semana, reunindo-se na mesma sala e horário. Nesse jogo era necessário apostar dinheiro, onde era cobrado um valor por cartela e o vencedor ou vencedores recebiam como prêmio o valor total das cartelas adquiridas a cada rodada. Assim, essas mulheres passavam horas entre apostas, jogos e gargalhadas, ao mesmo tempo em que ficavam muito concentradas em ganhar. O pequeno número de homens que se juntavam às mulheres para

³⁶ Antes o bingo era uma composição apenas das festas da comunidade, quando eram vendidas cartelas antecipadamente e, no dia da festividade, havia o sorteio com os prêmios.

jogar bingo, normalmente, não praticavam outras atividades, não tinham hábito de beber e acabavam se tornando jogadores regulares na prática social do jogo do bingo.

Quanto à prática de sociabilidade aqui descrita, podemos entender o que Simmel (2006) chama de jogo social, pois os indivíduos que se reuniam, não apostando meramente pelo dinheiro, mas pelo prazer desse jogo de azar, com suas regras, em que se pode perder ou ganhar.

Gostaríamos de destacar que, muitas vezes, os homens praticavam determinadas atividades por escolha ou por ter maior afinidade com a prática ou com os indivíduos que compõem o grupo praticante, e essas escolhas estão imbricadas pelas definições de gênero e masculinidade presentes na sociedade. Pois existem cobranças que são colocadas, sejam elas implícitas ou não, de que, para ser homem, o indivíduo deve se portar de determinada maneira, característica atrelada à discussão sobre a masculinidade e virilidade masculina. Essas cobranças de como se portar e se relacionar nos locais de sociabilidade ditos masculinos podem excluir indivíduos que não se portam da forma estabelecida. Essa construção da masculinidade passa pela discussão de Connell e Messerschmidt (2013), sobretudo sobre a masculinidade hegemônica, a qual está ligada a uma questão de se diferenciar da dita sensibilidade feminina³⁷.

Outra questão observada no Centro Comunitário foi a presença dos jovens e crianças nos espaços sociais. Enquanto os pais se divertiam e se desligavam de sua vida cotidiana, as crianças aproveitavam o momento para se encontrar com seus amiguinhos e colegas da escola. As crianças brincavam, tanto nos espaços destinados a elas quanto na areia e brinquedos do parquinho, como, também, construindo seus próprios espaços, apropriando-se daquilo que o lugar permitia, brincando de esconde-esconde, pega-pega, subindo e descendo das mesas, entre outras formas de brincar.

Quanto aos jovens e adolescentes, estes, por sua vez, aproveitavam para ver os amigos e paquerar, pois esse era um dos únicos locais de lazer que podiam frequentar. Porém, merece nossa atenção o fato de que, em alguns aspectos, diferem na questão de meninos e meninas frequentarem o Centro. Destaca-se questões como a idade com que passam a frequentar, a necessidade ou não da companhia dos pais ou outros adultos responsáveis, a forma com que

37 Segundo Santos (2010, p. 62), “Certas formas de coragem são testadas em situação de afirmação de sua virilidade, por medo de perder a estima do grupo, de ser chamado de “fraco”, “delicado”, “mulherzinha”, “veado”. Essas categorias são utilizadas para desqualificar o feminino e o homossexual masculino, o qual, por sua vez, representa um afrontamento à condição de macho do homem viril. Mesmo porque ser homem basta. Não há discussão.”

sua presença e comportamentos podem gerar comentários entre a comunidade. Existem estudos como o de Vilênia Venâncio Porto Aguiar e Valmir Luiz Stropasolas (2010), assim como os de Schwendler (2015; 2020), que abordam essas questões de gênero que afetam grandemente as jovens mulheres do meio rural e discutem que esse fato, muitas vezes, as influencia a querer sair desse meio e ir para a cidade em busca de maior autonomia e liberdade. No assentamento José Dias, o episódio das mulheres terem passado a frequentar o Centro Comunitário, conseqüentemente levou com que suas filhas também passassem a frequentar o local com maior liberdade desde mais novas, pois acompanhavam as mães, sendo esse um papel feminino comumente definido dentro das relações gendrificadas. No entanto, percebe-se a questão de sua presença ser permitida devido a companhia de responsáveis, questão que é aprofundada na análise das entrevistas.

Ainda em relação aos jovens e adolescentes e as atividades realizadas por eles no Centro Comunitário, há uma questão atual que, de certa forma, alterou o modo com que os jovens socializam. Nessa comunidade, por se localizar relativamente distante da do centro urbano, não havia, até, pelo menos quatro anos atrás, a presença de tecnologia em massa e acesso à *internet* para todos. A comunidade teve acesso à rede de cobertura digital por meio da escola, a qual recebeu o benefício da prefeitura municipal e consentiu disponibilizar o acesso para uso da comunidade, o que gerou uma grande mudança no cenário do Centro Comunitário, principalmente entre os jovens e adolescentes, os quais passaram a se encontrar para usar a *internet*³⁸.

A escola – nos finais de semana, fora os dias letivos, era frequentada apenas por casais de namorados e demais jovens que se reuniam para socializar, visto que a mesma ficava a alguns metros distante do restante dos espaços do Centro – foi reconfigurada de acordo com as demandas desse assentamento. Isso nos permite duas interpretações a seu respeito, pois ela pode ser entendida como um local em que há sociabilidade, ou seja, um lugar, entretanto com práticas diferentes, ou pode ser entendida a partir do que Marc Augé (1994) definiu como não-lugar. Seguindo o pensamento do autor, o não-lugar é marcado por relações de solidão e pela aceleração do tempo em detrimento do espaço. Portanto, “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (AUGÉ, 1994,

³⁸Desde 2019 alguns moradores começaram a colocar *internet* em casa e, gradativamente, o número de residências equipadas com esse recurso só aumentou, pois no meio rural o custo de instalação é alto. Com essa crescente aquisição, a presença desses jovens acabou diminuindo, mas, ainda, há muitos sem acesso que se deslocam até à escola para interagir com o meio virtual.

p. 73). Os não lugares são usualmente lugares de passagem.

O período vivenciado na atualidade, chamado por Augé (1994) de supermodernidade, está sujeito a um excesso de acontecimentos, de imagens, de disseminação de informações, através dos avanços tecnológicos recentes. Para o autor trata-se de “um mundo assim prometido à individualidade solitária, à passagem, ao provisório e ao efêmero” (AUGÉ, 1994, p. 74). Sendo assim, o acesso à rede de *internet* modificou, de certa forma, a relação entre algumas pessoas, mesmo embora sentados ao lado de possíveis conhecidos, elas se relacionam com outras pessoas, através da *internet*, passam horas em seus celulares, conectadas a um mundo exterior, parcialmente desconectadas de sua realidade de fato, de seu entorno.

Enfatizamos que, embora cada grupo mencionado tenha apresentado uma forma própria de socializar nos fins de semana, os indivíduos podem, entretanto, transitar de um grupo a outro, seja para jogar, beber ou simplesmente conversar.

É importante ressaltar o fato de que não são apenas os assentados que utilizam o espaço do Centro Comunitário, pois, não raro, surgem pessoas de comunidades vizinhas e da cidade para visitar o assentamento, as quais interagem com os grupos já citados no texto. Alguns desses visitantes se tornaram frequentadores assíduos do Centro, se encaixando em um grupo ou outro, sejam eles crianças, jovens ou adultos, homens ou mulheres.

Portanto, podemos observar que esse Centro Comunitário é de grande valor para os moradores, pois é o local onde encontram seus amigos, compadres, familiares; além disso é possível observar que se trata de um espaço em que se estabelecem relações com os iguais, de forma que, de fato, há sociabilidade em todos os seus sentidos (SIMMEL, 2006).

Uma questão que chamou bastante atenção foi o fato de que quase não ocorrem conflitos com atos de violência física nesse local, o que pode ser mais um resultado do processo de transformação, tanto do Centro, quanto da Comunidade como um todo. Nos últimos anos há diminuição na ocorrência de brigas e/ou desavenças no local, quebrando o estereótipo de que onde há uma conciliação entre álcool e um grande número de pessoas, ocasionalmente acabaria em confusão. Entre os relatos apresentados nessa dissertação, alguns pensar como esse local passou a ser mais democrático e pacífico, ao mesmo tempo em que sempre houve uma multiplicidade de grupos que o frequentavam, com visitantes de outras localidades.

2.3 A trajetória de uma pesquisa com história oral: pandemia da Covid-19, gerações e gênero

Nesta dissertação optamos por trabalhar com as fontes orais, as quais consistem no produto de entrevistas realizadas a partir da metodologia proposta pela História Oral, como comentamos ao longo desse texto. Essa fonte foi fundamental para que a pesquisa pudesse ser concluída, pois, em se tratando de uma comunidade rural que não tem a disponibilidade de arquivos, atas e/ou escritos a seu respeito, sendo, inclusive, uma temática recente, a sua análise somente foi possível a partir da realização de entrevistas. A utilização da fonte oral, dessa forma, não foi apenas questão de escolha, pois ela é tida como uma das fontes mais acessíveis ao/a historiador/a, permitindo realizar estudos acerca de comunidades mais isoladas, as quais, sendo menos favorecidas historicamente, não usufruem de material escrito suficiente que possa servir como apoio na pesquisa histórica.

Nesse sentido nos baseamos em Alessandro Portelli (1997) ao defender que a história oral é um meio importante e necessário para a escrita da história das classes menos dominantes, considerando que, até o surgimento dessa metodologia, somente os documentos escritos eram classificados para a escrita da história, baseada em grandes acontecimentos e personagens ligados às classes dominantes. Dessa forma, a história oral proporciona que, até mesmo os menos letrados possam contribuir à história com seu testemunho. Todavia, devemos considerar que todas as fontes, sejam escritas ou orais, são passíveis de manipulação e devem ser trabalhadas com o devido cuidado e aporte teórico.

Nós utilizamos a história oral como caminho metodológico para essa dissertação, também pautadas no que José Carlos Sebe Bom Meihy (2007) discute ser uma característica imprescindível dessa metodologia, qual seja: ela é sempre uma “história viva”, pois trata-se de uma história do “tempo presente”. Essa colocação do autor nos possibilita defender o estudo por meio da fonte oral, de objetos como o nosso, que se trata de um estudo presente e de um passado não tão distante, pois utilizamos as fontes para tratar tanto de aspectos históricos como atuais.

Quando planejamos a proposta de projeto dessa pesquisa, tínhamos em mente entrevistar uma variedade de pessoas, de ambos os sexos, de diversas idades, praticantes de atividades de lazer distintas no Centro Comunitário. Entretanto, quando a pesquisa estava chegando na fase de trabalho de campo, de coleta das fontes, iniciou-se uma crise sanitária mundial devido a disseminação do Coronavírus, resultando na pandemia da Covid-19. A

pandemia começou a afetar o Brasil em março de 2020, sendo que, em uma tentativa de controle da disseminação das contaminações com o vírus, passaram a ser decretadas medidas de restrição de circulação de pessoas em locais públicos e privados, com o fechamento de diversos locais, para evitar aglomerações de pessoas, afetando diretamente o objeto da pesquisa, isto é, o Centro Comunitário, o qual permaneceu fechado durante muitos meses.

Por questão de segurança da pesquisadora e dos/as entrevistados/as não foram realizadas entrevistas e nem novas observações de campo no local. Chegamos a repensar a metodologia a fim de realizar as entrevistas de modo remoto, sem colocar a saúde de ninguém em risco. No entanto, com o aumento do percentual de pessoas vacinadas contra a Covid, incluindo nessa gama a pesquisadora e os/as entrevistados/as, foi possível marcar as entrevistas, as quais foram realizadas cumprindo as principais medidas de segurança: uso de máscara, disponibilização de álcool gel pela pesquisadora, distanciamento seguro e escolha de local arejado para as gravações. O que seguia, ainda, as recomendações e os decretos municipais vigentes no local onde localiza-se o assentamento.

Esse fator acabou interferindo no público que participou da pesquisa como informante, pois as entrevistas foram realizadas com pessoas que estivessem em boas condições de saúde para não levar riscos maiores aos participantes. Foram entrevistadas as pessoas que mais se dispuseram a participar da construção dessa dissertação, demonstrando interesse em fazer parte de uma pesquisa que engloba e abre espaço e visibilidade à comunidade. O número de participantes acabou sendo menor, contando com um total de 8 entrevistados(as), sendo que uma das colaboradoras teve que ser entrevistada remotamente, pois, atualmente, ela não reside no assentamento, estando fora do alcance para a entrevista presencial.

Apesar dos contratempos citados, com a utilização da metodologia proposta pela história oral, realizamos as entrevistas com os moradores do assentamento, buscando incluir na análise aqueles que com frequência vão ao Centro Comunitário. Cabe lembrar que, também, por influência da citada pandemia, o Centro Comunitário ficou fechado durante alguns períodos e alguns frequentadores deixaram de visitá-lo por decorrência da disseminação do vírus, fato que pode ter alterado o sentimento dos entrevistados em relação ao objeto.

As entrevistas foram temáticas e semi estruturadas com questões que direcionaram os participantes ao tema. Os temas abordados e previamente selecionados tiveram como pretensão adentrar à vivência de cada um dos partícipes a fim de saber como foi a sua

participação no Centro Comunitário, tendo em vista analisar as relações de sociabilidade compreendidas no local. Formulamos questões direcionadas para se ter um entendimento das distinções de gênero que se aplicaram aos frequentadores do Centro. Também buscamos entender de que maneira o Centro Comunitário atuou ou atua na formação de consciência de classe dos assentados, servindo como um espaço de luta para essa comunidade.

Participaram da pesquisa seis pessoas do sexo feminino e apenas duas do sexo masculino, com idades entre 20 e 64 anos. Esse recorte de faixa etária se deu devido ao nosso entendimento de que as questões de gênero afetaram as gerações de formas distintas. A esse respeito, destacamos as contribuições de Aguiar e Stropasolas (2010), Sônia Fátima Schwendler (2015; 2020), Elisa Guaraná de Castro (2009) e de Celecina de Maria Veras Sales (2010).

Em pesquisa realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) sobre gênero e geração em comunidades rurais no estado de Santa Catarina, os autores se depararam com questões relacionadas à divisão do trabalho no meio rural, à liberdade concedida ou privada aos e às jovens das comunidades, e, por fim, aos motivos pelos quais muitos buscaram a cidade em detrimento do meio rural. Sobre isso afirmam:

Outro aspecto também relacionado às condições de vida no meio rural e que repercute na migração de jovens refere-se à ausência ou às poucas opções de lazer oferecidas, ainda que seja possível observar em comunidades mais organizadas e estruturadas uma maior possibilidade de criação de espaços com essa finalidade. São as moças quem mais se ressentem da falta de lazer no meio rural. Via de regra, são os jovens homens quem têm acesso a formas mais variadas de lazer e maior autonomia para sair em busca de diversão (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 164-165).

Ainda nesse sentido, salientam que a maioria das moças das comunidades analisadas na pesquisa:

reclamam, principalmente, da ‘falta de liberdade e autonomia’ diante do controle que os pais procuram exercer sobre elas, que vivem – ainda mais que os rapazes – sob o peso da autoridade paterna, através de mecanismos de vigilância e regulação que se estendem para os espaços que frequentam (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 173).

Para finalizar essa questão afirmam: “há, portanto, diferenças entre rapazes e moças no processo de socialização, no acesso a formas de lazer e na liberdade de circulação, de modo que são as moças que mais se ressentem da falta de lazer no meio rural” (AGUIAR;

STROPASOLAS, 2010, p. 176). Assim, destacam-se as diferenças com que meninos e meninas, moças e rapazes, tem acesso aos ambientes de lazer no meio rural, de modo que percebe-se uma grande distinção de gênero quanto ao acesso às opções de lazer para jovens do sexo feminino.

Ainda nas palavras de Aguiar e Stropasolas (2010), “as estruturas de lazer existentes na maioria das comunidades favorecem a prática de esportes ditos ‘masculinos’, o que restringe ainda mais as opções das moças” (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010, p. 165). Podemos aplicar isso ao caso do Assentamento José Dias, em que as práticas esportivas e jogos realizados no Centro Comunitário, durante muitos anos, eram apenas destinados aos homens. Sendo assim, a apropriação do jogo do bingo pelas mulheres se constituiu no que Certeau (1998) denomina de tática, pois foi uma forma que elas encontraram de, também, ter uma prática de lazer em um ambiente voltado “estrategicamente” para o público masculino.

Essa discussão aparece também em Elisa Guaraná de Castro (2009), sobretudo quando a autora traz o artigo *Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político*, no qual discutiu a concepção de jovem e de juventude rural no Brasil. É importante destacarmos que durante suas pesquisas sobre a juventude rural, que originaram o artigo, Castro (2009) afirma que as diferentes construções do que é ser jovem variam de acordo com os espaços que esses sujeitos transitam, bem como pelas posições sociais que estes ocupam. Em seguida, a autora aponta que o jovem rural “carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar” (CASTRO, 2009, p. 189).

Essa questão é exacerbada pela relação da autoridade paterna, à qual, os jovens no meio rural, são submetidos. Sendo assim, mesmo sem fazer parte de seus objetivos na pesquisa, ela acaba relatando distinções que ocorrem entre esses grupos no espaço, sendo que variam de acordo com o gênero, a exemplo do trecho a seguir: “O controle é exercido enquanto o ‘jovem’ estiver vivendo com os pais, principalmente no caso das filhas, o que reforça a “saída” de casa e do assentamento como forma de alcançar autonomia” (CASTRO, 2009, p. 193). Percebemos, portanto, que a realidade das comunidades rurais, sendo assentamentos de Reforma Agrária ou não, são marcadas por essas relações de gênero desiguais em que as moças são as mais atingidas.

Schwendler (2020) fez um estudo com o objetivo de analisar “a divisão sexual do trabalho em áreas rurais, com foco nas tensões produzidas pelas diferenças geracionais”

(SCHWENDLER, 2020, p. 1). As análises da autora foram empreendidas em assentamentos de Reforma Agrária do Paraná. Após discutir a forma como a divisão do trabalho no campo é perpassada por distinções de gênero, como discutimos no primeiro capítulo, Schwendler (2020) vai além e coloca como as novas gerações estão contribuindo para provocar possíveis mudanças futuras nessas relações, as que, até então, são desiguais. A autora explica que isso ocorre porque a juventude estaria mais adepta a tais mudanças, principalmente as moças que questionam tais relações e, também, pelo acesso destes à educação, à graus de escolaridade possivelmente mais elevados do que seus pais. Para a autora, “essas mudanças, que afetam de modo mais significativo a juventude, mais escolarizada e exposta a relações de gênero mais colaborativas, têm criado tensões geracionais referentes às relações desiguais de gênero dentro das famílias camponesas” (SCHWENDLER, 2020, p. 2).

Em Schwendler (2020), outro ponto que nos desperta atenção é o quanto as moças das comunidades rurais são mais impactadas pela questão de gênero, pois, muitas delas, relatam dificuldades que os rapazes não encontram. De acordo com a autora:

A hierarquia de gênero e o poder masculino exercido sobre as mulheres também impactam na falta de autonomia e de liberdade das jovens: elas se sentem injustiçadas em função da desigualdade de tratamento que recebem em comparação aos seus irmãos, uma vez que se coloca um julgamento moral, da família e da comunidade, sobre elas (SCHWENDLER, 2020, p. 7).

A pesquisa desenvolvida por Schwendler (2020) teve uma proposta de intervenção, tendo sido oferecidas oficinas nas escolas de dois assentamentos rurais, com o objetivo de conscientizar os alunos e as alunas acerca das distinções de gênero presentes na sociedade e que estão refletidas dentro de sua própria comunidade, até mesmo em sua vivência. Com essa intervenção, Schwendler (2020) explica que foi possível perceber melhoras em relação às discussões de gênero nas escolas, o que refletiu até mesmo na comunidade, pois os(as) estudantes levaram tais discussões para dentro de seu espaço familiar. A autora considera a importância da reflexão crítica para que haja uma desnaturalização das relações de gênero desiguais, mas afirmou que:

Embora essas mudanças sejam lentas e de difícil mensuração e escapem ao escopo do projeto, destaca-se a importância do efeito multiplicador: ao trabalhar a consciência de gênero com uma pessoa, esta pode provocar mudanças no seu espaço de convivência, como na família, na escola, no trabalho, contribuindo para que as pessoas revejam as suas práticas e se organizem de modo mais colaborativo (SCHWENDLER, 2020, p. 11).

Caminhando, ainda, nesse espaço de reflexões, Sales (2010) afirma que nos assentamentos rurais em que há influência do MST, na formação de mulheres pelo comitê de gênero do movimento, há uma tendência quanto às alterações nesta realidade. A autora destaca que “o acesso à educação e à participação política é impulsionador na mudança de comportamento das mulheres jovens. Nesse sentido as jovens no MST, no assentamento, nos seus percursos, vão pontilhando suas linhas, marcando seus espaços” (SALES, 2010, p. 437).

A autora traz tais afirmações a partir de pesquisas realizadas em assentamentos rurais no estado do Ceará, oportunidades em que foi entrevistando jovens que participaram de processos formativos dentro do MST, criando coletivos de gênero e discutindo sua posição em relação à tomada de decisão. Sales (2010) destaca que, dentro do MST, houve alterações em relação à presença de mulheres em todos os setores de atuação, para além do da educação, antes o único dominado pelas mulheres. Neste sentido, a análise de Sales (2010) se aproxima da realizada por Aguiar e Stropasolas (2010) e de Schwendler (2020), sobretudo no que diz respeito à medida em que considera que a educação e o acesso à informação, pelas jovens mulheres, pode contribuir para alterar a hierarquia presente no meio rural.

Com essa discussão encerramos esse capítulo, lembrando que tocamos em aspectos que constituíram a história da fundação do assentamento hoje conhecido como José Dias. A partir de relatos obtidos em pesquisas anteriores, fizemos uma abordagem que mostrou o quanto a história de vida dos entrevistados(as) esteve e está entrelaçada à história do MST, sendo esse um movimento formador da identidade dos assentados. Também descrevemos o Centro Comunitário, que se constitui como o nosso objeto de estudo, falando sobre os jogos e atividades que poderiam nele ser realizadas, destacando, dessa forma, os grupos que por ele circulam.

Finalmente, concluímos o capítulo versando a respeito das distinções de gênero que afetam as gerações de forma distinta, pontuando, ademais, sobre as dificuldades encontradas ao longo da realização da pesquisa, pois somente com o início da vacinação da população e diminuição dos casos na região do centro estudado foi viável a realização das entrevistas. Destacamos que o Centro Comunitário reabriu e voltou a ter a circulação de pessoas, as quais retornam aos poucos, mas com restrições como o uso de máscara, uso de álcool em gel e distanciamento social como medidas de proteção. No início desse processo de reabertura, foram poucos os frequentadores que voltaram a participar, pois muitos são idosos, os quais

compõem o grupo de risco, ou seja, que são mais vulneráveis ao coronavírus. Sendo assim, o retorno às atividades ainda está ocorrendo, de forma lenta, mas segura, o Centro Comunitário caminha para voltar a ser um espaço de sociabilidade.

O capítulo seguinte foi desenvolvido a partir dos relatos dos entrevistados e entrevistadas, os quais demonstraram muita insegurança no início desse retorno, devido ao contato com outras pessoas e a chance de poder contaminar-se. Apesar de o Centro comunitário ser um espaço de uso coletivo, com os depoimentos obtidos ficou ainda mais perceptível que cada indivíduo tornou desse local algo único e com significado próprio, pois a importância dada ao espaço foi distinta para cada um. Ainda destacamos que essa percepção foi influenciada pelo tempo em que o ambiente ficou fechado, tornando as entrevistas dos participantes um momento para relembrar como era o Centro antes da ocorrência da pandemia.

CAPÍTULO 3

REMEMORANDO AS EXPERIÊNCIAS DE LAZER E O COTIDIANO DOS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE DO ASSENTAMENTO A PARTIR DO GÊNERO

O terceiro capítulo dessa dissertação foi desenvolvido pensando na análise das fontes coletadas, observando os resultados obtidos, relacionando os relatos com o aporte teórico discutido ao longo dos capítulos anteriores. O capítulo se estrutura nos seguintes tópicos: 3.1. O Centro Comunitário do José Dias: espaço de luta e socialização; 3.2. Lazer e relações de gênero: o que nos dizem os relatos?; 3.3. Resignificação dos espaços de sociabilidade após a pandemia.

As entrevistas foram analisadas com o intuito de perceber quais atividades e jogos eram mais relacionados às mulheres e quais eram mais ligados aos homens. Foi considerado, nas entrevistas, o vínculo que cada indivíduo estabeleceu com o local de sociabilidade e com os pares que o frequentavam. Assim, como muitas das entrevistas coletadas são oriundas de uma coleta anterior, o presente estudo possibilitou uma nova observação das fontes orais, a análise resultou na possibilidade de dar continuidade à pesquisa, podendo servir para futuros estudos comparativos, dadas as especificidades das comunidades rurais.

3.1. O Centro Comunitário do José Dias: espaço de luta e socialização

Inicialmente gostaríamos de trabalhar com questões históricas do Centro Comunitário, ressaltando o objetivo de responder às seguintes questões: quando o Centro foi construído? Por quem foi idealizado? Com que objetivos? Houve menção de um nome específico para esse Centro Comunitário? Para que ele foi utilizado no passado? E finalmente, qual sua finalidade e sua importância nos dias atuais?

Para tentar responder as questões levantadas, pedimos aos(as) entrevistados(as) com mais experiências e vivências do início do assentamento que falassem sobre a construção do Centro da comunidade e sobre os usos que foram e são atribuídos a esse local. Sendo assim, temos as contribuições de Elis Regina Berté³⁹(2021), Valéria Aparecida das Chagas Prediger (2021) e Célio Welzel (2021) que destacaram com mais detalhes a forma como foi construído o atual Centro Comunitário do Assentamento José Dias.

39 Os nomes dos entrevistados e entrevistadas foram mantidos originais mediante assinatura de termo de consentimento. Assim como no capítulo anterior, o nome completo será citado na primeira vez, depois usaremos apenas o primeiro nome.

Célio (2021) comentou que, mesmo no acampamento, já havia a ideia desse Centro, pois já dispunham de um lugar em que as lideranças dos grupos se reuniam para debater quais seriam os próximos passos a serem tomados na luta pela terra, bem como discutir meios de superar as dificuldades. Depois que os lotes foram distribuídos pelos próprios acampados e que muitas famílias já haviam deixado o local de acampamento, foi construído um barraco de lona no mesmo local do atual Centro Comunitário, com espaço suficiente para reunir diversas pessoas. Valéria (2021) falou a respeito dessa época:

Então quando foi dividido os lotes foi, uma parte, foi dedicada pra formar o Centro Comunitário do acampamento. Ali onde foi construído provisoriamente um salão, feito de madeira, de madeira, na volta, madeira lascada e coberto de lona. Nesse salão aconteciam as aulas da escola e aconteciam as missas, aconteciam os eventos festivos do acampamento. Era um barracão, vamos dizer assim, de mais ou menos vinte metros por dez, e ali foi organizado uma cozinha, provisória, com fogão, provisório, de barro, né, era de chão batido. E ali permaneceu assim por uns cinco anos, eu acredito (PREDIGER, 2021).

De acordo com Valéria (2021), esse mesmo barraco era utilizado como sala de aula, para as crianças; como igreja; como posto de saúde para atendimento às pessoas; para realizar reuniões da coordenação a fim de pressionar o INCRA para a oficialização do assentamento, e, por fim, utilizado para distração, diversão, mas esse não era o foco inicial do local. Nas palavras da entrevistada o barracão:

O início quando foi, era de lona, era escola, era tudo, era um centro multi-uso. Depois que ele foi, que foi se construindo a escola separado, construiu o centro novo, o Centro Comunitário de alvenaria separado, a igreja separado, mas ele ficou por um longo período, cinco anos, ficou de 91 até 97 por aí mais ou menos, o Centro funcionando como multi-uso, ele era para tudo né (PREDIGER, 2021).

Na foto a seguir temos o que os moradores relataram se tratar de uma escola bíblica voltada às mulheres, que era instalada junto ao barracão improvisado que havia inicialmente, o qual foi rememorado na fala de Valéria Aparecida das Chagas Prediger.

Imagem 6 - Escola Bíblica de mulheres



Fonte: acervo da comunidade, 1994.

Dessa forma, podemos aliar essa questão à discussão de Michel de Certeau (1998), sobretudo quando o autor afirma que um lugar pode ser constituído de diversos espaços, sendo esse um lugar praticado. Essa análise alinha-se ao ponto discutido nesse ponto de nosso estudo, pois o lugar em questão - o barraco - era praticado de diferentes formas, tendo diferentes usos, o que torna o lugar palco de espaços distintos.

O Centro, como foi sendo (re)construído⁴⁰ com o passar dos anos, posteriormente, no ano de 1996, a prefeitura iniciou a construção da escola municipal em alvenaria, estrutura que, também, comportaria o posto de saúde em benefício à comunidade que já estava oficializada. Nesse mesmo ano, os moradores do agora assentamento, receberam verbas para construção de suas casas e/ou tornarem seus lotes produtivos com os investimentos. Os moradores tiveram disponibilidade de um repasse para auxiliar na construção do Centro Comunitário, o que, de

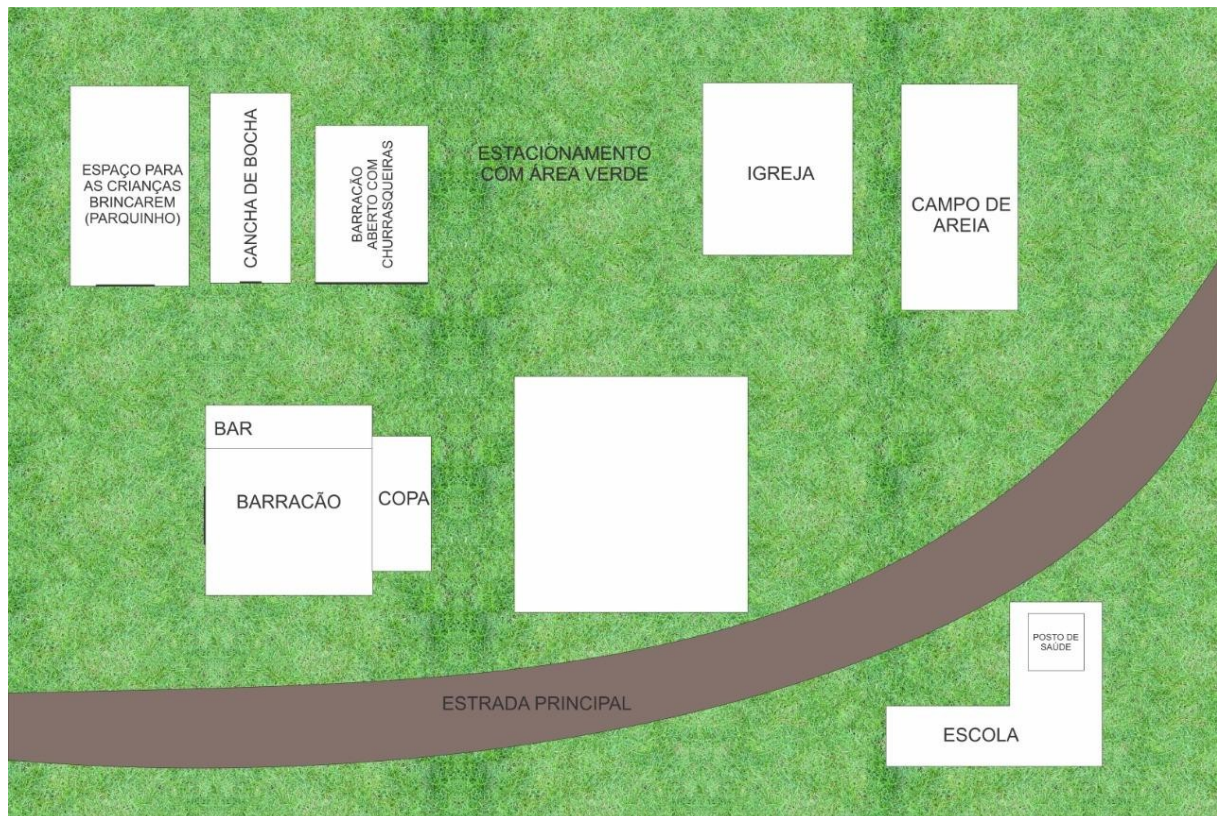
40 Estamos nos referindo ao Centro como reconstrução porque o local onde o barraco provisório foi construído era o mesmo em que, depois, construíram o novo barracão em alvenaria. Entretanto, veremos mais adiante que trata-se não somente de uma reconstrução material, pois, depois de ter sido oficializado o assentamento, paulatinamente mudaram-se as práticas e o uso do Centro Comunitário passou a ter novos significados. Aliamos essa observação ao que Certeau (1998) refere-se como tática, pois essa é uma releitura e/ou reinvenção, ao passo em que o Centro Comunitário teve como proposta principal reunir os assentados para discutir os caminhos a serem seguidos na luta, e, agora, ele é aproveitado de outra maneira pelos moradores e visitantes. O Centro tornou-se, portanto, uma invenção do cotidiano (CERTEAU, 1998).

acordo com Valéria (2021), possibilitou que fosse edificada a cobertura e os pilares do novo barracão:

Depois, quando foi oficializado o Assentamento em 96, aí veio um, foi feito, fizeram um projeto via INCRA, onde veio recurso para a construção do barracão em alvenaria. Mas esta, essa construção veio só pra cobertura e os pilares. A parte de, a parte de obra de alvenaria as famílias tiveram que ir fazendo promoções, e fazendo arrecadação de material pra construir as paredes, as janelas, essas coisas assim. Nesse período também foi construído a escola, que é de alvenaria, era de alvenaria, onde passou a funcionar a escola já organizada, que já veio equipamentos, vieram as cadeiras, vieram, foi mais, que antes funcionava nesse barracão. Passou então, depois de 96, esta escola, a escola foi construída e passou a funcionar mais de forma organizada, as turmas e espaços mais adequados para as aulas de primeira, de pré a quarta série. Aí veio o barracão e, bem depois foi construído a igreja separada, antes disso era tudo feito na escola até que se fizesse as paredes do barracão (PREDIGER, 2021).

Como mencionamos ainda no capítulo anterior, o Centro ficava localizado em um pedaço de terra que foi destinado para esse fim, por decisão dos assentados. De acordo com Célio (2021), a terra possui entre 5 a 10 hectares e abriga a escola com o posto de saúde acoplado, o barracão (salão de festas) com o bar, a cancha de bocha, um barracão aberto com mesas e churrasqueiras para as festas, o campo de futebol de areia, o cemitério e a igreja católica da comunidade, denominada Capela Santa Luzia. Esses elementos estão dispostos conforme a planta a seguir:

Imagem 7 - Ilustração da planta em que estão dispostas as edificações do centro do Assentamento José Dias



Fonte: Acervo da comunidade, 2017.

A construção do Centro Comunitário, com exceção da escola, se deu através de mutirões, organizados pelas lideranças que traziam pessoas de toda a comunidade para ajudar. Isso ocorreu na construção do barracão, inicialmente, e a prática continuou conforme a comunidade foi arrecadando verbas para construir as demais áreas. A igreja também foi construída dessa forma, através desses mutirões em que o trabalho era voluntário. Entretanto, o nome escolhido para a igreja, segundo relatou Valéria (2021), não foi uma decisão concluída democraticamente, pois o nome de Santa Luzia foi colocado por um morador devido uma promessa realizada a essa Santa.

Quando perguntamos aos mais jovens sobre a construção do Centro, para saber se eles tiveram contato com essa história que poderia ser transmitida oralmente dentro das famílias através dos pais e/ou avós, por exemplo, a resposta de Mateus Felipe Nordt (2021) se mostrou muito interessante:

Até, até onde eu sei o centro foi construído com a ideia da comunidade ter um local que era para trabalhar junto. Que no começo pelo que me contaram tinha o viveiro para fazer muda de erva mate, de pinus dessas coisas. Aí foram adaptando, fazendo cancha de bocha, uma coisa ou outra pro povo ter um lugar de lazer pro povo se reunir no final de semana, até porque trabalhava a semana inteira e final de semana

ter uma coisa para fazer de diferente, um lugar, um ponto de encontro (NORDT, 2021).

Nesse relato é possível perceber que algumas informações deixadas de lado nas entrevistas realizadas com as pessoas mais idosas acabam aparecendo no depoimento de um jovem, como a questão desse viveiro, que, de fato, existiu no Centro Comunitário, no intuito de, coletivamente, serem produzidas as mudas para benefício da comunidade. E sobre o motivo da construção citada por Mateus (2021), apesar de haver embasamento em outros relatos que podem se misturar e trazer informações até mesmo atemporais, revelam o quanto o jovem se importa em ter o conhecimento de tal história. Pois, segundo os demais relatos, o Centro teve a proposta de promover ações coletivas, sejam de luta, no lazer, na oração ou no ensinamento. O ambiente foi pensado para ajudar a todos e todas que ali residem.

Nessa questão destacamos Michael Pollak (1992) quando ele considera que a memória pode ser constituída tanto por acontecimentos vividos integralmente pelo indivíduo, assim como por meio de acontecimentos vividos “por tabela”, ou seja, acontecimentos que o indivíduo pode não ter vivido pessoalmente, mas que ele adquire como parte de sua memória em função do grupo ao qual o mesmo sente-se pertencente. Destacamos, ainda, que a memória é coletivamente moldada e, por isso, está submetida às transformações e flutuações constantes.

Vemos a importância de se passar e relembrar a história do Centro e da comunidade em sua totalidade no intuito de incentivar aos jovens a conhecer a trajetória de seus pais e/ou avós, respeitando-os e valorizando aquilo que foi conquistado por eles. Sobre isso, Mateus (2021) relata que:

A minha família costumava contar sempre sobre como foi a chegada, as dificuldades, passar fome, passar frio, tudo até pra uma forma de eu valorizar e ter vontade de ficar aqui. Tanto que até hoje tenho vontade de ficar aqui, por tudo que foi passado, por tudo que aconteceu e sabendo essas histórias como uma forma de valorizar (NORDT, 2021).

Também questionamos os(as) entrevistados(as) se em algum momento houve a intenção de atribuir um nome ao Centro Comunitário, comumente chamado por todos de Centrão. Quando perguntamos para a entrevistada Deisi Daniela Norte (2021) ela respondeu:

Não sei dizer. Sabe que eu nunca parei para pensar do porque que não tinha nome! Sempre foi conhecido como centro do assentamento, e ficou. Não sei se é porque é bem no centro mesmo e ficou conhecido como, assim, mas nunca foi pensado em dar nome (NORTE, 2021).

Valéria (2021), questionada a respeito do Centro possuir um nome oficial, afirma:

Não, a única coisa que foi discutido sempre foi o nome do assentamento e tudo leva o nome José Dias. Centro, hoje, sempre foi chamado de centrão ah “lá no centrão”, por que? Porque era o espaço onde tinha a escola, tinha o barracão que era grande, tinha, era o espaço em que as famílias se reuniam, em maior parte. Porque o assentamento foi organizado em comunidades então, tinha, se não me engano tinha sete comunidades e cada comunidade tinha o seu espaço. Por que exigia um momento maior, de reunião maior, de quando tinha um momento festivo aí se reuniam no centrão. Então esse nome centrão se deu por causa do, por ser o maior né, porque juntava todas as famílias. Até hoje ainda, a maioria das famílias chamam, falam “lá no centro”, “lá no centrão”, então não tem um nome específico a não ser centro, é o centro comunitário do assentamento José Dias. Sempre foi esse nome (PREDIGER, 2021).

Percebemos, desta forma, que o nome pelo qual os moradores e visitantes de fora se referem como “Centrão” é uma forma simbólica de se referir ao local que serve de ponto de encontro para eles, sendo esse um ponto central em que se reuniam desde antes de se tornar um assentamento oficialmente. A falta de pensar em um nome específico também pode demonstrar a peculiaridade do local e a simplicidade com que ele é apreciado e frequentado por todos e todas, pois, em muitas entrevistas, apareceu a questão de que, se precisar encontrar amigos, ver e ter contato com pessoas, é só ir no centrão.

O salão de festas, chamado de barracão da comunidade, durante vários anos foi palco da luta social, enfatizada pelo MST. Quando entrevistamos Valéria (2021), que durante muitos anos esteve à frente da organização de várias atividades com proposta de continuar as dinâmicas do movimento dentro do assentamento, frisamos na entrevista questões relacionadas ao uso do centro comunitário como palco dessas dinâmicas. Além de afirmar que o centro serviu de espaço para reuniões a fim de se discutir propostas de atuação acompanhando à organização do MST a nível estadual e federal, Valéria (2021) relatou algumas dessas situações as quais chama de místicas, momentos esses em que o barracão era utilizado para esses fins de luta e consciência social. Segundo a entrevistada:

Dos momentos assim festivos que fala , tinham os momentos assim de, de, eram festivos místicos, animadores que chamava né, então pra animar as pessoas pra luta, animar as pessoas pra permanecer na terra, então tem as datas comemorativas que sempre se fazia. Fazia as noites culturais que era como se fosse a, tinha baile também, mas tinha as noites culturais, que tinham as jornadas socialistas, onde se pegava um tema, por exemplo, tinha o mês de outubro eu lembro que era o mês de Che Guevara. Então se fazia uma jornada socialista em memória a Che Guevara e trazendo presente as ideias de Che Guevara para a luta. Mês de março: tinha o dia internacional da mulher, fazia as místicas, uma noite socialista, uma mística, trazendo presente a questão das lutas em defesa da mulher e dos direitos das mulheres. Tinha, agora eu não lembro assim, no mês de agosto que é o mês de

ocupação, 5 de agosto é o dia de ocupação dessa área, então no mês de agosto se fazia sempre uma semana mais ou menos de atividades culturais, de místicas, de momentos pra lembrar a história pra memorizar a história e também os mártires daquele local. E fazia jornada socialista, celebrações, missas, churrasco depois mais tarde né, quando tinha condições, mais tudo nesse espaço era feito dessa forma. Até hoje eu acho que é feito pelo menos na semana de agosto é feito a memória da história do assentamento, e também as missas são feitas lá, enfim. Toda a vida da comunidade, a comunitária é feita nesse espaço (PREDIGER, 2021).

A respeito desse relato, gostaríamos de destacar duas questões que adentram às noites socialistas citadas por Valéria (2021). Primeiro deles é o fato de rememorar a um símbolo da luta de classes: Che Guevara, que, segundo ela, era articulado à luta do movimento através de suas ideias. Em segundo lugar, ressaltamos o trabalho citado a respeito do dia internacional da mulher, em que eram pautadas questões relacionadas ao direito das mulheres, o que mostra que a comunidade fazia eventos que se articulavam, também, com a pauta do MST, o qual passa a envolver as questões relacionadas ao movimento de mulheres em suas pautas.

Assim, além de ser palco da sociabilidade dos moradores e moradoras do assentamento e seus visitantes, o Centro Comunitário possui mais características que lhe dão a importância que hoje lhe é atribuída. Nos relatos, obtidos por meio de entrevistas, percebemos que o centro foi idealizado com um olhar de trabalho coletivo e de fomento à luta das famílias.

Entre as práticas e encontros idealizados pelo movimento e colocados em ação por seus líderes e representantes, todas as famílias eram incluídas, desde as crianças até os mais velhos, todos eram convidados a participar, mas, por muitos encontros ocorrerem à noite, Valéria afirma que algumas famílias faltavam por residirem longe, assim como os mais idosos que, às vezes, não saíam em virtude do período em que eram realizados os encontros. Valéria (2021) cita a grande participação da juventude da época na organização das místicas e de eventos voltados ao lazer da comunidade, relata que os jovens eram muito aguerridos, pois essa juventude era formada pelas crianças que chegaram no acampamento junto de seus pais e fizeram parte de todo o processo de luta pela terra:

Ah outro momento que reunia bastante assim, era o momento das juninas, das festas juninas. Também fazia vários momentos, várias noites assim, bailes, festas assim também e a juventude se envolvia bastante, tinha casamento caipira, tinha dança da quadrilha, tinha essas coisas então a juventude se envolvia bastante. Os jovens dessa década eram jovens bem aguerridos assim, porque enfrentaram toda a história, vivenciaram. Então tinha todo um envolvimento ali, grande maioria (PREDIGER, 2021).

As crianças sempre foram incluídas nessas práticas. Vemos que isso era idealizado a partir do movimento, pois esse promovia, também, os chamados encontros dos sem-terrinhas, evento do qual crianças de diversos assentamentos participavam, do qual foi enviado grupos de crianças do José Dias para participar, mas trata-se de mais uma prática que se perdeu com o distanciamento entre o assentamento e o MST. Na imagem a seguir, destaca-se uma das noites de jornada socialista descrita por Valéria (2021) anteriormente, em que estavam planejando a comemoração de 15 anos do assentamento. É possível visualizar um número muito grande de crianças no barracão.

Imagem 8 - Crianças em Jornada Socialista



Fonte: acervo da comunidade, 2003.

Porém, hoje, raramente essas práticas acontecem e as crianças e jovens já não participam desses encontros, como cita Valéria (2021):

Depois foi se, foi diminuindo por conta da idade de algumas pessoas e por conta também da influência, da influência de outros, de outras, influência de outras religiões, influência de outros segmentos políticos. Que depois que o assentamento ficou pronto, daí, tem várias influências interesseiras, vamos dizer assim. Porque no começo as influências políticas eram muito só de esquerda, as influências religiosas eram muito vinculadas à igreja católica. Depois que o assentamento ficou pronto, daí vieram outras influências, onde as famílias foram se, se desvirtuando, não sei se é

esse o nome, mas foram indo para outra... e aí foi diminuindo. Mas continuam a participação que eu acho de pelo menos uns 30% assim das famílias continuam ativos assim na mesma linha né (PREDIGER, 2021).

Vemos que a entrevistada expôs uma justificativa para a pouca ocorrência de eventos e de místicas nos dias atuais, e que ela considera que após o assentamento ser oficializado e as demandas diminuïrem, as pessoas foram influenciadas por pessoas de fora, com outros interesses, as quais não fizeram parte de sua luta nem deram o apoio de que necessitavam. Ela destaca que vieram outras influências políticas e religiosas que tiraram muitas famílias do segmento anterior, muito vinculado à esquerda e a uma tendência do catolicismo. Isso, também, pode ser explicado pela acomodação dos moradores, pois, atualmente, os lotes individuais estão para receber uma escritura de propriedade particular, o desvinculando totalmente dos projetos de assentamentos federais. Por isso é necessário o trabalho de rememorar e educar as crianças e jovens de hoje para que deem continuidade à memória dessa história.

Seguindo essa colocação, é interessante ressaltarmos que, apesar de o maior significado dos fins de semana no centro, hoje, ser o de socializar, divertir-se, ainda, assim, os encontros realizados no local podem servir de ensinamentos e aprendizagens em que o contato entre jovens e idosos pode render muitos assuntos produtivos, como ressalta Mateus (2021):

Eu acho que além de um lugar de lazer, que a gente vai lá para se divertir, ele é um lugar que se você for conversar com pessoas, assim, você consegue muito conhecimento ali também. Quanto ao trabalho, quanto a alguma coisa que você queira fazer e não tenha experiência. As pessoas ali também se reúnem, para pensar alguma coisa para ajudar os outros. Tem muita campanha de cesta básica para família que precisou, a gente viu acontecer ali. É algo bem bom nesse sentido (NORDT, 2021).

Desta forma, o entrevistado considera que o Centro é muito importante para manter o laço da comunidade, pois, além do lazer e da troca de saberes, para ele, é através do Centro que é possível conhecer uns aos outros e, os já conhecidos, se encontram ali para conversar, pois muitos não possuem hábito de fazer visita na domiciliar:

porque é o lugar que a gente costuma encontrar as pessoas que a gente não tem costume de ta visitando. Por exemplo, tem pessoas que a gente tem bastante amizade de conversa ali no centro, para trocar conhecimento, sobre trabalho e coisas assim. E é uma pessoa que se não fosse o local, não ia ter contato nenhum, porque não tem costume de se visitar entre casa (NORDT, 2021).

Nesse sentido, Elis (2021) também comentou sobre o Centro ser uma ferramenta

importante em manter o laço entre os(as) assentados(as):

Considero que é muito essencial, ele tem uma importância bem... porque eu acho que nós já perdimo muita coisa assim em relação ao.... a se visitar, a ir um na casa do outro e também isso eu acho que tá muito distante hoje. E ali é um lugar que vem, conversa, não podemos deixar esse laço que a gente tem de ir na casa e tomar um chimarrão, conversar, mas ali é um dos espaços que acontece muito essa conversa, essa né (BERTÉ, 2021).

Por isso, destacamos que o Centro Comunitário foi muito além de um espaço de lazer, de sociabilidade informal, ele já foi palco de muita luta, uma vez que nele eram idealizadas as ações que seriam seguidas por toda a comunidade. Além disso, vimos, em várias passagens das entrevistas, que o centro se constituiu em um local primário em que foram estabelecidas as relações de sociabilidade nas quais os moradores conversavam uns com os outros a fim de saber sobre sua família, de sua lavoura, de sua saúde, enfim, sobre diversos assuntos, pois a comunidade perdeu o costume de fazer visitas domiciliares com frequência. Entretanto, essas relações foram influenciadas pelas questões de gênero, as quais definem papéis do que é ser homem e ser mulher, afetando sua inserção em determinados meios, por isso abordaremos as mesmas no seguinte tópico.

3.2. Lazer e relações de gênero: o que nos dizem os relatos?

Antes de nos aprofundarmos nas discussões de gênero, vale destacar algumas características do bar localizado junto ao Centro Comunitário, pois entendemos suas peculiaridades em relação a quem ficava responsável por seu cuidado podendo ter sido um dos fatores de grande relevância para impulsionar as mulheres a frequentarem esse espaço para a prática do bingo.

Vejamos. Esse bar pertencia à Comunidade, não era propriedade particular. Seu funcionamento ocorria da seguinte forma: era necessário que uma família assumisse o compromisso de cuidar do bar, e a partir desse momento ela se tornava responsável pelas vendas e ficava com o lucro adquirido no estabelecimento. Entretanto, a família era a responsável pelo cuidado de todo o centro, tendo que manter o local limpo, fosse o espaço exterior com roçadas, os espaços interiores, assim como, por exemplo, o salão de festas, os banheiros, a igreja e demais espaços públicos. Esses ambientes tornavam-se sua responsabilidade, sendo que a família deveria fazer a limpeza ou pagar para que terceiros a fizessem.

Foi realizado um rodízio para que ocorresse a troca das famílias periodicamente, dando oportunidade a outras que tivessem interesse. Essa troca era feita partindo de reuniões entre as famílias interessadas e a diretoria da igreja. Por isso, aqui destacamos a relação que o Centro possui com a igreja católica da comunidade, pois, além de cuidar da limpeza da mesma, a família responsável deveria manter o bar fechado durante a realização dos cultos, celebrações e missas, pois era um gesto de respeito ao momento de oração.

Entretanto, foi principalmente em dias de missa, que por ser localidade do interior ocorria cerca de uma vez por mês, que o movimento do centro multiplicava. Isso acontecia porque muitas famílias, essencialmente as mulheres que não costumavam frequentar o Centro normalmente, acabavam permanecendo no local após a missa, conversando com suas comadres e/ou conhecidas. Podemos ver na imagem a seguir um desses momentos compartilhados pelas mulheres, antes da pandemia, em que se encontravam após a celebração religiosa para um momento de sociabilidade e conversa informais:

Imagem 9- Mulheres tomando chimarrão após a missa



Fonte: foto tirada por Ingridi Mollmann, Assentamento José Dias, Inácio Martins, 2017.

Todavia essa prática foi, também, afetada pela pandemia, pois as missas foram suspensas por um longo período e, mesmo depois que voltaram, as mulheres deixaram de reunir-se, pois um de seus costumes, a roda de chimarrão, possibilitaria o contágio pelo coronavírus.

A entrevistada Deisi (2021) afirma que as mulheres começaram a frequentar o bar após uma família responsável pelo mesmo, entre os anos de 2010 e 2012, inovar, quando a mulher passou a também cuidar do bar, pois, até então, apenas o homem da família ficava responsável por essa parte do atendimento. Nessa época a família mantinha o bar aberto todos os dias da semana e se instalava no espaço do bar com moradia provisória. A partir de então, Deisi (2021) lembrou que as mulheres passaram a ficar mais à vontade para frequentar tal espaço, o qual, até então, era predominantemente masculino. “Antes era só o baralho né, era o bar e o baralho e só os homens que praticavam, que vinham. Aí com o tempo foi mudando, que foi, que quem assumiu o bar, no caso, era mulher né?! Aí com isso já veio também o bingo. E as mulheres começaram a se reunir” (NORTE, 2021).

Esse fator foi um divisor de águas nas relações de sociabilidade ocorridas no Centro Comunitário, dando às mulheres um espaço onde pudessem, também, socializar, se tornando ponto de encontro semanal para muitas delas. Perguntamos para Jessica Santos de Almeida (2021), que é a mais jovem entre as entrevistadas, se ela lembrava do momento que as mulheres começaram a frequentar o centro, pensando no sentido da mudança trazida com sua presença:

É no começo é diferente né!? Que era um lugar que não, eu não lembro direito, mas antes ia mais os homens mesmo e alguma criança para acompanhar o pai ou a mãe para o, para o pai não ficar sozinho se a mulher tivesse ciúme ou o que e aí não ia muito. Até quando começou um pouco que eu lembro de vim as mulheres, alguma ficar com receio de ir “ah se eu for lá vou ficar sozinha, não vai ter ninguém lá, não vai ter nenhuma mulher lá, o que eu vou fazer lá”. Então não ia por esse motivo, por medo de ficar sozinha, de ficar em um lugar que é só homem, o que ela ia fazer ali no meio? Aí começou, aí elas começaram a ir e aí começou a mudar que daí tem o bingo, aí elas já vão lá vai ter tal pessoa, vai ter tal mulher. “Vou ir para jogar bingo, vamos ver quem vai jogar bingo hoje, vou ver quais mulher que vai”, ou mais para conversar mesmo (ALMEIDA, 2021).

Esse relato mostra que muitas mulheres apresentavam certa insegurança em frequentar o Centro, por receio de ir até lá e serem uma das únicas mulheres presentes em um ambiente dito masculino. Isso demonstra, ainda, o enfrentamento que as mulheres tiveram ao lidar para garantir que tivessem um espaço de sociabilidade e de lazer, pois, além do julgamento alheio de homens e outras mulheres, ainda havia seus próprios medos que, por vezes, apareciam. Aqui destacamos Elis (2021), uma das mulheres pioneiras no bingo. Ela afirma que no começo houve um estranhamento, mas que, aos poucos, o tabu foi se quebrando e que, até mulheres que não concordavam no início, passaram a se envolver no jogo com o tempo. A entrevistada considera isso uma evolução, um ganho para a comunidade, essa mudança de

hábitos, das mulheres terem a opção de frequentar esse espaço de lazer. Segundo ela:

Quando a gente vê, vamos dizer assim, uma pessoa que a gente sabia que não saia de casa, uma pessoa que a gente sabia que era contra, chegando ali para participar junto, então a gente diz assim: nossa quanto tamo evoluindo né?! Na verdade, porque eu acho que **independente do ambiente, você tem o direito de estar ali né, não é proibido e isso é as pessoas que se privam**. Do medo que vão falar, do que tá certo e do que tá errado e eu acho que cada um tem uma liberdade. Procura tá onde se sente bem (BERTÉ, 2021, grifo nosso).

Sobre as práticas de lazer que envolvem as mulheres no Centro, o jogo do bingo foi a mais citada. Elis (2021) considera que o jogo ajudou muitas mulheres que antes não tinham um local de lazer e acabavam ficando isoladas em casa:

Eu vendo, como trabalho de agente comunitária, um tempo atrás, tem mulheres que achavam um absurdo né?! Que eram, que nem diz, que viviam dentro de suas casas, depressivas, hoje vem ali e passam a tarde. Não sente uma dor, não sente uma... nada!! Nem veem a hora de chegar no fim de semana né?! Teve uma parada com a pandemia né, agora que a gente tá voltando aos poucos, tomando os cuidados que tem que tomar. Mas essa parte, desse binguinho que a gente diz, é bem, fez muito bem a muitas mulher (BERTÉ, 2021).

Com base no que relatou a entrevistada, o espaço de lazer trouxe, também, mais qualidade de vida e melhora na saúde mental e física das mulheres que antes se achavam deprimidas, pois puderam passar a participar de um jogo no qual foram acolhidas independente da idade, podendo, ainda, conversar e socializar com diversas pessoas, se distraindo do cotidiano de suas casas e atividades desenvolvidas. Aspectos positivos também foram elencados por Valéria (2021), segundo a qual o Centro mudou as relações:

Não só para as mulheres, quanto pras famílias, porque até então tinha muito alcoolismo, tipo os homens iam lá, bebiam e voltavam bêbados pra casa, dava muito problema né. Quando as mulheres começaram a ir junto participar, essa relação família e participação do momento lá começou a mudar, porque aí os homens começaram a se cuidar mais, a bebida começou a ser mais controlada, o alcoolismo mais. Porque, tinha mulheres lá, então havia um certo sentimento de respeito maior se fosse... isso espontaneamente, não foi imposto nada, mas espontaneamente isso mudou. Mudou o comportamento dos homens em relação ao alcoolismo, acho que isso foi um ponto bem positivo. Que ao meu ver, observando assim de fora, mas aconteceu no processo. E as crianças também que começaram a ir, brincar, interagir, fora do momento de escola. Então isso passou a ser um lazer familiar né, não mais um lazer dos homens. Como era... como era de 2000, eu não lembro bem os anos assim, mas ficou uns dois anos assim muito só de homens o espaço. Ficou entre 2005 até 2008 assim só de homens o espaço e aí inclusive as mulheres que iam lá eram mal vistas. Depois que as famílias começaram a ir, começou a se ter um outro, um outro olhar né, uma outra. Acho que é um ponto bem positivo essa questão de viabilizar atividades pras mulheres naquele espaço (PREDIGER, 2021).

É interessante que a entrevistada colocou que nem a reação dos homens em mudar seu comportamento no local, nem a presença das mulheres nesse ambiente foi algo imposto, para ela foram acontecimentos espontâneos. Entretanto, em outros relatos, como o disposto na sequência, apontam que houve uma resistência em relação às presenças das mulheres nesse ambiente, e que sua permanência, muito vinculada ao jogo do bingo, foi um processo de reivindicação das próprias mulheres. O entrevistado Célio (2021) se posiciona a respeito dessa questão quando fala dos frequentadores do centro:

É, o pessoal, os homens às vezes se reuniam para fazer o joguinho deles, futebol e jogo de bocha e daí as mulher também começaram a se organizar né!? e falar: "nós também, nós também precisamos de um lazer!" Daí que elas se organizaram e vieram para o centro também fazer o joguinho delas né. Como continua até hoje (WELZEL, 2021).

Durante a entrevista indagamos se a presença das mulheres nesse espaço, que durante muitos anos foi predominantemente masculino, teria causado incômodo entre os homens, Célio (2021) afirma: "Eu acho que as mudança que teve foi para melhor. Porque daí o pessoal também se sentia melhor, porque daí elas também participam, precisam de lazer também." (WELZEL, 2021). Também fizemos essa pergunta às mulheres, Elis (2021) relatou que:

Eu acho que os homem se incomodam, **porque eu acho que tem muito machismo** e tem muitos homens que as mulheres não frequentam né, por escolha. Mas tem uns que a gente sabe que não vem por... **porque o marido não deixa, o homem não deixa, que é o lugar errado né.** Então eu acho que isso sempre vai existir, independente. É que nem eu falei, é uma escolha né tá ali, vir ali, ficar a tarde, passar a tarde sentado jogando. Então, que nem diz assim, essa parte de se incomodar os homens se incomodam (BERTÉ, 2021, grifos nossos).

A parte que destacamos com o grifo na fala de Berté evidencia que a entrevistada, mesmo sem a compreensão acadêmica do conceito de gênero, entende-o na prática, pois tem consciência das distinções de gênero que envolvem as relações dos homens e mulheres, e que existe um consenso historicamente construído considerando o que seria certo para eles e errado para elas, colocando lugares que poderiam ou não ser frequentados de acordo com o sexo. Consideramos muito importante essa passagem, pois visões como a de Elis (2021) podem ajudar outras mulheres as encorajando a, também, buscarem seu espaço, principalmente quanto às novas gerações que podem modificar ainda mais essas relações, entendendo o quanto esses papéis construídos afetam suas vidas e que é possível ter um posicionamento que impacte em futuras mudanças.

A entrevistada Inês Genoeva Berté (2021) comentou abertamente essa questão, afirmando que, também, percebeu esse incômodo quando as mulheres começaram a ir para o centro:

É no começo tinha homem que "aonde se viu as mulher ir", porque no centro é só, é homem né que participa. Numa comunidade assim né!? Eu disse assim "não tem, as mulher também tem que participar, porque que os homem participa e as mulher não tem né!?" Daí começaram a ir mais seguido, e aí não falaram mais nada. Porque, que as mulheres não têm vez né? Jogar um barainho, ou jogar o bingo né!? Dai vem tudo os casal, a mulher, o marido, os filho, vem tudo (BERTÉ, 2021).

Percebemos que, apesar de ser de outra geração, ela apresentou uma visão parecida com a de Elis sobre a participação das mulheres no centro. Entretanto, ela expôs que somente passou a frequentar o centro quando seus filhos já estavam independentes. Segundo Inês, depois que os filhos não eram mais pequenos, seu marido passou a convidá-la para ir ao centro junto com ele: "É que daí eu tinha os meus fio tudo grande né!? Daí nós combinemo, daí o meu marido ia também, daí ele convidava e nois ia se divertir" (BERTÉ, 2021). Ao passo que outras mulheres, a exemplo de Elis, costumam levar até mesmo seus filhos menores para a sala de bingo e, depois, eles continuavam as acompanhando ao centro para brincar com outras crianças.

Por isso, com essa passagem do relato apresentado, podemos afirmar que as mulheres eram responsáveis pelo cuidado dos filhos no final de semana, prolongando suas tarefas semanais de cuidado com a família e com o lar, assim, a exemplo de dona Inês, muitas delas não costumavam ir ao centro, pois precisavam ficar cuidando dos filhos pequenos. Até mesmo porque levar as crianças no centro não era bem visto. Hoje em dia, isso passou a ficar mais flexível, visto que as crianças acompanham os pais no centro. Entretanto, o cuidado com os filhos permanece muito mais atrelado à mãe que, mesmo jogando bingo, precisa estar atenta a eles.

Sobre a presença das mulheres no centro, perguntamos à entrevistada Jessica (2021) se no início os homens teriam ficado incomodados com a presença das mulheres no centro, ela sugere que:

Incômodo eu acho que não, talvez um comentário ou sei lá. A pessoa fica pensando "o que tá fazendo aí" no começo. Porque bem no começo não era muita gente que ia, era uma ou outra que ia né!? Então "o que tá fazendo aí, o que tá perdida no meio dos homem para jogar bingo?" Talvez incômodo não, mas um comentário ou outro (ALMEIDA, 2021).

Ao questionarmos se havia homens envolvidos com o jogo do bingo, Elis (2021) conta que “Tem, poucos mais tem. Que na verdade o que começou o bingo foi os homens, só que os que começaram não jogam mais né?! E a gente continua, mas tem uns que jogam” (BERTÉ, 2021). Sendo assim, percebemos que a prática do bingo foi iniciada pelos homens, mas as mulheres, ao passarem a frequentar o espaço, se apropriaram do jogo e hoje são poucos os homens que jogam junto com elas, somente alguns idosos, ou esposos de algumas das praticantes.

Em um segundo contato com a entrevistada⁴¹, ela comenta que somente os homens jogavam o bingo, pois era um espaço onde aliava-se muito os jogos ao consumo de cachaça e fumo. Isso acontecia até o momento em que algumas mulheres foram ao centro e demonstraram interesse pelo jogo. Então, algumas mulheres se reuniram e combinaram de ir uma tarde para jogar o bingo praticado pelos homens e, de acordo com Elis (2021), elas não pararam mais de jogar desde aquele dia, tendo “tirado” os homens dessa prática.

Sobre as demais práticas de esporte e/ou jogos que aconteciam no centro, indagamos a todos os(as) participantes que concederam as entrevistas a fim de saber quais eles(as) estavam ligados quando frequentavam o local. Sobre isso a senhora Inês (2021) afirmou: “é, homem joga bocha, joga baralho. As mulher joga bingo, às vezes tem homem que também vai jogar bingo. Ali é um, eu digo uma família sabe? Tudo se diverte, dá risada, conversa” (BERTÉ, 2021). Percebemos, em seu relato, que ela considera que todos que frequentam o centro estão, de certa forma, envolvidos, pois compara sua relação a uma família.

Sobre o assunto das práticas realizadas, Jessica (2021) afirmou que, desde adolescente, quando já frequentava o centro, ela circulava mais pelo espaço da escola para usar *internet* e pelo campo de futebol. Então questionamos se havia um espaço com horário designado para que ela e os demais de sua idade pudessem jogar, ao que ela respondeu: “jogar depois dos homem, depois dos adulto. E... se tivesse bola jogava, se não tivesse não fazia nada” (ALMEIDA, 2021). Essa passagem demonstra que a juventude ainda necessita de atenção em relação às suas opções de sociabilidade, principalmente as meninas, pois os rapazes, a partir de certa idade já passam a ser incluídos nos jogos, o que também demonstra que as moças, além de estarem abaixo na hierarquia pela idade, ainda estão igualmente submetidas a uma hierarquia de gênero.

41 Entramos em contato novamente com Elis para esclarecer algumas questões sobre a prática do Bingo. O contato foi estabelecido virtualmente e sua colaboração, desta vez, ocorreu por meio de áudios enviados via aplicativo de mensagem.

Essa necessidade foi citada na entrevista de Elis (2021), quando ela apontou que precisam realizar melhorias no centro. Ela falou de realizar melhorias na estrutura, para chamar mais a atenção dos jovens. Sobre os espaços de sociabilidade do centro, ela entende e comentou que “deveria ser planejado, deveria ser criados novos, né?! mais, tipo assim, mais aconchego com os jovens, que tem muito pouco, que simplesmente é a bola né?! Mas precisa ser melhorado” (BERTÉ, 2021). As construções e reformas que foram realizadas ali são resultado das arrecadações feitas por meio de festas promovidas pela igreja católica da comunidade. Houve uma diretoria responsável por organizar e direcionar os repasses, os quais foram primeiramente para a manutenção da própria capela e, depois, destinados a essas melhorias. A pandemia impossibilitou que novas festas para arrecadação fossem realizadas, de forma que muitas coisas foram se deteriorando, a exemplo do parquinho das crianças e do campo de areia.

Na entrevista de Deisi (2021), perguntamos sobre sua frequência no centro, e ela afirmou não ser uma frequentadora assídua, mas que, sempre que surge oportunidade, ela costuma ir, seja para uma passada rápida ou permanecendo após ir a missa. Perguntamos com qual idade ela começou a frequentar o centro comunitário, as primeiras vezes que ela teria frequentado. Sobre isso, ela respondeu: “Eu sempre vinha, porque eu morava aqui, eu vinha na catequese, eu vinha na missa né!? A gente jogava bola quando era mais jovem né!? Mas o bingo e tal foi depois que eu casei. Que daí começou a ter né, porque antes não tinha” (NORTE, 2021).

Assim, percebe-se que sua frequência foi, geralmente, ligada aos acontecimentos religiosos da comunidade, após, os quais, ela costuma permanecer no local, seja quando jovem que ficava posteriormente a catequese para jogar bola, ou na fase adulta e casada estendendo sua permanência no centro comunitário após as missas ou cultos para jogar bingo. No relato da entrevistada percebemos que ela passou a ir ao centro com mais frequência após ter se casado, na companhia do marido e trazendo seu filho, também, para o local.

Estas observações nos remetem a duas discussões: em primeiro lugar, a presença de uma moça ou mulher solteira em ambientes como esse, caracterizado pelo bar, é tratado como vulgaridade pela sociedade. Em segundo lugar, percebe-se, na maioria dos relatos, que o grande público feminino do centro compreende as mulheres que praticam o bingo, e, praticamente, todas as jogadoras do bingo sendo mulheres casadas ou viúvas, as quais frequentavam o centro acompanhadas de seus maridos. Então, a partir do momento em que a

moça se casa e passa a ir ao centro acompanhada de seu cônjuge, ela se sente mais confortável em falar sobre o assunto.

Deisi (2021) comentou, ainda, que foi muito grande o número de idosos que frequentavam o centro comunitário, e, em especial, o bingo. Sobre o público idoso ela afirmou:

É o casal, é sempre o casal. Se o casal não vai jogar bingo, a mulher vai jogar bingo e o homem vai jogar bocha, mas sempre vem o casal né!? Quem é casado no caso. Mas sempre vem os dois e cada um vai fazer a sua atividade preferida e só se encontram para ir embora, vamos dizer assim (NORTE, 2021).

Estas questões tornam-se muito interessantes, pois o único espaço que é geralmente compartilhado tanto por homens quanto por mulheres é o do bingo, fato que foi relatado nas entrevistas a exemplo de Deisi (2021), quando perguntamos que atividades ela como mulher costuma fazer, “Jogar bingo, hoje o principal é jogar bingo né. O baralho fica mais para os homens, e a bocha é mais os homens que joga também. As mulheres é mais no bingo, mas mesmo assim os homens também jogam bingo, não é só, não é só mulheres” (NORTE, 2021).

Salientamos que o bingo trouxe às mulheres o acesso a um espaço de sociabilidade que, até então, era voltado somente aos homens, entretanto, apesar desse ter sido um grande passo para as mulheres da comunidade, o bingo ainda configura-se como um elemento estritamente familiar, que torna a presença de mulheres aceitável nesse local. Mas elas não têm outra forma de socializar, ou outro jogo de que possam participar, por isso elas não costumavam transitar por outros espaços, fora do bingo. Enquanto isso, os homens tem escolha sobre que atividade iriam fazer, de qual jogo iriam participar, podendo transitar em diferentes ambientes de acordo com sua aptidão e vontade.

A última entrevista que realizamos durante a pesquisa foi alcançada com uma visitante, que chegou a residir por um tempo no assentamento, Dienifer Zanatto Piazza (2021), jovem de 23 anos. Ela relata que o início de sua convivência com os moradores do assentamento se deu durante uma visita em que permaneceu um mês na comunidade, destacando o centro comunitário:

Eu vim, visitei o assentamento, fiquei um mês conhecendo as pessoas, conhecendo o lugar e depois eu vim. Depois de dois anos, há três anos, aí eu morei lá no assentamento, lá no José Dias. Logo de cara assim eu já gostei, já gostei do lugar, gostei das pessoas. Achei muito interessante ter um centrão assim né, e as pessoas ir lá jogar, as mulher vão jogar bingo, tem alguns homens também que jogam bingo. Os mais novos no sábado e até os mais de idade vão lá jogar futebol, tem a cancha de bocha. Agora não tá saindo festa né, mas eu já participei de festa, já ajudei a

organizar festa ali de aniversário do assentamento. Que foi muito bom, reuniu um povo de fora. Foi muito bacana essa vivência, sabe? (PIAZZA, 2021).

No relato percebemos que seu envolvimento se deu até mesmo na organização de festas da comunidade e, logo depois, ela relatou ter auxiliado na organização e ter trabalhado na festa de comemoração dos 30 anos do assentamento, experiência que ela destacou ter sido muito positiva. Perguntamos sobre a frequência com que ela visitava as dependências do centro comunitário, a mesma respondeu que não era tão frequente, que somente às vezes ia no sábado para assistir os rapazes jogar futebol. Ela só passou a frequentar mais assiduamente quando passou a auxiliar sua ex-cunhada e sobrinha a vender salgados no bar do centro; assim, passou a ir ou no sábado ou domingo, mas todos os finais de semana.

Dienifer Zanatto Piazza relata, ainda, sua percepção sobre a presença das demais mulheres no centro:

Eu achei muito bacana, porque eu já morei, já morei anos lá no Rio Grande, sou natural de lá e morei agora também em Santa Catarina e não tem isso, sabe? Das pessoas se reunirem no final de semana, todo mundo conhecer todo mundo, todo mundo ter uma história por trás. Porque ali as pessoas de idade tem uma história ali naquele assentamento né!? Tem pessoas que moram ali há trinta anos, desde que surgiu. Então eu achei, eu acho muito bacana essa vivência, esse povo ali. Todo mundo conhecer todo mundo, todo mundo tá ali. Digamos assim, eles batem carteirinha ali no sábado, domingo ali no centrão. É o local, é o local deles se encontrarem, deles se distraírem, eles se divertirem, ainda mais agora que está voltando as coisas né com a pandemia, ficou fechado e tal, todo mundo em casa. Agora eles tao se reencontrando ali digamos assim, que é o lugar que eles têm para se reencontrar, para contar as coisas do dia a dia. Para darem risada, para conversarem. Eu acho muito bacana, acho muito legal, é muito divertido na verdade ir lá e ter essa vivência né (PIAZZA, 2021).

Destacamos que foi possível perceber um grande saudosismo no relato da entrevistada, o que se justifica na relação de amizade que ela possui até hoje com os(as) moradores(as) do assentamento, em especial os(as) que frequentam o centro comunitário. Questão muito próxima da relatada por Jessica (2021), quando ela afirmou que, além da escola, o único local em que ela conhecia pessoas e fazia amizades durante sua adolescência era o centro comunitário. Dessa forma, entendemos o espaço como importante para a sociabilidade dos indivíduos, seja entre os moradores ou para o acolhimento de pessoas de fora.

Achamos muito interessante o fato de haver duas passagens dos relatos a respeito das mulheres que frequentam o centro assiduamente, durante a realização das entrevistas de Mateus (2021) e de Valéria (2021). Mateus (2021) afirmou que poderia ocorrer de, em alguns finais de semana, haver maior número de mulheres do que de homens no centro comunitário,

o que contrastou muito com o cenário inicial, do espaço ser voltado apenas para o lazer masculino. A outra passagem relatada foi a de Valéria (2021), a qual comentou, quando perguntamos se ela conhecia mulheres que frequentavam o centro: “Sim, minha mãe, minhas cunhadas, minhas... A mãe vai mais esporadicamente, mas a minha irmã, as minha cunhadas sempre que tão lá vão, participam. Tem uma cunhada que é mais fácil faltar o bingo do que ela né!? (risos)” (PREDIGER, 2021). Sua colocação de que “é mais fácil faltar o bingo do que ela” demonstrou a importância de as mulheres terem conquistado esse espaço, de poderem ter a liberdade de estar ali para jogar, para um momento de sociabilidade e de lazer.

Gostaríamos de destacar ainda que, além de afetar as práticas de homens e mulheres, permitindo, ou não, que frequentassem determinados espaços, os papéis de gênero também afetam grandemente a população jovem das comunidades rurais. Desta forma, analisamos como as relações de gênero podem afetar de forma mais significativa as moças que vivem no campo, pois elas são muito perceptíveis quando trata-se dos jovens, nas questões relacionadas à liberdade de moças e rapazes.

Como vimos na discussão da bibliografia sobre o assunto, as comunidades rurais têm como uma de suas características submeter os jovens às decisões de seus pais, principalmente na figura do homem, caracterizando o que Aguiar e Stropasolas (2010) chamam de autoridade paterna. No entanto, a privação da liberdade e autonomia dos jovens, é uma questão que afeta de maneira mais intensa as jovens moças. Essas, geralmente, são impedidas de saírem de casa quando adolescentes, e, quando saem, é, normalmente, com a presença de adultos ou de outros homens que podem zelar pela segurança delas. A bibliografia referência no assunto afirma que há distinções entre rapazes e moças quanto à sua socialização e sociabilidade, pois as moças, geralmente, são privadas do acesso às formas de lazer, assim como na liberdade de circulação, pois saem com a presença de alguém responsável (AGUIAR; STROPASOLAS, 2010).

Sobre essa questão da privação da liberdade, que afeta grandemente as jovens moças das comunidades rurais, foi possível perceber, a partir das entrevistas de Jessica (2021) e Mateus (2021), ambos com 20 anos de idade, que essas diferenças aparecem de forma nítida, quando pedimos para eles relatarem como começaram a frequentar o centro e a partir de que idade puderam ir sozinhos sem a companhia e supervisão dos pais. O rapaz afirmou ter frequentado o centro desde criança na presença do pai, mas teve a liberdade de ir sozinho à partir de sua adolescência. Quando perguntamos sobre quando começou a ir ao centro Mateus

(2021) respondeu da seguinte forma:

Eu imagino que desde uns 7 ou 8 anos, que foi a mesma idade que eu comecei a fazer catequese. Que daí o pai me levava na catequese no sábado de tarde e aí eu já ficava lá. De assim em diante que eu comecei a ir todos os sábados.

E teve algum momento que você passou a ir sozinho?⁴²

Sim, é, depois dos meus 14, 13 para 14 anos, eu comecei a frequentar sozinho. Porque daí a gente já jogava bola e não dependia tanto do pai, ia de carona, ia com amigo, ia de bicicleta, às vezes de moto. Então eu já comecei a ir sozinho. Até hoje eu vou sozinho também (NORDT, 2021).

Diferentemente do que nos relatou Jessica (2021), que afirmou que só poderia ir ao centro na companhia de seu pai ou sua mãe, até completar cerca de 17 anos, para somente então ter a liberdade de ir independente da companhia dos pais ou outra pessoa responsável por ela. Quando perguntamos se ela costumava frequentar o centro, ela disse:

Eu ia quando ia visitar, é, é, eu não lembro muito bem de quando eu era pequena, mas eu lembro de ir com o pai, ou às vezes com alguma outra pessoa. E também quando eu fui morar lá também, eu ia bastante junto com o pai ou junto com outra pessoa também.

E você sempre ia acompanhada de alguém ou você ia sozinha às vezes?⁴³

Sempre ia acompanhada de alguém, só depois que eu cresci, bem depois que eu cresci que eu ia mais sozinha, mas sempre fui acompanhada de alguém. Com o pai ou com alguém (ALMEIDA, 2021).

É bem perceptível a distinção na forma como cada um relatou ter começado a frequentar o centro, principalmente em relação à autonomia na hora de começar a ir sozinho para o local. Nesse mesmo sentido temos o testemunho de Elis (2021) a respeito de sua juventude, ela afirmou que conseguia ir ao centro quando jovem, mas que, na época, não havia nenhuma forma de lazer como atualmente. Perguntada se havia alguma atividade voltada aos jovens, ela diz que não, que tentaram formar grupo de jovens quando tinha cerca de dezesseis ou dezessete anos, mas que, naquele momento, não conseguiram formar nada voltado ao lazer dos mesmos. Perguntamos se, na época de sua juventude, ela recorda de algum impedimento a respeito das moças e/ou meninas frequentarem o centro, ao que ela respondeu:

Na verdade eu acho que esse tipo de impedimento sempre tem, mas é poucos da sociedade, né!? Que nem diz assim, que acham, que pensam, mas em si eu nunca deixei de vir né!? Porque minha opinião é que aquilo ali pra mim era o certo, era sair, era o único lugar que tinha. A gente no nosso tempo não tinha, não saía para fora, era só aqui mesmo. Diferente da realidade hoje, hoje você tem outras opções, naquele tempo não tinha (BERTÉ, 2021).

42 A parte em destaque corresponde a intervenção da entrevistadora.

43 Idem.

Outro momento em que pudemos perceber esse tratamento distinto embasado na idade foi quando Jessica (2021) relatou que passou de frequentadora do centro à ajudante, auxiliando sua família nos cuidados do bar. Ela afirmou que, às vezes, ocorriam julgamentos por conta de sua pouca idade em relação às mulheres e homens que, até então, cuidavam do espaço. Ela narrou que: “além de ser menina, mulher, era mais nova, porque eu era de menor. Eu cuidava e era de menor, aí tem um tratamento diferente. Tem os bêbados que são mais chato, principalmente com a gente, que acha que a gente tá marcando a mais ou cobrando a mais, sempre tem” (ALMEIDA, 2021). Tais “bebados” citados por ela, por serem mais velhos, acabavam julgando sua capacidade de saber cuidar do bar por ser jovem demais.

Dessa forma vemos que as moças estavam abaixo hierarquicamente em duas questões, na geração, ao passo que as mulheres adultas e/ou casadas detinham de maior liberdade para frequentar o centro sem julgamentos, e, no gênero, quando recebem um tratamento distinto em relação aos rapazes da comunidade.

De modo geral, este tópico auxiliou a demonstrar que o centro comunitário adquiriu um novo significado para as famílias assentadas a partir do momento em que as mulheres passaram, também, a frequentá-lo, pois, segundo os relatos, isso o caracterizou-se como um ambiente familiar, promovendo melhoras até mesmo na postura dos homens que o frequentam. Trata-se, assim, de um processo que ainda está em andamento e, mesmo que indiretamente e sem formação de grupos de debates específicos do assunto, as mulheres estão adquirindo posicionamentos de gênero, entendendo que, também, possuem direitos, assim como os homens.

Ainda há mudanças a serem empreendidas, mas o fato de muitas mulheres estarem presentes hoje no centro, às vezes em maior número do que os homens da comunidade, já torna o local peculiar, servindo mesmo como um exemplo para que outras mulheres de outras comunidades rurais possam buscar seu espaço.

No tópico seguinte nós abordamos como a pandemia influenciou a relação entre os moradores e com seu espaço de sociabilidade.

3.3. Resignificação dos espaços de sociabilidade após a pandemia

O tema que abordamos neste tópico não fazia parte de nossos objetivos iniciais, entretanto, foi um elemento que insistiu em aparecer nos relatos de vários entrevistados(as).

Isso pode ter ocorrido porque nosso foco nas entrevistas era falar sobre o centro comunitário, popularmente centrão, o qual constitui os principais espaços de sociabilidade dos moradores e moradoras do assentamento. Por conta da pandemia, tais espaços foram sendo gradualmente fechados e os moradores, impedidos de frequentá-los durante o período de isolamento social, interferindo na forma com que cada pessoa recordou do mesmo durante nossas conversas.

Esta questão com que nos deparamos, nos fez lembrar de que isso já ocorreu com outros historiadores e historiadoras que trabalharam com História Oral. Sobre isso, Carmem Silvia da Fonseca Kummer Liblik (2017) recorreu a uma citação de Alessandro Portelli (1997), qual seja:

Transformamos em vantagens os obstáculos... Sempre que algo interfere. Considero maravilhosas as interferências. Sempre que algo se interpõe e muda a situação, muda o que fazemos, ou o que as pessoas dizem, não há problema, pois se trata de algo importante na cultura e, portanto, de algo que descobrimos (PORTELLI, 1997, p. 45, *apud* LIBLIK, 2017, p. 12).

Partindo da citação de Portelli (2017), decidimos desenvolver essa questão que nos foi tão frequente nos relatos, no presente tópico.

O centro comunitário, já há muito tempo, conta com vários frequentadores assíduos. Entre esses frequentadores estão mulheres, homens, jovens, adultos, idosos e crianças. É muito comum ir ao centro e ver que, no jogo do bingo, há muitas mulheres frequentadoras assíduas, que estão lá todos os sábados e domingos se encontrando para jogar, assim como os homens que jogam bocha. Neste sentido, Elis (2021) considera o centro um local que:

É mais para diversão mesmo, para a gente esquecer o cotidiano um pouco de durante a semana né, que a gente passa. Que eu creio que todos que veem ali, tem um, tipo assim, uma semana cheia de trabalho, independente do tipo de trabalho e vem mesmo para esquecer. Que nem diz as coisas assim, mais rotineiras né (BERTÉ, 2021).

Entretanto, devido a pandemia, o centro foi sendo fechado, perdendo, gradualmente, os espaços em que as atividades e jogos aconteciam, pois estavam proibidos de aglomerar, principalmente nos espaços fechados. Desse modo, o barracão onde acontecia o jogo do bingo e de sinuca foram os primeiros a fecharem, seguido das outras práticas, conforme as restrições de circulação aumentaram. Durante um grande período, tanto os homens quanto as mulheres, jovens e idosos, que frequentavam o centro assiduamente, tiveram que se readaptar, ficar em casa, até que a situação começasse a apresentar melhora.

Sendo assim, quando, nas entrevistas, nós questionamos os informantes sobre a importância desse local de sociabilidade para a comunidade, sendo um dos únicos meios de lazer que os(as) moradores(as) tinham em comum e de acesso livre a todos(as), notamos que a forma com que eles se referem ao centro teve grande impacto por conta desse período em que ficou fechado, atribuindo-lhe diferentes significados. Dessa forma, ficou nítido nas entrevistas que, ao recordar desse espaço muito frequentado antes da pandemia, os(as) participantes trazem certo grau de nostalgia⁴⁴. Quando indagamos Elis (2021) a respeito da importância do centro para sua vida, ela nos disse:

Eu acho que é aquilo que eu falei para você, para tentar esquecer um pouco dos problemas. Que... agora durante a pandemia a gente, deu para perceber assim, que deu muita falta. Porque, que nem diz assim, você ficar em casa, não é um problema você ficar em casa com a família, mas aquilo de você não poder sair, se divertir, de esquecer o trabalho da mulher, do dia a dia, da casa, que é meio rotineiro, que às vezes estressa. Você chega no fim de semana e faz aquilo rapidinho porque você sabe que quer vir né. Então nesse período que não teve isso, foi, deu para sentir que fez bastante falta né (BERTÉ, 2021).

Ao entrevistar a jovem Jessica (2021), ela descreve o centro como um lugar muito importante para a comunidade e para a convivência e diversão das pessoas:

Importância para o lugar? Eu acho que ele, que ele é um lugar, tirando as poucas brigas que teve, é um lugar tranquilo. É um lugar que vai geralmente a família, a maioria do pessoal ali se conhece, não tem um que não conheça a cara do outro, que não saiba quem é. Então fica nessa de família, amigos e conhecidos, que rola um clima bom, que é um lugar para se distrair, que é poucos lugares que tem isso. Que tem essa, é tradição né!? Você tá lá, vai jogar bocha, vai jogar sinuca, vai jogar bola ou você vai lá só beber, independente do que for beber. Mas traz um preenchimento para a comunidade que todo mundo sabe, “ah no final de semana eu vou lá no centro, eu vou me divertir.” Eu não vou ficar em casa sozinho sem ninguém né!? Em casa não tem ninguém para conversar ou jogar alguma coisa (ALMEIDA, 2021).

É uma colocação que descreve de forma minuciosa as opções de lazer que o centro pode oferecer, representando ser esse o único local para a comunidade se divertir, além da opção por ficar em casa. Do mesmo modo, ela afirmou que o centro teve uma importância significativa na sua vida particular, por ela ser de fora e ter vindo morar no assentamento quando adolescente:

Ah foi importante para fazer amizade né!? Que lá mesmo sendo família vinha gente de fora e a gente conhecia gente diferente. Sempre tinha amizades, porque como é interior não tinha, antes né, não tinha muito de coisa de internet. Era um lugar para você ir brincar, se divertir mesmo com os amigos. Porque durante a semana não podia, tinha que ir fim de semana mesmo (ALMEIDA, 2021).

⁴⁴ Empregamos a palavra no sentido de “saudades de algo, de um estado, de uma forma de existência que se deixou de ter; desejo de voltar ao passado”.

Deisi (2021) também trouxe, em sua fala, o centro como um local muito importante que, no cenário da pandemia, fez muita falta, não apenas para ela como para toda a comunidade:

Aí, eu acho que é muito importante, porque é uma fuga, não só para mim como para todo mundo. Eu senti que nessa pandemia, que, como ficou fechado por muito tempo, que a gente ficou mais sujeito a depressão. Porque a gente ficava só dentro de casa, não tinha o contato que a gente tem aí, não dava para dar risada, conversar com outras pessoas. Não falo só por mim, mas como tenho contato com meus avós, eles sentiam muita falta, sabe. Porque ali é o único, eles vem, eles passam Segunda, Terça, Quarta, Quinta e Sexta em casa e Sábado e Domingo eles vem para brincar (NORTE, 2021).

Além disso, ela acrescenta:

É um espaço que não pode fechar, vamos dizer assim, porque... Como a nossa comunidade é muito idosa, a maioria de idoso, é a única distração que eles tem aqui para fazer, sabe. E eles precisam se distrair e ocupar a mente. E o bingo ali, querendo ou não, a pessoa tem que estar bem atento para marcar as pedrinhas e tal. É bem importante essa questão (NORTE, 2021).

Do mesmo modo, essa questão apareceu nas demais entrevistas. Quando Mateus (2021) contou sobre o tempo em que o centro ficou fechado para o público na pandemia ele relatou que esse o local fez falta para suas relações e lazer, sendo o principal ponto de encontro entre ele e seus amigos:

Foi um momento, tipo a gente começou a... não ficar ruim da cabeça... mas era um lugar que a gente pensava mais, porque trabalhava de segunda a sexta, até sábado ao meio dia às vezes a gente trabalhava, e a gente não tinha um lugar para descontrair, não tinha um lugar para ter contato com os amigos. Foi um período que foi diferente, até a gente se adaptar e acostumar com essa rotina nos primeiros dias foi bem complicado (NORDT, 2021).

A entrevistada Inês (2021) recorda em sua fala dos momentos que passava nesse local, com mais frequência antes da pandemia:

Antes da epidemia eu ia todo fim de semana, depois daí eu parei né!? Fiquei tempo sem ir. Agora eu fui um fim de semana e no outro não vou. Mas é divertido, é divertido a gente ir lá. [...] Agora eu to voltando aos poucos, um fim de semana eu vou nos outro não vou. Parece que agora já perdeu, parece que não é igual antes. Mas é bom porque a gente vai lá e se distrai, tem as amigas, tem as comadres (BERTÉ, 2021).

Em vários momentos a entrevistada se referiu ao centro como um espaço de diversão: “Ai... A importância do centro pra gente é... eu acho assim que é um lugar, que só ali que a

gente vai para se distrair” (BERTÉ, 2021). Sendo ela uma mulher aposentada que mora sozinha, no meio rural, percebe-se que os finais de semana no centro da comunidade se tornaram seu local de diversão, de encontro com os amigos, conhecidos e parentes.

Sobre a descontração e diversão atrelados ao jogo do bingo, achamos interessante a passagem de Deisi (2021), na qual ela comenta que as(os) jogadoras(es) evitavam entrar em questões polêmicas que pudessem ocasionar algum tipo de conflito: “ninguém puxa problema naquele momento sabe, é uma hora que todo mundo tá ali para se distrair. E ninguém puxa assunto sério, polêmico, ou que vai gerar algum atrito entre as pessoas. Isso não acontece” (NORTE, 2021). Ela, ainda, considerava o momento do jogo uma distração, contando que: “sem nada de assuntos sérios sabe, sem, vamos sentar e conversar sobre o Bolsonaro. Não! A gente brinca sobre o Bolsonaro (risos)” (NORTE, 2021). Então questionamos se essa questão política poderia gerar algum atrito, ela responde:

Não, porque aqui é 99,99% contra o Bolsonaro, mas é por isso que a gente brinca. Porque se fosse gerar algum tipo de atrito a gente não brincaria. Como alguns assuntos, como religião, essas coisas a gente já não brinca porque a gente sabe que tem pessoas de outras religiões, e a gente não brinca. Por exemplo, tem o número dezessete, e ao invés de eu gritar dezessete eu grito Bolsonaro. Daí tem o número cinquenta e cinco, que é o número do nosso prefeito, ao invés de gritar o número cinquenta e cinco, grita olhos azuis, porque o prefeito tem olho azul. Esse tipo de coisa que é feito sabe (NORTE, 2021).

Essa passagem demonstrou que, apesar de tocarem em assuntos políticos, eles são tratados com leveza e descontração, de forma que o bingo aparece como uma forma leve de socializar.

Quando tornou-se possível o retorno do público no local, houve mudanças na forma com que as atividades são praticadas. Ao entrevistar a senhora Inês, ela nos relatou sobre essas mudanças terem afetado principalmente o bingo, pois o local de jogo “foi mudado, por causa que era dentro do barracão daí quando aconteceu essa epidemia daí foi mudado lá, por causa que lá dentro não podia, não dá para muita gente aí era muito pertinho um do outro” (BERTÉ, 2021).

Deisi (2021) também enfatiza essa questão, pois afirma que, no cenário pós-pandemia, mudaram-se algumas práticas no centro, além da mudança do ambiente que antes era de pouca circulação de ar, ela relatou que os(as) jogadores(as) procuram seguir as orientações, como uso de álcool gel, máscara e distanciamento. Ela relata, ainda, que esse cenário afetou a prática do bingo em outros aspectos, como a participação dos idosos, “não continua da mesma

forma, porque muitas, pelo público ser mais de idoso, muitos ainda não vem, sabe. Mas o local é bem melhor, porque é mais arejado. Antes a gente ficava num quartinho, vamos dizer assim né, não era tão arejado, mas ali fora agora é bom” (NORTE, 2021).

Além dessas mudanças, a pandemia também alterou a frequência com que aquele público, que antes era assíduo, agora vai ao centro. Alguns retomaram sua rotina de fim de semana, outros estão voltando aos poucos, ainda com muitos receios devido a continuidade da pandemia. Outros, ainda, nem voltaram, e, quem sabe, se realmente voltarão às suas práticas? Isso porque a pandemia trouxe mudanças, também, na forma das pessoas viverem, passando a isolar-se e, possivelmente, trazendo maior dificuldade para algumas delas retomarem sua vida como era antes da pandemia. Jessica (2021) também relata sobre a volta do público:

Não como era antes, acho que como era antes não vai voltar. Antes todo final de semana parecia uma festa, você olhava e tava cheio de carro, cheio de pessoa e independente se é homem, mulher, criança e adolescente. Agora não, agora tem o movimento, mas não é tanto. Tá voltando aos poucos, mas não é o mesmo movimento. Mas tá voltando, voltou o bingo das mulheres - tem homem que joga também, mas é mais mulheres - voltou o jogo de bocha, voltou o jogo de bola. [...] Porque ficou muito tempo fechado, ficou muito tempo sem poder ir então a pessoa acha, pode achar que sei lá, que não tem mais sentido ir, ou se acostumou a ficar em casa no final de semana, na paz da casa, digamos assim. E acostumou a não ir, não que não seja bom de ir, mas acostumou a ficar em casa e, um pouco de medo de pegar a doença (ALMEIDA, 2021).

Destacamos a percepção da entrevistada ao relatar sobre o tempo que o centro ficou fechado, o qual pode ter acarretado em mudanças nos hábitos das pessoas, que, como ela colocou, podem ter se acostumado a ficar em casa. Ainda apresenta-se a questão do receio já destacado por outros participantes das entrevistas, a respeito da possibilidade de contaminação pelo vírus. Isso é ainda mais frequente nas falas quando relaciona-se aos idosos, pois, segundo eles, os idosos compõem o maior público do centro, fato que também pode resultar da falta de oportunidade para os jovens nas comunidades rurais, ocasionando sua evasão do meio rural.

Com as passagens citadas, vemos que o centro comunitário ganhou um aspecto de recordação, que trouxeram muitas memórias de coisas boas vividas no local, sendo muito enfatizado pelos(as) entrevistados(as). Assim, a pandemia trouxe uma resignificação para esse espaço. Antes era tido como um local de diversão que os moradores e visitantes procuravam visitar para socializar, seja participando de jogos ou, meramente, conversando. Agora, apesar da utilidade do espaço ainda ser a mesma, as pessoas parecem ter adquirido

certo receio de frequentar, tendo um pouco de medo e/ou desconforto em participar com a mesma assiduidade de antes. Ou, ainda, alguns perderam o hábito de ir ao centro, o que parece estar sendo retomado aos poucos. Restou a nostalgia, a lembrança, o recordar, o resignificar, o despertar de uma ampliada sensibilidade, uma revisão do passado. Fica-se pensando o que isso promoverá no modo como as pessoas passarão a se relacionar no futuro quando/se pandemias e endemias permitirem que as pessoas voltem a poder se aproximar umas das outras.

Portanto, os espaços de sociabilidade que compõem o centro comunitário do Assentamento José Dias acabaram sendo resignificados por ocasião do isolamento consequente da pandemia. Por isso notamos que, ao lembrarem suas experiências nesse local, os entrevistados e entrevistadas mencionaram suas memórias com um aspecto muito positivo, afetivo fato que poderia ter sido diferente caso a construção da dissertação tivesse ocorrido em outro momento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da construção dessa dissertação propusemos uma análise das relações de sociabilidades ocorridas no Centro Comunitário do Assentamento José Dias, entendendo que estas são, também, marcadas pelas relações de gênero. Para isso, voltamos nosso olhar às práticas cotidianas de homens e mulheres e seus locais de sociabilidade.

Dessa forma, foi possível perceber que há distinções de gênero na forma como os homens e mulheres se relacionam e se apropriam do Centro Comunitário. Esse local, quando passou a ser voltado ao lazer da comunidade, abrangeu, inicialmente, apenas o público masculino, sobretudo com atividades que envolviam os jogos de futebol, bocha, baralho, sinuca e o bingo, além de haver grande liberdade de circulação para jogar e consumir bebidas alcoólicas.

Entretanto, a partir de dado momento as mulheres se organizaram e começaram a jogar bingo juntamente aos homens e, posteriormente, apropriaram-se do jogo. Em algum momento os homens pararam de jogar bingo, sendo que hoje são poucos os que frequentam esse espaço de sociabilidade praticando essa atividade. Nesse sentido, podemos empregar a tais atitudes das mulheres o conceito de tática, pois o jogo do bingo foi criado por homens e para homens, então, quando elas passam a reivindicar essa dinâmica, acabaram fazendo uma releitura dessa prática, uma vez que elas aproveitaram algo criado com uma finalidade, mas de outra maneira (CERTEAU, 1998).

Sendo assim, foi possível perceber que as mulheres do assentamento se organizaram e reivindicaram para elas um espaço de lazer e sociabilidade até então estritamente masculino. Elas encontraram resistência, pois tratou-se de uma mudança que afetou as relações de sociabilidade desse local, a qual passou a contar com a circulação das mulheres.

Elas encontraram seu lugar no jogo do bingo e, por ele ser uma prática ainda muito ligada a um ambiente familiar, elas não sofrem mais tanto preconceito por estarem circulando nesse ambiente, pois todos sabem que estão lá para a prática do bingo. Com isso, podemos concluir que as mulheres inseriram-se em um espaço de sociabilidade que era predominantemente masculino, mas que elas ainda estão inseridas em relações de gênero que determinam os papéis a serem desempenhados por cada sexo, ao mesmo tempo em que estão imbricadas por relações de poder (SCOTT, 1995).

Como uma via de dois caminhos, essa questão afeta os homens, pois, segundo Scott (1995), os homens também são determinados por esses papéis socioculturalmente construídos que determinam o que é ser homem. Do mesmo modo, a sociedade e a cultura determinam o que é ser masculino, o que vai além de questões biológicas, pois a masculinidade é considerada uma ideologia resultante das relações culturais construídas ao longo da história, a qual determina a constituição de uma masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSMITH, 2013).

Joana de Vilhena Novaes (2013) considera que a masculinidade é uma produção discursiva que modela atitudes, comportamentos e emoções a serem seguidas pelos homens. Por isso, como vimos ao longo da pesquisa, o lugar reservado aos homens no centro comunitário é o oposto ao das mulheres, sendo a eles destinados os ambientes de jogos como a bocha e o futebol, os quais requerem maiores competências físicas que, supostamente, as mulheres não teriam segundo os papéis de gênero, em que a presença feminina quase não ocorre. Para Novaes (2013), ao participar de jogos considerados masculinos, os homens atestam sua masculinidade e, ao mesmo tempo, isentam-se de questionamentos vindos daqueles que compartilham tal modelo.

Todavia, mesmo inserindo-se nesse meio com o bingo, nós percebemos, a partir dos relatos articulados, que houve resistência e julgamentos, pois sua presença, além de ter incomodado de certa forma os homens, também gerou comentários de outras mulheres, mas, algumas, com o passar do tempo, acabaram aliando-se também à prática. Portanto, ao reivindicarem um espaço de sociabilidade, mulheres como Elis (2021), por serem as pioneiras, acabaram encorajando outras mulheres a participar desse momento de sociabilidade.

Consideramos que ao ocuparem esse espaço de sociabilidade as mulheres romperam, de certa forma, com o ideal de feminilidade construído historicamente, o qual sustenta um pensamento de que a mulher estaria destinada ao espaço privado, enquanto aos homens estaria o público (HALL, 1991; PERROT, 2006). Não o bastante, estão iniciando um rompimento dos papéis esperados de cada sexo, pois passam a frequentar locais que não eram permitidos a elas (SCOTT, 1995).

Destacamos que muitas dessas mulheres já participavam do espaço público em situações como o engajamento político ou no trabalho com o público. Contudo, o lazer era restrito por parâmetros morais instituídos socialmente que as impediam de frequentar

determinados espaços culturalmente destinados aos homens.

Também concluímos que elas conquistaram esse espaço de sociabilidade, mas que ele, ainda, possui restrições que podem ser equiparadas com as regras ocultas, de que fala Agulhon (2016), regras não escritas, mas que tornam livre a circulação das mulheres no centro, desde que elas sempre compareçam acompanhadas de seus maridos, ou, no caso das moças, de seus pais.

Consideramos que nosso objeto de estudo foi e está inserido em um processo de constante mudança histórica, com rupturas e permanências conforme destacamos. Portanto, esperamos que a conquista desse espaço seja apenas um passo, um começo de um processo que pode melhorar com o passar do tempo. Pois consideramos que essas transformações históricas, que ocorrem no tempo e espaço, vão continuar construindo e desconstruindo as relações e formas de se portar socialmente.

A partir das observações e das entrevistas realizadas concluímos que tais espaços de sociabilidade proporcionados pelo Centro Comunitário são muito importantes no desenvolvimento de relações mais igualitárias entre homens e mulheres. No entanto, destacamos a importância de voltar um olhar à juventude, dando oportunidade às moças e rapazes para que, quando adultos, possam tornar esse espaço de sociabilidade ainda mais democrático.

Referências

- ADELMAN, Miriam. Mulheres no Esporte: Corporalidades e Subjetividades. **Movimento**. Porto Alegre, v.12, n. 01, janeiro/abril de 2006, p. 11-29.
- AGUIAR, Velênia V. P.; STROPASOLAS, Valmir Luiz. ‘As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina’. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org). **Gênero e geração em contexto rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres. 2010, p. 157–183.
- AGULHON, Maurice. **Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016.
- AGULHON, Maurice. A sociabilidade, a sociologia e a história. In: DORÉ, Andréa; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019, p. 13-25.
- AGULHON, Maurice. Os círculos. Definições, antecedentes, pontos de partida. In: DORÉ, Andréa; RIBEIRO, Luiz Carlos (Orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019, p. 27-35.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- ALMEIDA, Marisangela Lins de. “**A gente também tinha coragem de enfrentar**”: análise das atuações políticas das trabalhadoras rurais da região central do Paraná (1980/1990). Dissertação de mestrado em História. UNICENTRO. Irati, 2015.
- AUGÉ, Marc. Dos lugares aos não-lugares. In. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papius, 1994, p. 71-105.
- BARROS, Myriam Moraes Lins de. Densidade da memória, trajetória e projeto de vida. Dossiê gênero e velhice. Vários colaboradores. **Estudos feministas**. IFCS/UFRJ. v.5 n.1 ano 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BRENNEISEN, Eliane Cardoso. **Relações de poder, dominação e resistência: o MST e os assentamentos rurais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de Gênero em Assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.
- CAMPIGOTO, José Adilçom. **O MST em Santa Catarina: narrativa de um trabalhador rural**. Blumenau: Edifurb, 2006.
- CANAL, Jordi. Maurice Agulhon e a categoria sociabilidade. **Ler História**. Lisboa, 2015.
- CANAL, Jordi. Maurice Agulhon y la Historia. 2016, p. 7- 45. In: AGULHON, Maurice. **Política, imágenes, sociabilidades: de 1789 a 1989**. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2016.

CALLEGARI, Ricardo. “Por que pelo certo mesmo não é invadir” – ocupação e resistência camponesa em Marmeleiro/PR (1979-1999). Londrina: **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”**, ISSN 2177-9503. UEL, 2013, p. 26-41.

CARVALHO, Alessandra I.; NAGAE, Barbara. **Construção da Identidade no Movimento Sem Terra: Os assentados de Quedas do Iguaçu (1999-2014)**. Ponta Grossa: II Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO, 2015.

CASTRO, Elisa G. de. **Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político**. In: *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez juv* 7(1): 179-208, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. Territorialidades camponesas nos tipos de assentamentos rurais do Território Cantuquiriguaçu, Estado do Paraná, Brasil. **GeoGraphos**, 16 de março de 2013, vol. 4, no 48, p. 383-410. Disponível em: <http://web.ua.es/revista-geographos-giecryal>. Acesso em: 30 de jun. 2020.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2013, p. 241-282.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da comissão pastoral da terra e do movimento dos trabalhadores rurais sem terra nas décadas de 1980/1990**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2019.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABRINI, João Edmilson. **Assentamentos de Trabalhadores Sem-Terra: Experiências e Lutas no Paraná**. Marechal Cândido Rondon: LGeo, 2001.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa nos assentamentos de sem-terra**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979-1999)**.

GASTALDO, Édison Luis; BRAGA, Adriana Andrade. Corporeidade, esporte e identidade masculina. **Estudos Feministas**. Florianópolis, setembro-dezembro/2011, p. 875-893.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória individual. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. p. 25-52.

HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle. (Org.) **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 53-87.

LIBLIK, Carmem Silvia da Fonseca Kummer. **Uma história toda sua:** trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). Tese de Doutorado em História. UFPR. Curitiba, 2017.

MATOS, Júlia S.; SENNA, Adriana K. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**. Rio Grande do Sul, 2011, p. 95-108.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos rurais e gênero: temas de reflexão e pesquisa. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História Oral:** como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Um Olhar de Gênero nos Assentamentos da Reforma Agrária. In: LOPES, Adriana L; ZARZAR, Andrea Butto (Org.). **Mulheres na Reforma Agrária: a experiência recente no Brasil**. Brasília: MDA, 2008.

MIRANDA, Guilherme Luís General. **A trajetória de mulheres migrantes do Assentamento Itamarati:** relações de gênero e trabalho. Dissertação de mestrado em História. UFGD. Dourados, 2017.

MOLLMANN, Ingridi D. **História do Assentamento José Dias sob uma perspectiva da História das Mulheres**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – UNICENTRO. Irati, 36p., 2017.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes. Sociabilidade, sociedades de ideias e práticas associativas modernas. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 19, n. 31, 2018, p. 36-53.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 7-28.

NOVAES, Joana de Vilhena. “Aqui tem homem de verdade”. Violência, força e virilidade nas arenas de MMA. In: PRIORE, Mary del; AMANTINO, Marcia. (orgs.). **História dos homens no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 359-286.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história:** operários, mulheres e prisioneiros. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PIRES, Ariel José. **Assentamentos de sem-terra em Guarapuava:** histórico e cotidiano. Dissertação de mestrado em História. UNESP. Assis – SP. 1996.

PIRES, Ariel José. **O MST e a política social católica:** concepções, ambiguidades e permanências na luta pela terra agrícola (1980-2000). Tese de doutorado em História. UNESP. Assis – SP. 2002.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto história**. São Paulo, n. 14, fev. 1997, p. 25-39.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**. São Paulo, n. 22, jun.

2001, p. 9-36.

RIBEIRO, Luiz Carlos. A sociabilidade na narrativa histórica. In: DORÉ, Andréa; RIBEIRO, Luiz Carlos (orgs.). **O que é sociabilidade?** São Paulo: Intermeios, 2019, p. 37-55.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Painéis”**. As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: Unesco, 2000.

SALES, Celecina de Maria Vera. Mulheres jovens rurais: marcando seus espaços. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (org). **Gênero e geração em contexto rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010. p. 421–446

SANTOS, Fabiano Antonio dos. **Trabalho e Educação do Campo**: a evasão da juventude nos assentamentos de Reforma Agrária – o caso do Assentamento José Dias. Dissertação de mestrado em Educação. UFPR. Curitiba, 2006.

SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. O modelo predominante de masculinidade em questão. **Políticas Públicas**. São Luís, v.14, n.1, jan./jun. 2010, p. 59-65.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. A divisão sexual do trabalho no campo sob a perspectiva da juventude camponesa. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 28, n. 1, e58051, 2020.

SCHWENDLER, Sônia Fátima. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista** (Impresso)., v.55, p.87 – 109, 2015.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, n°2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan W. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**. São Paulo, n. 45, dez. 2012, p. 327-351.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura e formal. In: SIMMEL, Georg. **Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1985, p. 165-181.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Mulheres camponesas da região noroeste do Rio Grande do Sul**: identidades e representações sociais (1970 – 1990). Tese de doutorado em História. UNISINOS. São Leopoldo, 2007.

VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fátima (orgs.). **Escrevendo nossa luta, nossa história**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2003.

Fontes

ALMEIDA, Jessica Santos de. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Rebouças, 17 nov. 2021.

BERTÉ, Elis Regina. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 24 set. 2021.

BERTÉ, Inês Genoeva. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 15 nov. 2021.

CHAGAS, Clemair. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 03 jun. 2017;

NORDT, Mateus Felipe. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 24 out. 2021.

NORTE, Deisi Daniela. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 24 set. 2021.

NORTE, Rudnei. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 03 jun. 2017;

PIAZZA, Dienifer Zanatto. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Rebouças, 17 nov. 2021.

PREDIGER, Valéria Aparecida das Chagas. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Irati, 10 nov. 2021.

WELZEL, Célio. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 04 jun. 2017;

WELZEL, Célio. **Entrevista concedida a Ingridi Daiele Mollmann**. Inácio Martins, 15 nov. 2021.

Fotografias

Imagem 1 – **Vista da frente do centro comunitário**. Fotografia tirada por Ana P. Chagas em 09 dez. 2018. Inácio Martins.

Imagem 2 – **Cancha de bocha**. Fotografia tirada por Ana P. Chagas em 09 dez. 2018. Inácio Martins.

Imagem 3 – **Apresentação das crianças da escola**. Foto tirada por Ingridi Mollmann, em 05 de agosto de 2018. Inácio Martins.

Imagem 4 – **Vista da frente do centro comunitário**. Foto tirada por Ana P. Chagas em 09 dez. 2018. Inácio Martins.

Imagem 5 – **Cancha de bocha**. Foto tirada por Ana P. Chagas em 09 dez. 2018. Inácio Martins

Imagem 6 – **Escola Bíblica de mulheres**. Acervo da comunidade, 1994.

Imagem 7 - **Ilustração da planta da disposição das edificações do centro do Assentamento José Dias**. Acervo da comunidade, 2017.

Imagem 8 – **Crianças em Jornada Socialista**. Acervo da comunidade, 2003.

Imagem 9 – **Mulheres tomando chimarão após a missa**. Foto tirada por Ingridi Mollmann, Assentamento José Dias, Inácio Martins, 2017.

Autorizo a divulgação integral deste trabalho no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Autorizo apenas a divulgação do resumo e do *abstract* no banco de dados do PPGH/UNICENTRO.

Irati(PR), 25 de março de 2022.


Ingridi Daisele Mollmann